

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E
PATRIMÔNIO**

MESTRADO PROFISSIONAL

TATIANE PEREIRA CANUTO DE LIMA

**IMPÉRIO DE NOSSA SENHORA D'ABADIA:
REPRESENTAÇÕES ESTÉTICAS E DEVOCIONAIS DE UM PATRIMÔNIO
CULTURAL KALUNGA**

GOIÁS – GO

2021

TATIANE PEREIRA CANUTO DE LIMA

**IMPÉRIO DE NOSSA SENHORA D'ABADIA:
REPRESENTAÇÕES ESTÉTICAS E DEVOCIONAIS DE UM PATRIMÔNIO
CULTURAL KALUNGA**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Miranda Barbosa.

GOIÁS – GO

2021

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA
BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem resarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a)autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: **Tatiane Pereira Canuto de Lima**

Email: tatianepcanuto@hotmail.com

Dados do trabalho

Título Relatório: **IMPÉRIO DE NOSSA SENHORA D'ABADIA: Representações estéticas e devocionais de um Patrimônio Cultural Kalunga**

Produto: **Você conhece o Patrimônio Cultural Kalunga? – Caderno de Apoio à Educação Patrimonial**

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa: Pós-graduação *Stricto Sensu* em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP),

Concorda com a liberação documento

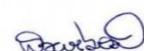
SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 30 de Novembro de 2021.

Tatiane Pereira Canuto de Lima

Assinatura autora



Assinatura do orientadora

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE
Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

L732i Lima, Tatiane Pereira Canuto de.

Império de Nossa Senhora D'Abadia : representações estéticas e devocionais de um patrimônio cultural Kalunga [manuscrito] / Tatiane Pereira Canuto de Lima. – Goiás, GO, 2021.

113f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Miranda Barbosa.

Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2021.

1. Patrimônio cultural imaterial. 1.2. Religiosidade popular - festa. 1.3. Comunidade Kalunga. I. Título II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 719.31(817.3)

TATIANE PEREIRA CANUTO DE LIMA

**IMPÉRIO DE NOSSA SENHORA D'ABADIA:
REPRESENTAÇÕES ESTÉTICAS E DEVOCIONAIS DE UM PATRIMÔNIO
CULTURAL KALUNGA**

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Defesa como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovado em 30 de agosto de 2021, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof^a. Dra. Raquel Miranda Barbosa (PROMEP/UEG)
Orientadora

Prof^a. Dra. Heloísa Selma Fernandes Capel (PPGH/UFG)
Membro

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros (PROMEP/UEG)
Membro

Prof. Dr. Thiago Fernando Sant'Anna e Silva (FAV/UFG)
Suplente

Prof^a. Dra. Keley Cristina Carneiro (PROMEP/UEG)
Suplente

Goiás, 30 de agosto de 2021.

E tudo são trocas. Tudo são transações entre pessoas, entre símbolos e entre gestos e objetos. Abertas a quem venha, mas rigidamente organizadas de modo a colocar em cena, em diferentes momentos, diversos tipos de atores, as festas são, como dizem repetidas vezes os seus praticantes, “a devoção e a diversão”. [...] as pessoas “vivem a festa” porque ela é um entre outros meios simbólicos tão humanamente ancestrais e essenciais, através dos quais os sentimentos, os saberes, os sentidos, os significados e as sociabilidades inevitáveis da vida de todo dia são re-traduzidos e re-ditos, solenemente pronunciados entre a prece, o canto, a dança, o cortejo, a romaria, o teatro, a celebração, enfim.

Carlos Rodrigues Brandão (2015).

AGRADECIMENTOS

Hoje, repensando minha trajetória para escrever este breve agradecimento, rememoro com muito carinho aqueles que contribuíram para a construção desta pesquisa e influenciaram no ser humano que me tornei. E a palavra de ordem é **GRATIDÃO!** Sou grata a todos que colaboraram para que eu pudesse finalizar esta etapa de crescimento profissional e pessoal.

Meus agradecimentos primeiramente a Deus, em Sua onipresença, pela dádiva da vida.

À minha orientadora, Profa. Dra. Raquel Miranda Barbosa, agradeço por termos compartilhado momentos de muito aprendizado, leitura, diálogo e compreensão. Pela orientação para a escrita deste relatório técnico, pela amizade, pelo carinho, pelo zelo e, principalmente, por saber que desta etapa em diante caminharemos juntas, torcendo e vibrando uma pela outra, a cada nova conquista. Raquel, muito Obrigada!

Aos/às professores/as do PROMEP/UEG, pelas discussões enriquecedoras realizadas durante as disciplinas: Cristiano Alexandre dos Santos, Gislaine Valério de Lima Tedesco, Neemias Oliveira da Silva, Luana Nunes Martins de Lima, Maria Dailza de Conceição Fagundes. Em especial, à Profa. Dra. Keley Cristina Carneiro, que me acolheu com muito carinho, em um momento especial, com um *“siga em frente, você consegue!”*. Keley, Obrigada! Eu consegui! Ao Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros, pelas ricas discussões sobre memória, pelas orientações sobre catolicismo popular e pela participação na banca avaliadora deste relatório, que me proporcionaram importantes contribuições.

À professora Dra. Heloísa Selma Fernandes Capel, do PPGH/UFG, por gentilmente e de pronto ter aceito o convite para participar da qualificação e defesa do relatório técnico. Heloísa, obrigada pela leitura, por suas valiosas considerações e, principalmente, por suas palavras serenas e encorajadoras, que me fizeram acreditar ser possível seguir na vida acadêmica. Conhecê-la foi um prazer daqueles que vida nos proporciona sem explicação. Por tudo, lhe sou grata!

Aos/às colegas da turma de 2019 do PROMEP/UEG, pelas discussões compartilhadas ao longo das aulas, em sala ou em campo, que proporcionaram a vivência de momentos de aprendizado e afetos. Em especial, agradeço à Kênia Aparecida de Moraes, Lorena Cristina de Brito, Edilson Pereira Santos e Tatiele Pires pelo companheirismo, pelas trocas e apoio essenciais para lidar com o processo da pesquisa acadêmica e os percalços da vida.

Aos/às Kalunga, os sujeitos desta narrativa, detentores do bem cultural pesquisado, sem os quais a construção desta pesquisa não seria possível. Agradeço, sobretudo, ao Tico, Manuel

Edeltrudes Moreira, pela acolhida, pelas prosas, pela colaboração e por compartilhar com esta pesquisadora tantos saberes/fazeres.

À Maria de Fátima Cançado, da Fundação Frei Simão Dorvi, pela prontidão em me auxiliar na pesquisa historiográfica. Sempre incansável, leu e releu comigo documentos referentes à história da região norte do estado de Goiás.

Ao Rogério Ribeiro, um amigo querido que a pesquisa me apresentou. Homem generoso, forte, pesquisador, professor, pai. Agradeço a você pelos diálogos, pelas imagens e, principalmente, pela confiança.

À Secretaria de Estado da Educação de Goiás, pela licença aprimoramento concedida para cursar a pós-graduação, dando-me condições de me dedicar integralmente.

Aos meus pais, minha irmã, meu afilhado Heitor e todos meus familiares, que dão sentido às relações de afetivas que tanto permeiam as discussões sobre memória e Patrimônio Cultural.

Ao meu companheiro de vida, Wilderval Lima, por compartilhar comigo os cuidados com nossas filhas, com nosso lar, as vivências sobre patrimônio, os trabalhos de campo. Obrigada pelo incentivo, pela parceria e, principalmente, por fazer dos meus sonhos os seus.

Às minhas filhas, Maria Eduarda, minha primogênita, e Hanna Flávia, que chegou em minha vida no decorrer da construção desta pesquisa. A elas, que transformaram o meu lugar no mundo e que fazem a cada dia o meu caminhar mais terno. Para elas e por elas! Para que elas saibam que sim, podemos ser mães e mestres! Por elas que são minha continuidade, minha próxima geração!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sr. Laurindo (<i>in memoriam</i>)	29
Figura 2 - Uso do Rio	29
Figura 3 – Casa vernacular	30
Figura 4 - Saber fazer – Cachimbos	30
Figura 5 - Fachada da Casa de Fundição	34
Figura 6 - Casa de Fundição	34
Figura 7 - Mapa Capitania de Goyaz (1809) – divisão em julgados	40
Figura 8 - Formação Geográfica da comunidade Kalunga	45
Figura 9 - Rio Paraná	45
Figura 10 – Localização do Sítio Histórico Kalunga	46
Figura 11 - Paisagem cultural	47
Figura 12 – Residência Kalunga	47
Figura 13 – Composição de mesas durante o Encontro de Pesquisadores sobre Quilombolas Kalunga	54
Figura 14 – Apresentação oral durante Encontro de Pesquisadores sobre Quilombolas Kalunga	54
Figura 15 - “Tico” Manuel Edeltrudes Moreira	54
Figura 16 - Casas e quintais	54
Figura 17 - Pesquisa/ arquivos na Paróquia de Sant’Ana	55
Figura 18 – Pesquisa/ arquivos na Paróquia Santo Antônio	55
Figura 19 - Dos reencontros	60
Figura 20 – Capela	62
Figura 21 - Procissão com candeias	63
Figura 22 - Altar da Capela, Vão de Almas	64
Figura 23 - Coroa Rei e Rainha do Império de Nossa Senhora D’Abadia	66
Figura 24 - O quadro do Império	67
Figura 25 - A bandeira	67
Figura 26 - Os “tocadores”	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrevistados	56
Quadro 2 - Etapas de elaboração do Caderno de Apoio	76
Quadro 3 - Conceitos relacionados à temática Patrimônio Cultural	79
Quadro 4 - Etapas metodológicas para o desenvolvimento de ações educativas na comunidade escolar	82
Quadro 5 - Planejamento das atividades educativas	83
Quadro 6 - Sites para consulta dos professores sobre a temática do Caderno de Apoio	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AFFSD - Arquivo Fundação Frei Simão Dorvi.
- CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil.
- CNS – Conselho Nacional de Saúde.
- FCP – Fundação Cultural Palmares.
- HQ – História em quadrinhos.
- IDAGO – Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- INRC – Inventário Nacional de Referência Cultural.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases.
- MEC – Ministério da Educação.
- MUBAM – Museu das Bandeiras.
- OMS – Organização Mundial de Saúde.
- PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais.
- SES – Secretaria Estadual de Saúde.
- SHPCK - Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.
- TCLE – Termo Consentimento Livre Esclarecido.
- UFG – Universidade Federal de Goiás.
- UFT – Universidade Federal do Tocantins.
- UEG – Universidade Estadual de Goiás.

RESUMO

As festas são expressões culturais que evidenciam as identidades locais e, pelas quais, diferentes grupos, anualmente, rememoram e celebram suas tradições, atribuindo-lhes sentidos e significados. Neste relatório, enfatizaremos uma das principais manifestações religiosas da comunidade Kalunga, comunidade quilombola localizada na região nordeste do Estado de Goiás, em território abrangente aos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, o Império de Nossa Senhora D'Abadia, realizada durante a Romaria do Vão de Almas. Para a comunidade, a religiosidade local e suas manifestações constituem elementos identitários representativos de seu patrimônio cultural. O reconhecimento e a valorização dessas práticas implicam na preservação de uma tradição guardada na memória dos praticantes, que, por sua vez, podem ser caracterizados como bem cultural de natureza imaterial. Catalogar e analisar os indícios materiais e orais da memória acumulada em torno da referida festa propiciam maiores condições possíveis de preservá-la. Desse modo, os desdobramentos desta pesquisa têm por objetivo rememorar trajetórias que fundamentem o reconhecimento do Império de Nossa Senhora D'Abadia enquanto bem cultural imaterial. Para tanto, o estudo está embasado na metodologia da história oral, priorizando as narrativas e relatos de vivência de anciãos, visando utilizar a memória como fonte para a interpretação do processo histórico de construção das manifestações. No que tange à parte propositiva desta pesquisa, popularmente conhecida como “produto” cultural, almeja-se o desenvolvimento de ações educativas voltadas ao conhecimento, apropriação e valorização do patrimônio cultural, memória e identidade, com a elaboração de material educativo, em formato de Caderno de Apoio, a ser disponibilizado em formato digital ou impresso e direcionado aos discentes e docentes da comunidade escolar do Ensino Básico, sobretudo a segunda fase do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: patrimônio imaterial; religiosidade popular; festa; comunidade Kalunga.

ABSTRACT

Festivals are cultural expressions that highlight local identities. Through them, annually, different groups remember and celebrate their traditions, assigning them signification and meanings. In this report, we emphasize one of the main religious manifestations of the Kalunga community, quilombola community located in the northeast region of the State of Goiás (Brazil), in a territory that includes the municipalities of Cavalcante, Teresina de Goiás and Monte Alegre de Goiás, the Império de Nossa Senhora D'Abadia (Empire of Nossa Senhora D'Abadia), celebrated during the Romaria do Vão de Almas (Pilgrimage of Vão de Almas). For the community, local religiosity and its manifestations constitute identity elements representative of its cultural heritage. For the community, local religiosity and its manifestations constitute identity elements representative of its cultural heritage. The recognition and appreciation of these practices imply the preservation of a tradition kept in the memory of the practitioners, which can be characterized as an immaterial cultural asset. Cataloging and analyzing the material and oral evidence of the memory accumulated around the referred party provide greater possible conditions for preserving it. Thus, the results of this research aim to remember trajectories that underlie the recognition of the Império de Nossa Senhora D'Abadia as an immaterial cultural asset. Therefore, the study is based on the methodology of oral history, prioritizing the narratives and reports of experience of elders, aiming to use memory as a source for the interpretation of the historical process of construction of the manifestations. Regarding the purposeful part of this research, popularly known as cultural "product", the aim is to develop educational actions directed to knowledge, appropriation and appreciation of cultural heritage, memory and identity, with the preparation of educational material, in school support material format, to be made available in digital or printed format and aimed at students and teachers of the elementary school community, especially in the second phase of elementary school.

Keywords: immaterial heritage; popular religiosity; party; Kalunga community.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O IMPÉRIO DE NOSSA SENHORA D'ABADIA, A EXPRESSIVIDADE DE UM BEM CULTURAL KALUNGA: DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	19
1.1 Memória do passado Quilombola	20
1.1.1 Identidade e Memória Kalunga	23
1.1.2 Pelos Sertões do norte de Goiás: o ouro, o gado e a resistência	30
1.2 No mastro a Santa, no quadro o Império e no coração a Devoção – Expressões de um Patrimônio Kalunga	42
1.3 Desdobramentos deste olhar sobre o Patrimônio: observações em pesquisa	51
2 VOCÊ CONHECE O PATRIMÔNIO CULTURAL DA COMUNIDADE KALUNGA?	71
2.1 Apresentação da proposta	71
2.2 Educar para o Patrimônio	74
2.3 Ações educativas: Como, para que e para quem?	75
2.4 Público participante	76
2.5 Resultados almejados para valorização do bem cultural	77
3 APLICABILIDADE DA PROPOSTA	78
3.1 Manual de uso do Caderno de Apoio no contexto escolar	78
3.2 Proposta de aplicação no contexto escolar da comunidade Kalunga	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICES	98
Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	99
Apêndice 2 - Roteiro de entrevista	103

ANEXOS	104
Anexo 1 – Revista Informação Goyana	105
Anexo 2 – Parecer consubstanciado do CEP	107

INTRODUÇÃO

O presente relatório técnico refere-se aos desdobramentos da pesquisa intitulada **“Império de Nossa Senhora D’Abadia: representações estéticas e devocionais de um patrimônio cultural Kalunga”** e desenvolvida em consonância com a linha de pesquisa Cultura, Preservação e Identidades, sob orientação da Professora Dra. Raquel Miranda Barbosa, como requisito para a obtenção de título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, da Universidade Estadual de Goiás.

A pesquisa versa sobre o Império de Nossa Senhora D’Abadia, uma das manifestações religiosas tradicionais realizada pela comunidade Kalunga – Comunidade Quilombola, localizada na região nordeste do Estado de Goiás, em território abrangente aos municípios de Cavalcante, Teresina e Monte Alegre de Goiás. O estudo tem por objetivo rememorar trajetórias que fundamentem o reconhecimento dessa prática social enquanto bem cultural imaterial, compreendendo que a rememoração da tradição possibilita sua preservação e valorização enquanto celebração do catolicismo popular, além de ser referência patrimonial para a comunidade Kalunga.

Ao refletir sobre a importância das narrativas individuais e coletivas para construção das representações identitárias e para identificação de bens culturais, esta pesquisa tem como intuito dar visibilidade às manifestações religiosas tradicionais da comunidade Kalunga, visando o (re)conhecimento e valorização por parte de uma sociedade nacional que, “por vezes”, priorizou uma cultura elitista como constituinte de seu patrimônio cultural.

Analizando a trajetória dos povos negros, trazidos para o continente americano na condição de mão de obra escravizada, bem como seus descendentes, buscou-se problematizar, no que tange às suas histórias e tradições, o silenciamento ao qual foram condicionados. Assim, entende-se que a relação entre identidade e memória é pertinente para compreensão da cultura das comunidades remanescentes de quilombos, que, por sua vez, são portadoras de direitos relacionados a seus antepassados, razão pela qual práticas sociais/culturais devem ser reconhecidas e valorizadas.

Para tanto, consideramos a hipótese de que as transformações sociais ocorridas no mundo moderno e, consequentemente, o surgimento de novos sujeitos sociais, a par de seus direitos constitucionais, dão “voz” a discursos identitários de diferentes grupos sociais, pautados no sentido de pertencimento, e reafirmam suas singularidades e seus patrimônios.

Desse modo, estudos referentes ao patrimônio cultural e à valorização de bens patrimoniais da comunidade Kalunga justificam-se e são relevantes diante do processo de reconhecimento da comunidade enquanto grupo étnico diferenciado, portador de memória e identidade.

Desde a graduação, em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Goiás, a temática Patrimônio Cultural me chama a atenção. Nesse período, tive a oportunidade de trabalhar no campo de pesquisa da arqueologia e, consequentemente, com estudos relacionados a diferentes grupos sociais. Dessa maneira, começou minha relação terna com os Kalunga, sendo que estive na comunidade pela primeira vez em 2007, para a realização de um levantamento sociocultural para uma estatal, que planejava a implantação e distribuição da rede de água. Desde então, a forma de viver deste povo me inspira! E me faz refletir sobre o que precisamos para viver. A cada retorno, a alma resplandece. Os visitei novamente em 2009, compondo equipe para realização de um diagnóstico situacional, depois em 2012 e 2019. Em todas as visitas, o sentimento de acolhida desperta nesta pesquisadora o desejo de retorno, e mais do que estar lá, o desejo é de que esta comunidade tenha acesso a itens básicos para seu bem-estar, a saúde, a educação e ao reconhecimento de suas práticas sociais como pertencentes ao patrimônio cultural brasileiro. Espero voltar sempre que a vida me oportunizar!

Na graduação, a comunidade Kalunga foi tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Na Pós-graduação em Meio Ambiente, Patrimônio e Turismo, iniciei o estudo do festejo do Império de Nossa Senhora D’Abadia, mas naquele momento direcionado para a gestão do patrimônio. Ao ingressar no Mestrado, a memória afetiva da minha inserção neste campo de pesquisa fez com que o coração batesse forte novamente, apesar de ter dialogado abertamente com minha orientadora sobre outras possibilidades de pesquisa, que não seriam menos importantes, mas decidi por continuar a refletir sobre o que motiva aquele povo a se reunir, anualmente, naquele lugar.

O referido ambiente é denominado de capela. A Capela! Um lugar de memória “no meio do nada” (para nós, os de fora). Conheci o espaço em 2007 e, desde então, me pergunto quais são as motivações e sentimentos que fazem com que os Kalunga celebrem, em Romaria, uma devoção do catolicismo popular. Assim, o desenvolvimento desta pesquisa representa para a pesquisadora a possibilidade de contribuir para a visibilidade dessa manifestação cultural.

No primeiro item, “**O Império de Nossa Senhora D’Abadia, a expressividade de um bem cultural Kalunga: discussão teórico-metodológica**”, buscamos contextualizar a inserção dos povos negros no Brasil, as relações sociais que se constituíram desde a colônia e

sua importância para o híbrido cultural que molda a identidade brasileira. Para tanto, rememoramos a trajetória de luta e resistência dos povos negros na seção “**Memória de um passado quilombola**”, a partir de apontamentos de estudiosos como Flávio dos Santos Gomes (2015; 1996), João José Reis (1996), Mary Karasch (1996; 2010) e Mari Baiocchi (1999; 2006). A partir de então, em “**Identidade e memória Kalunga**”, propõe-se uma breve reflexão acerca dos conceitos de identidade e memória, em sua multiplicidade e amplitude, para pensarmos a preservação do patrimônio cultural no Brasil. Utilizando como aporte teórico, em suas diferentes perspectivas, temos autores como Stuart Hall (2005), Michel Agier (2001), Frederik Barth (1969), Maurice Halbwachs (2006), Michael Pollak (1989; 1992), Joel Candau (2010) e Pierre Nora (1993).

Já no intitulado “**Pelos sertões do norte de Goiás: Ouro, gado e resistência**”, destacamos a importância dos povos negros para a constituição do Estado de Goiás ao analisarmos os estudos e registros historiográficos de Luís Palacín (1986; 1994), Paulo Bertran (2011), Gilka Salles (1992), Martiniano José Silva (1998), Nasr Fayad Chaul (2010), Maria Lemke Loiola (2007; 2010), Heloísa Capel (2007) e relatos de Johann Emanuel Pohl (1976) e Raymundo José Cunha Mattos (1979). Em “**No mastro a Santa, no quadro o Império e no coração a Devoção – Expressões de um Patrimônio Kalunga**”, analisamos uma das expressões culturais da Romaria: o Império de Nossa Senhora D’Abadia, festejo tradicional do catolicismo popular, realizado pela comunidade em um lugar de memória denominado de Capela, na localidade do “Vão de Almas”. Para tanto, nos pautamos nos relatos de vivência e na rememoração de participantes desse festejo, que reafirmam seu pertencimento e identidade através desta expressão de patrimônio imaterial.

Sujeitos de fala, os Kalunga buscam reconhecimento e visibilidade e, mesmo inseridos em um contexto de esquecimento, mantêm vivas suas tradições e as celebram em diferentes momentos, evidenciando seu patrimônio. Para análise do bem patrimonial, revisitamos as obras de autores que dialogam sobre a categoria patrimônio e políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, como José Reginaldo Santos Gonçalves (2003), Margarita Barreto (2003), Márcia Chuva (2012), Sandra Pelegrini (2009) e Márcia Sant’Anna (2003). Sobre as práticas religiosas inerentes ao catolicismo popular, citamos Euclides Marchi (2005), Marina Mello e Souza (2005), Carlos Rodrigues Brandão (2010), Maria Idelma Vieira D’Abadia (2010) e Raquel Miranda Barbosa Bueno (2008).

No que se refere à metodologia, a presente pesquisa tem como base a história oral e enfatiza o registro dos relatos de vivência de moradores da comunidade sobre o festejo, em

especial, os anciãos. A escolha dessa metodologia para o desenvolvimento da pesquisa considerou o fato de a história oral nos possibilitar registrar a história de vida de sujeitos sociais que, ao explicitar suas memórias pessoais, colaboraram para a construção da trajetória coletiva do grupo social ao qual pertence. Desse modo, observamos que, respaldados pela memória coletiva, o grupo social aqui evidenciado construiu um discurso permeado de sentidos e significados que reafirmam a identidade do grupo.

Quanto aos parâmetros metodológicos, o procedimento de coleta de dados secundários foi realizado por meio da releitura bibliográfica e documental dos trabalhos acadêmicos já realizados sobre a comunidade e pesquisas em diferentes arquivos. No que tange à coleta de dados em campo, se realizou através de entrevistas com moradores da comunidade que participam dos festejos.

Após a composição da metodologia, a proposta de pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética da Universidade Estadual de Goiás, em consonância as resoluções do CNS nº 466/12 ou nº 510/16, visando obter anuênciia via parecer, sendo aprovada em agosto de 2020, via Número do Parecer: 4.221.910.

A pesquisa em campo dividiu-se em duas etapas. A primeira, realizada em novembro de 2019, consistiu em um reencontro com moradores da comunidade para um diálogo informal sobre os festejos. Nessa etapa, visitamos também a Casa Paroquial da Matriz de Santo Antônio, em Monte Alegre de Goiás, e a Casa Paroquial da Matriz de Sant'Ana, em Cavalcante, para pesquisa de documentos e/ou arquivos que evidenciassem o festejo do Vão de Almas.

A segunda etapa do trabalho de campo estava prevista para ocorrer no mês de agosto de 2020, mas, diante da crise sanitária ocasionada pela COVID-19, foi adiada. Desse modo, respeitando às medidas sanitárias recomendadas pela OMS, as entrevistas foram realizadas posteriormente, entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021, presenciais ou virtualmente, respeitando todas as medidas de segurança. Como parte propositiva da pesquisa, foram elaboradas ações educativas, em formato de material de apoio pedagógico: o Caderno de Apoio à Educação para o Patrimônio, disponibilizada em formato digital ou impresso e descrito no segundo item deste relatório.

O desfecho desta pesquisa propôs que, ao entrecruzar documentos históricos, narrativas orais e análise da manifestação cultural, fosse possível a realização de ações educativas pautadas pela metodologia da Educação Patrimonial e direcionadas aos docentes e discentes da Educação Básica das Escolas da Rede Pública de Ensino, versando sobre o tema Patrimônio

Cultural, memória e identidades. As ações e a aplicabilidade do Caderno de Apoio são apresentadas no terceiro item deste relatório.

Os objetivos para a aplicabilidade desta proposta almejam promover o exercício da cidadania cultural e proporcionar a diferentes públicos a leitura dos bens culturais da comunidade Kalunga em seus múltiplos símbolos e significados; fortalecer a identidade cultural, assim como promover a valorização da memória e incentivar a apropriação e a valoração por parte de diferentes grupos do Patrimônio Cultural Brasileiro, para que estes possam preservá-lo.

Desse modo, o Caderno de Apoio intitulado **“Você conhece o Patrimônio Cultural Kalunga?”** é um instrumento de apoio pedagógico ativo, acessível e lúdico, que utiliza recursos gráficos e interpretação de texto, elaborado para instigar o público a que ele terá acesso as possibilidades de se pensar e preservar a memória de diferentes grupos sociais que formam a nossa nação. O material está norteado por questionamentos como: O que é patrimônio cultural? Bens culturais, patrimônio material, patrimônio imaterial, patrimônio natural - como conhecer sobre patrimônio? E ainda saber sobre: educação para o patrimônio, comunidade quilombola, comunidade Kalunga e celebrações do Patrimônio Cultural Imaterial Kalunga.

1 O IMPÉRIO DE NOSSA SENHORA D'ABADIA, A EXPRESSIVIDADE DE UM BEM CULTURAL KALUNGA: DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

*“Louvor a Virgem Nossa Senhora,
Que no Vão de Almas já tem seu altar,
Oh Virgem mãe da Abadia
Reina amorosa, sobre Goiás”*

Bendito de Nossa Senhora da Abadia.

Neste primeiro item, buscou-se contextualizar a “vinda” dos povos negros para o Brasil, as formas de resistência pelas quais se manifestaram contra um sistema que os tratava como mercadoria, sua importância para a formação da nação e a herança cultural que compõe o mosaico deste país, representado aqui por bem patrimonial imaterial da comunidade quilombola Kalunga.

No item 1.1, Memória de um passado quilombola, relembramos a trajetória dos povos negros para as Américas, a luta, a resistência, as fugas e a formação de quilombos como garantia de liberdade e continuidade de seus costumes e tradições.

Com intuito de analisar a relação entre identidade e memória, o item 1.1.1, Identidade e memória Kalunga, propõe uma discussão necessária para compreendermos que as comunidades remanescentes de quilombos são portadoras de direitos relacionados a seus antepassados e como a sociedade nacional tem o dever de reconhecer e valorizar a cultura dos povos negros.

No item 1.1.2, Pelos sertões do norte de Goiás: ouro, gado e resistência, destacamos a formação do Estado de Goiás e a participação dos povos negros para a consolidação do território. Inseridos no contexto da mineração ou da agricultura, desde a Capitania, enquanto colônia, passando à Província de Goiás, no Brasil Império, até a República, os povos negros consolidaram-se como uma das matrizes culturais imprescindíveis para a constituição da população atual.

Buscando apresentar um diálogo sobre a trajetória dos povos escravizados a remanescentes quilombolas e suas expressões de patrimônio, o item 1.2 “No mastro a Santa, no quadro o Império e no coração a Devoção – Expressões de um Patrimônio Kalunga” versa sobre como os remanescentes quilombolas, sujeitos de fala respaldados pela legislação, buscam o reconhecimento e a visibilidade perante a sociedade nacional, e mostrar o quanto foram “marginalizados” por um sistema comandado por uma elite branca que, visando apenas lucros, exploravam negros e índios.

Contudo, mesmo inseridas em um contexto de esquecimento, as comunidades quilombolas, rurais ou urbanas, mantêm vivas suas tradições, dentre elas as festas. São festeiros e devotos. Desse modo, no item 1.3, rememoramos a Romaria de Nossa Senhora D’Abadia, suas expressões e representações para a comunidade Kalunga.

1.1 Memória do passado Quilombola

A trajetória dos povos que foram trazidos do continente africano para serem “utilizados” como mão de obra escrava no Brasil é marcada pelo silenciamento de suas histórias e tradições. Não há como iniciar esta pesquisa sem rememorar a história de luta dos povos negros e os esquecimentos ainda vividos pelos seus descendentes.

Os povos trazidos da África para as Américas, entre os séculos XVI e XIX, e aqui denominados de “escravos”, são pertencentes a diferentes etnias e regiões, portanto, os conhecimentos e saberes que representam suas identidades ou foram deturpados pelo discurso branco ou, aos poucos, esquecidos no tempo. Segundo Gomes, estes povos eram “provenientes tanto de micro sociedades como chefias descentralizadas da Alta Guiné [...] como de impérios e reinos do Daomé, Oyo, Ndongo, Ketu, Matamba e outros; [...] Uidá e Luanda, nas áreas ocidentais e centrais africanas, entre savanas e florestas” (GOMES, 2015, p. 8).

Para essas comunidades inseridas no novo território, em terras distantes, onde viviam em um ambiente diverso e complexo, as práticas de viver em liberdade foram adaptadas à vida de escravidão, maus tratos e à condição de objeto ou “coisa”, como citam os documentos históricos. Ressalta-se que essa “condição” ainda hoje impõe aos negros uma realidade de preconceito.

O Brasil, enquanto colônia de Portugal, participou do processo de escravização com a vinda de grande parcela daqueles povos, que atravessaram o Oceano Atlântico em navios “negreiros” e desembarcaram em diferentes portos do território para serem utilizados como mão de obra em variadas ocupações, em um sistema que perdurou mais de 300 anos.

Todos eles se tornaram “africanos” pelo olhar do colonizador, como se falassem a mesma língua e tivessem a mesma cultura e costumes, o que de fato não correspondia à realidade. Entre os povos escravizados, haviam príncipes, rainhas, guerreiros, agricultores, mercadores urbanos, entre outros, que nas Américas foram conduzidos ao trabalho intenso, de exploração e produção de riquezas para os colonizadores. Conforme cita Gomes:

Os primeiros africanos na Américas foram pioneiros, adaptando linguagens, moradias, alimentação, idiomas e culturas. Ergueram fazendas e engenhos; plantaram cana-de-açúcar, café, milho, arroz, mandioca, algodão. Retiraram ouro e prata de montanhas e rios, além de ajudarem a desenvolver diversas cidades e seus arrabaldes. Foram lavradores, mineradores e pastores (GOMES, 2015, p. 8).

Aqui estando, tornaram-se uma das matrizes formadoras da nação brasileira ao expressarem suas marcas próprias “sobre vários aspectos da cultura material e espiritual deste país” (REIS; GOMES, 1996, p. 9). Lógico que esta mudança “forçada” gerou resistência, afinal, tratava-se de seres humanos, apesar de representarem apenas mercadorias para o sistema de mercado.

Diante do trabalho forçado, castigos físicos, doenças, moradias insalubres, desrespeito com suas crenças e tradições, os povos escravizados se rebelavam de diferentes formas. Insurreições, rebeliões, assassinatos, fugas, morosidade na realização de tarefas podem ser citados. Uma das principais formas de resistência foram as fugas e, consequentemente, a formação de quilombos. Fugas essas que poderiam ser individual ou em grupo, conforme citam Reis e Gomes:

A fuga que levava à formação de grupos de escravos fugidos, aos quais frequentemente se associavam outras personagens sociais, aconteceu nas Américas onde vicejou. Tinha nomes diferentes: na América espanhola, *palenques*, *cumbes* etc.; na Inglesa, *marrons*; na francesa *grand marronage* (para diferenciar da *petit marronage*, a fuga individual, em geral temporária). No Brasil estes grupos eram chamados principalmente de *quilombos e mocambos*, e seus membros, *quilombolas*, *calhambolas* ou *mocambeiros* (REIS; GOMES, 1996, p. 9).

Naquele momento, Brasil Colônia, o conceito de quilombo era tido como: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (CONSELHO ULTRAMARINO, 1740 apud MOURA, 1993).

A palavra “quilombo” na etimologia *Bantu* significa “acampamento guerreiro na floresta” e foi popularizada no Brasil pela administração colonial em suas leis, relatórios, atos e decretos para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos “rebeldes” ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no país (LEITE, 2000).

Os quilombos eram considerados ameaças aos senhores da colônia, pois abrigavam centenas de indivíduos e representavam transgressão à ordem escravista. Constituíam-se em áreas de mineração, engenhos ou mesmo em regiões de criação de gado. No século XVIII, povos escravizados em áreas de mineração de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás formavam

quilombos após as fugas, geralmente, em áreas de topografia montanhosa, em busca de liberdade.

A historiografia sobre os povos escravizados, anterior ao século XIX, possui poucos registros, tendo em vista a invisibilidade a que esses povos estavam acometidos por parte da elite colonial. Os primeiros relatos estão relacionados a fugas e formação de quilombos e às formas de reprimí-los. Somente a partir do final do século XIX que reflexões mais sistemáticas sobre quilombos são elaboradas¹. Após a década de 1980, pesquisadores dedicaram-se a estudar os quilombos em área de mineração. Em Goiás, podemos citar as pesquisas realizadas por Mary Karasch (1996), Maria Lemke Loiola (2007; 2010) e Mari Baiocchi (1999) sobre a relação entre negros, ouro, fronteira e quilombo.

Cabe ressaltar que os negros que resistiram ao sistema de escravidão e fugiam não se direcionavam apenas para áreas rurais, mas também se “embrearam” nos centros urbanos em meio à sociedade livre, pois, não se dispuseram à total dominação e se relacionavam para “trocas culturais e alianças sociais foram feitas intensamente entre os próprios africanos [...] além, é claro, daquelas nascidas das relações que desenvolveram com os habitantes locais, negros e mestiços aqui nascidos, brancos e índios” (REIS; GOMES, 1996, p. 12).

Ainda que estivessem “isolados”, no Brasil, diferentemente de outros lugares da América, articulavam-se economicamente nas regiões que se estabeleciam. Mesmo quando reunidos em zonas rurais, os negros mantinham trocas econômicas com outros setores da população colonial. Essas relações nem sempre eram pacíficas e, às vezes, colocavam os grupos em perigo, mas era uma das formas de se conseguir gêneros alimentícios. Eles trocavam produtos de suas lavouras, da pesca e da caça com comerciantes de regiões circunvizinhas. Um dos principais produtos, a farinha de mandioca, era mercadoria de troca por outros gêneros alimentícios, por exemplo, o sal (GOMES, 2015).

Para os negros, a agricultura estava associada a festas. Segundo Gomes (2015, p. 21) “plantavam, colhiam e realizavam festas para homenagear suas colheitas”. Fato que ainda podemos observar na atualidade, pois os remanescentes quilombolas ainda mantêm a tradição de “festejar” e agradecer realizando festas em louvor aos santos de devoção.

Diferentes estudiosos mencionam como o sistema de roças foi elementar para a sobrevivência dos negros que habitavam os quilombos. Em torno das roças, reelaboraram modos de vida autônomos e alternativos, que possibilitaram uma organização social com base

¹ Podemos destacar autores como Nina Rodrigues, Artur Ramos, Edson Carneiro, Roger Bastide, Clóvis Moura, Gilberto Freyre, Décio Freitas, Kabengele Munanga, entre outros, que produziram obras e investigavam se os quilombolas que continuavam em seus refúgios mantinham ritmos e meios diferentes (REIS; GOMES, 1996).

na agricultura. Essa organização representou mais do que práticas econômicas, como também a expressão de aspectos simbólicos e culturais importantes do modo de vida reinventado pelos povos negros (GOMES, 2015).

Nos questionamos, então, sobre quais aspectos simbólicos e culturais, e sobre como pensar a cultura e religião nos quilombos. Apesar dos poucos registros documentais sobre o cotidiano dos quilombos, conforme afirma Gomes (2015), podemos observar que os elementos religiosos e culturais foram “adaptados” no Brasil, com a realização de rituais religiosos sincréticos, nos quais há uma devoção a santos católicos, provindos da religião dos portugueses, enquanto acontecem danças com semelhanças às religiões da África. Para Gomes (2015):

Capelas, igrejas, transes, e imagens cristãs em termos de símbolos eram ajustados e diversos rearranjos demográficos e socioeconômicos. [...] o mosaico cultural gestado nas senzalas certamente se difundiu nos quilombos, fazendo o caminho de volta (GOMES, 2015, p. 43).

As comunidades que se formaram tornaram-se símbolo de resistência à escravidão e, como cita Gomes (2015, p. 7), “produziram histórias complexas de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial baseadas no parentesco e no uso e manejo coletivo da Terra”. Assim, mesmo imposta ao esquecimento, os povos negros mantiveram traços identitários e culturais que os remetem à nação de origem e atualmente estão sintetizados nas memórias de seus remanescentes, que, amparados por legislação, buscam valorizar a identidade de um grupo fundamental para a formação da identidade brasileira, os negros.

1.1.1 Identidade e Memória Kalunga

O conceito de identidade tem sido amplamente debatido e interpretado por diferentes eixos teóricos. Em sua face mais contemporânea, é pensado a partir das transformações sociais e pelo surgimento de novos sujeitos, que reivindicam seus direitos através de diferentes movimentos sociais, utilizando-se de discursos identitários para reafirmarem suas singularidades. É fato que os diferentes discursos enfatizam a diferença, a alteridade e a preservação de identidades de diversos grupos sociais.

Nesse contexto, a identidade cultural refere-se ao sentido de “pertencimento” que o sujeito atribui a um determinado grupo, podendo basear-se em diferentes categorias culturais, seja de etnicidade, raça, gênero ou religião. Ela se constrói pelo processo de vivência coletiva,

no qual ressalta-se as tradições, a língua, as normas e os costumes. Todos esses elementos que representam a identidade do grupo constituem seu patrimônio cultural.

No Brasil, a narrativa de uma identidade nacional, estruturada no início do século XX, se desconstrói à medida que identidades plurais são reconhecidas enquanto patrimônio e possibilitam a diferentes sujeitos o direito à memória e à cidadania. Desse modo, propomos uma breve reflexão acerca do conceito de identidade e patrimônio cultural, assim como da legislação que ampara a sua defesa e preservação, visando valorar as diversas manifestações das culturas que formam a nação.

Stuart Hall (2005) reflete sobre identidade, um tema bastante discutido na teoria social. Menciona que as velhas identidades estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno. O autor aborda que a chamada “crise de identidade” constitui um amplo processo de mudança, que desloca os indivíduos no mundo social.

Do mesmo modo, Michel Agier (2001) expõe sobre identidade e faz uma reflexão sobre os processos culturais contemporâneos, mencionando sobre as transformações ocasionadas pela mundialização e a relação entre lugares e identidades, e afirmando que há uma circulação rápida e constante de pessoas e informações. Diante desse processo e de um sentimento de perda de identidade, são criados novos contextos e retóricas identitárias (híbridas ou mestiças).

Para Hall (2005), as identidades estão sendo “descentralizadas”, ou seja, deslocadas ou fragmentadas. Porém, as formulações são possíveis de contestação, pois o conceito de identidade é “complexo, pouco desenvolvido e pouco compreendido pela ciência social”. O autor ressalta que teóricos acreditam que uma mudança estrutural ocasionou transformações na sociedade moderna, no final do século XX, e as transformações fragmentam “as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade” que anteriormente possibilitavam ao indivíduo estabilidade no mundo social (HALL, 2005, p. 8).

Para compreender o conceito de identidade, retornamos às discussões realizadas na década de 1960/1970, entre Claude Levi Strauss e Frederik Barth. Para Strauss (1977 apud AGIER, 2001), a abordagem de identidade se desdobra em níveis distintos: a identidade definida como um componente do universalismo, e há um mito da “insularidade”, no qual a identidade é “uma espécie de abrigo virtual ao qual é indispensável nos referirmos para explicar um determinado número de coisas, sem que este tenha jamais uma existência real” (AGIER, 2001, p. 8).

Frederik Barth (1969 apud AGIER, 2001) centra sua análise no contexto de identidades relacionando-as ao limite, fronteira e alteridade. Menciona que, para a abordagem contextual,

não existe definição de identidade em si mesma, pois os processos identitários são sempre relativos a algo que se busca alcançar e pautados em diferentes contextos. Diante de processos identitários, seja identidade coletiva ou individual, “somos sempre o outro de alguém” e a identidade “é múltipla, inacabada, instável e sempre experimentada mais como uma busca do que como um fato” (AGIER, 2001, p. 10).

De fato, as mudanças ocorridas na era da globalização possibilitaram novas formas de os indivíduos se relacionarem. As distâncias se “encurtam”, a comunicação se pauta na tecnologia avançada e as relações sociais ganharam novas configurações. Essas transformações ocasionam no indivíduo um duplo deslocamento - descentração do indivíduo no mundo social e de si mesmo, gerando então uma “crise de identidade”. Os sujeitos, anteriormente constituídos de identidade estável e unificada, estão se fragmentando, tornando-se instáveis. Até mesmo o processo de identificação cultural tornou-se mais provisório e variável (HALL, 2005, p. 12).

Todo esse processo de globalização produz o “sujeito pós-moderno”, cidadão do mundo, que não se constitui de identidade fixa ou permanente. Nesse contexto, as identidades são transformadas continuamente em relação às formas nas quais os indivíduos são representados pelos sistemas culturais em que estão inseridos.

Pensando, então, nas culturas nacionais, Hall as compara a “comunidades imaginadas”, citando Benedict Anderson (1983 apud HALL, 2005), segundo o qual o sujeito fragmentado é colocado em termos de suas identidades culturais. De acordo com Hall (2005), no mundo moderno, as culturas nacionais constituem uma das principais fontes de identidade cultural, formadas e transformadas no interior da “representação”. Desse modo, nação não é apenas uma representação política, mas algo que produz um sistema de representação cultural. As identidades nacionais foram centradas, coerentes e inteiras, mas agora estão sendo deslocadas pelos processos de globalização. Uma cultura nacional se constitui a partir do discurso, um modo de construir sentidos, e, ao produzir sentidos sobre a nação, gera identificação e forma identidades (HALL, 2005, p. 48-49).

A cultura nacional se constrói a partir de uma narrativa da nação que fornece uma série de histórias, imagens, eventos, rituais simbólicos e rituais nacionais que simbolizam ou representam experiências partilhadas, enfatiza as origens, a continuidade, a tradição e a intemporalidade. Há também uma invenção das tradições, citando Hobsbawm e Ranger (1983 apud HALL, 2005), que, por meio de um mito fundacional, relata uma estória de origem da nação, isto é, a identidade nacional simbolicamente baseada na ideia de um povo *folk* ou puro, original (HALL, 2005, p. 54-55).

No Brasil, a narrativa de uma cultura nacional se constrói a partir do desejo de ruptura dos laços de dependência cultural em relação a Europa. Buscava-se não apenas uma narrativa do presente moderno, mas um presente que configurasse moderno em relação ao passado (modernidade: oposição entre velho e novo). O movimento da Semana de Arte Moderna, em 1922, tornou-se um marco na construção de uma “identidade nacional”. Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e outros propuseram um projeto de preservação do patrimônio no Brasil, visando a consolidação da identidade nacional. Porém, esse projeto enfatiza a criação de uma narrativa nacional pautada na arte erudita e elitizada, que não condizia com a realidade de grande parte da população do país. Um país formado por diferentes matrizes culturais, com histórico de colonização e povos escravizados. Sobre a institucionalização do patrimônio no Brasil, Chuva (2012) menciona:

No Brasil, debates sobre a nação tiveram diferentes sentidos e significados desde o Império. Contudo, foi no Estado Novo que a nação e a identidade nacional compuseram as políticas de Estado, momento em que se deu também a institucionalização da preservação cultural, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) em 1937 (CHUVA, 2012, p. 67).

Hall (2005) propõe uma análise sobre a desconstrução de uma cultura nacional, pensando identidade e diferenças, e se realmente estas são unificadas. O autor reforça a necessidade de se pensar em três conceitos referentes à constituição de uma identidade nacional, “as memórias do passado, o desejo de viver em conjunto e a perpetuação da herança” (HALL, 2005, p. 57). As culturas nacionais buscam unificar seus membros em uma identidade cultural independente da classe, do gênero ou da raça. No entanto, estas são compostas por divisões e diferenças internas, que são “unificadas” através de formas de poder cultural, que as representam como expressão de cultura de um único povo. Há uma crítica sob esta forma de representação, uma vez que as nações “modernas são, todas, híbridos culturais”, reafirmando que a nação não é uma identidade cultural unificada.

Todo o complexo processo de “globalização” tem possibilitado mudanças que atravessam as fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço e/ou tempo. Esse ritmo acelerado de integração, observado principalmente desde a década de 1970, aumenta o fluxo e laços entre as nações. Para Hall (2005), todas as mudanças ocasionam três possíveis consequências:

As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado da homogeneização cultural e do pós-moderno global; As identidades nacionais e outras identidades locais ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência a globalização; As

identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas estão tomando seu lugar (HALL, 2005, p. 69).

Para Agier (2001), nas escalas microssociais formam-se as pequenas narrativas identitárias, que ocupam o espaço antes preenchido pelas grades narrativas em crise. Elas estão presentes em diferentes contextos e possuem conteúdos religiosos, étnicos ou regional e são vivenciadas por pequenos grupos (AGIER, 2001, p. 10). Com o fim das “grandes narrativas”, o mundo encontra-se em uma fase de criatividade intensa feita de múltiplas buscas identitárias e, simultaneamente, de novas culturas declaradas identidade.

No Brasil, a desconstrução da identidade nacional, enquanto única e unificada, ocorre após discussões sobre o conceito de patrimônio cultural. Diante das novas perspectivas, não haveria possibilidade de se pensar o território brasileiro, em sua multiplicidade cultural, como pertencente a uma única cultura. Considerando a formação de seu povo e as matrizes que o constituiu, reelabora-se o conceito de patrimônio histórico dando visibilidade à cultura popular em suas variadas representações. Desse modo, há um avanço na legislação nacional, englobando toda a brasiliidade dos operários, índios, sertanejos e afrodescendentes (DE PAOLI, 2012).

Todavia, podemos considerar que neste mundo pós-moderno as identidades permanecem fortes. No entanto, as identidades locais, regionais e comunitárias têm se representado mais expressivamente. A alteridade e grupos étnicos minoritários no interior dos estados-nação levam a uma “pluralização” de culturas nacionais e identidades nacionais, propiciando debates sobre diferentes patrimônios e a necessidade de legislação específica para a salvaguarda de bens referentes às diferentes identidades (HALL, 2005).

Discussões sobre memória e identidade possibilitam a construção de narrativas patrimoniais representativas aos diferentes grupos sociais, considerando a relação com patrimônio cultural. A memória é um elemento essencial para compreendermos a construção das identidades. No entanto, a memória pode ser abordada sob diferentes perspectivas; teóricos como Joel Canda (2010), Maurice Halbwachs (2006), Pierre Nora (1993) e Michael Pollak (1989; 1992) propõem reflexões sobre memória e representações sociais.

A memória, enquanto faculdade humana, tem caráter ressignificador, pelo qual, através das experiências vividas no passado e das lembranças rememoradas, se constrói o presente. As discussões propostas por Halbwachs (2006) e Pollak (1989; 1992) versam sobre a memória constituída do ponto de vista coletivo, considerando que a memória individual é “influenciada” pelas memórias coletivas e sociais, uma vez que se respalda em referentes externos para se

estruturar. Assim, as memórias individuais são moldadas pelo coletivo. Por outro lado, as considerações de Candau (2010) compreendem a memória a partir de uma perspectiva individual, sendo esta pautada em representações que cada indivíduo tem do passado.

Para Maurice Halbwachs (2006, p. 41), há uma distinção entre memória coletiva e memória individual. O passado organizado em forma de lembrança de uma determinada pessoa, que expressa seu ponto de vista, reporta a uma memória interior ou pessoal. Enquanto que as lembranças formadas ou distribuídas dentro de um grupo são memórias exterior ou sociais. No entretanto, as duas memórias se complementam, na medida em que a memória individual assimila fatores que lhe são externos, ou seja, construídos pela memória coletiva. Considera-se, então, que as memórias estão em permanente interação (HALBWACHS apud SOUZA, 2014).

Para Michael Pollak (1989; 1992), assim como para Halbwachs (2006), a relação entre o indivíduo e seu passado se constrói a partir da interação entre a memória individual e coletiva. O autor afirma que a memória é uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento” (POLLAK, 1989, p. 9). Ele, aponta, então, três elementos constitutivos da memória, “os acontecimentos vividos pessoalmente e os “vividos por tabela”, pessoas e personagens e, por fim, lugares” (POLLAK, 1992, p. 201-202).

Sobre o elemento ‘lugares’ devemos considerar as colocações de Pierre Nora (1993), que analisa a necessidade da sociedade moderna de eleger lugares onde depositar memórias, os chamados lugares de memória. O autor coloca que estes desvirtuam a memória e a tornam história e, para ele, memória e história não são sinônimos, pois:

A memória é viva, sempre carregada por grupos vivos, e está em permanente evolução [...] Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, cenas, censura ou projeções (NORA, 1993, p. 9).

Segundo Candau, a memória é uma reconstrução continuamente atualizada do passado e, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo, a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias. Para autor, é mais adequado pensar em marcos sociais da memória do que em memória coletiva e, assim, ele reafirma sua visão acerca da memória individual e da memória coletiva, como uma faculdade individual influenciada ou moldada por marcos sociais, porém, isso não torna a memória coletiva (CANDAU apud SOUZA, 2014).

Diante das considerações dos teóricos citados, podemos considerar que a memória é um instrumento que permite a rememoração do passado por meio de lembranças, sejam elas individuais ou coletivas, que reafirmam referentes identitários na medida em que os sujeitos se identificam e ressignificam suas identidades através de memórias.

Desse modo, ao pensarmos na relação entre memória e identidade direcionada aos quilombolas Kalunga, observamos que, respaldado pela memória coletiva, reafirmada pela fala dos anciões ou “grôs”, o grupo etnicamente diferenciado construiu um discurso permeado de sentidos e significados que reafirmam a identidade do grupo enquanto constituinte do híbrido cultural que forma a nação brasileira. Reafirmar o direito de fala e a afirmação identitária desta comunidade é uma das formas de garantir a continuidade e permanência de seu patrimônio cultural.

Patrimônio este que se expressa pelo saber de seus anciões (Figura 1); pela forma como usam os recursos naturais que compõem a paisagem de seu território (Figura 2); pelo modo que constroem suas residências e abrigam seu núcleo familiar (Figura 3); pela forma como reproduzem seus saberes (Figura 4); e pelas práticas culturais e celebrações que moldam os festejos, ou seja, pelo modo viver repassado de geração a geração, dentro de um território que representa a vivacidade desta comunidade negra rural.

Figura 1 - Sr. Laurindo (*in memoriam*)



Fonte: Acervo pessoal (2019).

Figura 2 - Uso do Rio



Fonte: Acervo pessoal (2009).

Figura 3 – Casa vernacular

Fonte: Acervo pessoal (2019).

Figura 4 - Saber fazer – Cachimbos

Fonte: Acervo pessoal (2009).

1.1.2 Pelos Sertões do norte de Goiás: o ouro, o gado e a resistência

O desbravamento dos sertões dos Goyazes inicia-se a partir de expedições denominadas “entradas”, “descidas” e “bandeiras”². As expedições eram realizadas por bandeirantes ou jesuítas, tinham caráter oficial, religioso ou particular e destinavam-se a explorar o interior, traçar roteiros, capturar indígenas e buscar riquezas minerais, mas não formavam núcleos de povoações. Constituídos por um grande planalto, alongado de norte a sul, os sertões ofereciam diferentes possibilidades de acesso: pelo leste, partindo de São Paulo, Rio de Janeiro ou Bahia, e pelo norte, por importantes vias fluviais³ (PALACÍN, 1986).

O interior da colônia tornou-se destino de “desbravadores” que buscavam mão de obra indígena e metais preciosos. Em 1690, descobre-se ouro nas Minas Gerais e, em 1718, nas minas de Cuiabá, dando por certo a descoberta de metais em terras dos gentis Goyazes, que intermediavam os dois territórios. Sobre os novos descobertos Pohl (1976) cita:

² As primeiras bandeiras que percorreram este território, no século XVI, diante das dificuldades terrestres, ocorreram pelo caminho fluvial por curso dos rios Paranaíba-Tocantins-Araguaia. Após 1630, introduz-se o uso de muares e os caminhos passam a ser percorridos por terra (PALACÍN, 1986).

³ “A primeira bandeira que, partindo possivelmente de São Paulo, chegou aos sertões de Goiás, no leste de Tocantins, foi a de Antônio Macedo e Domingos Luís Grau (1590-1593). Depois seguiram-se a de Domingos Rodrigues (1596-1600), que desceu até a confluência do Tocantins com Araguaia; a de Afonso Sardinha (1598-?) a de Belchior Carneiro (1607-1609), que passou ainda mais para o norte; a de Martins Rodrigues (1608-1613); a de André Fernandes (1613-1615); a de Pedroso Alvarenga (1615-1618); a de Francisco Lopes Benevides (1665-1666); a de Luís Castanho de Almeida e a expedição familiar de Antônio Paes (1671); a de Sebastião Paes de Barros(1673) [...] O caminho fluvial, partindo de Belém pelo Amazonas, retomando depois pelo Tocantins e Araguaia, era igualmente frequentado.[...] A partir de 1653, sucedem-se regularmente as expedições dos Jesuítas, em 1653, a do P. Viera” (PALACÍN, 1986, p. 8).

O bom êxito das primeiras incursões incitou-os a empreenderem outras. Dentro em pouco se reuniram vários paulistas para navegarem pelos rios até então desconhecidos. Nessa viagem de seiscentas léguas de extensão eles tiveram inúmeras aventuras, mas descobriram Cuiabá e as preciosas minas de Mato Grosso. Não demorou muito para que a Corte de Lisboa se voltasse para essas ricas descobertas. Os descobridores foram agraciados com distinções e recompensas pelas vastas e novas terras auríferas que encontraram (POHL, 1976, p. 126).

Relatos históricos mencionam que a ocupação do território e a formação dos primeiros povoados ocorreram somente após 1722, a partir da bandeira organizada por Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera filho), João Leite da Silva Ortiz e Domingos do Prado, provindos da Capitania de São Paulo. Organizada com capital dos próprios bandeirantes e concedida por licença pelo rei, a expedição garantia aos “aventureiros” vantagens nas novas minas e cargos políticos na região, conforme cita Pohl: “Bueno regressou para Goiás favorecido com títulos de Capitão-Mor Regente e muitos privilégios pessoais” (POHL, 1976, p. 128).

No momento de sua ocupação, eram muitos os grupos indígenas que habitavam todo o território goiano. Silva e Sousa (1809 apud PALACÍN, 1986) enumera em mais de vinte os grupos em todo o território, de norte a sul, onde pode-se citar os Akroá, Kayapó, Xavante, Goia, Crixá, Araés, Xerente, Karajá entre outros. Durante a colonização, as relações entre indígenas e colonizadores foram bastante conflituosas e muitos grupos foram dizimados.

A ocupação da região determinou-se pela mineração de ouro. Nos locais onde se encontravam ouro, as populações se fixavam e formavam os primeiros povoados. Mas, logo que o ouro se findava, os mineiros migravam para outras regiões, deixando apenas as pequenas vilas e os que ali resolviam se fixar. Com isso, ocorreu um expansionismo geográfico, no qual se almejava adentrar o interior em busca do ouro.

O primeiro núcleo de povoação a se formar nesse território foi na região do Rio Vermelho, local em que Bartolomeu e os seus encontraram ouro e fundaram o Arraial de Sant’Ana, em 1726, que depois receberá a denominação de Vila Boa, a primeira capital do território. Em seus arredores surgiram outros pequenos arraiais, como Ferreiro, Anta, Barra, Ouro Fino e Santa Rita (PALACÍN, 1986). Em relação à descoberta de ouro no Rio Vermelho, Pohl (1976) menciona:

Prosseguiu ativamente a exploração do ouro. Rapidamente os colonos se espalharam até à região muito aurífera do Arraial da Barra e erigiram ali a primeira capela. Em breve se difundiu por todo Brasil a fama dos tesouros encontrados aqui encontrados e, como de costume, exageradamente. De todas as capitâncias acorreram aventureiros sedentos de ouro e, apenas dois anos depois de fundada a colônia, aqui se achava uma população incrivelmente aumentada, constituída de toda espécie de gentinha (POHL, 1976, p. 128).

A época do ouro em Goiás foi intensa, porém breve. Após cinquenta anos de exploração, as minas entraram em decadência. Sobre o Ciclo do ouro em Goiás, Pohl (1976) cita: “Começara a idade do ouro em Goiás. Mas essa vida durou pouco. As riquezas esgotaram-se e não tornaram a voltar. Tão facilmente era extraído o ouro quanto rapidamente era dissipado no luxo, na indolência, e no desperdício” (POHL, 1976, p. 129).

Nesse período, surgiram outras povoações. Durante o século XVIII, segundo Palacín (1986, p. 11), três zonas povoaram-se na Província de Goiás com uma relativa densidade, sendo elas: a zona centro-sul, onde estavam Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis), Vila Boa e arraiais vizinhos; a Zona na “região Tocantins”, que administrativamente pertencia à Correição do Norte, com povoações como Traíras, São José (Niquelândia), Muquém; e a do norte da capitania, uma extensa zona entre o Rio Tocantins e os chapadões da Bahia, com as povoações de Arraias, São Felix, Cavalcante, Natividade e Porto Real (Porto Nacional).

Entende-se que até 1748 o território que constituía Goiás pertencia à Capitania de São Paulo e somente em 1749, após a chegada do primeiro governador e Capitão geral, D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, que o território goiano passou a ser denominado de Capitania de Goiás.

Na região norte, entre o Rio Tocantins e o sertão da Bahia, formaram-se povoados em “novos descobertos” ao longo do Rio Paraná, visando a exploração do ouro, porém, a pecuária e agricultura, desde as primeiras ocupações, se fizeram presentes na região, possivelmente, para a subsistência da população, propiciando o povoamento. Para Capel (2007, p. 20), “[...] o avanço dos “currais” do Rio São Francisco parece ter atingido o nordeste goiano e contribuído assim, decisivamente, para o estabelecimento das fazendas de gado”.

Além da mineração, a pecuária representou-se como atividade importante para os povoados do norte. Bertran (2011, p. 136) menciona que “de fato, quando, em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, adentrou a região já encontrou sinais de gado, sentindo-se de todo perdido [...] Nas bordas de Goiás e Tocantins a pecuária antecedia a mineração...”. Em 1781, conforme cita Salles (1992, p. 246), existiam 106 fazendas de gado vacum e cavalar, sendo que nessas fazendas era empregada a mão de obra escravizada, assim como nos nove engenhos de cana e farinha instalados na região.

A documentação histórica relata a formação de povoados como Cavalcante, Arraias e Monte Alegre de Goiás nesse contexto. As minas de ouro que deram origem ao Arraial de Cavalcante foram descobertas em 1736, em uma das expedições organizadas para “descobrir”

novos veios auríferos nos sertões do norte. Em 1740, os bandeirantes Domingos Pires e Diogo Teles Cavalcante fundam o Arraial, momento em que Governador da Capitania de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, percorria a região. Em meio a serras e com abundância de recursos hídricos, como rio da Almas e Paraná, desde então, a região passou a atrair pessoas “dispostas” à mineração. Sobre o Arraial, Pohl (1976) menciona:

O Arraial de Cavalcante tira o seu nome dos índios que outrora habitavam esta região, hoje totalmente extintos. Foi fundado em 1740 por Domingos Pires; enquadra-se entre as pequenas povoações, se bem que seja uma das melhores de Goiás; tem aspecto alegre e fica numa região amena, rodeada por montanhas, na Serra de São Pedro, outrora muito aurífera. As ruas são retas e regulares. As casas são térreas, mas rebocadas de argamassa e caiadas. Os tetos são cobertos de telha cozidas. Os terrenos cercados diante das casas são plantados pés de café, bananeiras e laranjeiras (POHL, 1976, p. 281).

Em 1777, o Arraial de Cavalcante eleva-se à Cabeça de julgado, pertencente à Correição do Norte, abrangendo os arraiais de Flores, Santa Rosa e Mato Grosso. Logo após, recebe a Casa de Fundição, antes instalada em São Felix. Em meados do século XIX, Cunha Mattos percorre a região e sobre Cavalcante relata:

Este arraial, que teve princípio em 1740, acha-se situado na falda de alta serra de Sant’Ana, em terreno plano, rico em ouro, abundante em água, faltos em pastos e de mantimentos de todas as qualidades; é banhado pelo córrego Lavapés que se mete no rio das Almas; tem 107 casas pela maior parte humildes, a igreja matriz de Sant’Ana, a do Rosário, e a do Senhor do Bonfim. Teve casa de fundição (66), cujo edifício ainda existe com alguma ruína. [...] É cabeça de julgado (CUNHA MATTOS, 1979, p. 121).

De fato, o Arraial destacava-se entre os demais da região, talvez por sua grande extensão territorial, pela exploração aurífera, por ser sede de Companhia de Infantaria e Cavalaria e por sediar a Casa de Fundição.

Figura 5 - Fachada da Casa de Fundição

Fonte: Série Inventário Cavalcante, GO.
Acervo: MUBAM, 2020.

Figura 6 - Casa de Fundição

Fonte: Série Inventário Cavalcante, GO.
Acervo: MUBAM, 2020.

As imagens acima (Figuras 5 e 6), que compõem o arquivo do inventário de Cavalcante realizado pelo IPHAN, mostram a Casa de Fundição instalada no Arraial de Cavalcante. As casas de fundição tinham a finalidade de fundir ouro ou prata extraídos das minas e, consequentemente, realizar a coleta do quinto para a Coroa Portuguesa. Eram instaladas em locais estratégicos do território. Sua instalação no Arraial de Cavalcante representou a “opulência” daquele povoado que outrora se dedicou à extração aurífera.

Quanto à demografia, Cavalcante destacava-se em números, contando com uma população entre brancos e negros, sendo que, conforme relata Cunha Mattos (1979, p. 121), era “o povoado da gente mais branca de toda a comarca”. Porém, o apogeu aurífero, assim como em todo o restante da Capitania, não se prolongou, uma vez que as técnicas utilizadas para tal não alcançavam a profundidade em que o minério se encontrava. Sobre o declive da extração de ouro, Pohl (1976) descreve:

Por ter cessado a extração de metal, foi extinta a casa de fundição, que tinha sido antes transferida de São Felix para cá. Três igrejas testemunharam igualmente a antiga abastança dos habitantes. Mas há já alguns anos os ricos abandonaram o lugar e se mudaram-se para outras paragens, principalmente porque desde muitos anos não se extraí mais ouro, seja por causa da profundidade em que se acha o metal, seja devido à falta de negros. [...] Antigamente, Cavalcante era célebre pela produção de ouro (POHL, 1976, p. 281).

Por sua vez, o Arraial de Arraias surge por volta de 1736, em local de “garimpo” de ouro, descoberto na Chapada dos Negros. Em 1740, D. Luís Mascarenhas esteve na região para a fundação do Arraial. Desde os primeiros descobertos de ouro na região norte da Capitania, a localidade chama atenção do Governador Geral por ser uma área de comércio importante entre

a Bahia e Belém e, consequentemente, rentável à coroa. A historiografia registra a presença de povos negros na região desde sua ocupação e documentos relatam a convivência entre brancos, negros, mestiços e indígenas. Em 1792, próximo ao povoado de Arraias, foi descoberto um novo ponto de extração denominado Ouro Podre, devido sua coloração. Sobre Arraias, Pohl (1976) cita:

O pequeno Arraial de Arraias, que tira o seu nome do Rio Arraias, é cercado de serra e construído sobre uma colina. Dois riachos fornecem boa água potável, o Córrego Rico e o Córrego Maravilha. São auríferos e outrora davam abundante produção. Singular é a cor pardacenta desse ouro, que, por isso, chama-se “ouro podre”. [...] De acordo com esboço do plano, feito pelo próprio Governador Geral Dom Luís de Mascarenhas quando esteve aqui, o arraial foi edificado em 1740. A igreja é cercada de casas por todos os quatro lados. São construídas de tijolo cru, mas cobertas de telhas cozidas. [...] Agora, que a extração de ouro é pequena, os habitantes vivem da criação de gado e da fabricação de queijo. Nas roças são cultivados algodão, milho, e fumo. Arraias é um julgado ou distrito judiciário, a que pertence o Arraial do Morro do Chapéu, a seis léguas de distância (POHL, 1976, p. 277).

Em 1769, com a edificação da Capela de Santo Antônio, surge o Arraial de Morro do Chapéu, hoje Monte Alegre de Goiás. Situado entre Arraias e Cavalcante, como outros povoados da região, teve população constituída a partir da mineração. Em sua passagem pela região, Pohl (1976, p. 279) relata que o povoado localizava-se entre serras, era pequeno e cercado por “colinas de pico agudo, de onde lhe veio o nome [...] Outrora extraiu-se muito ouro aqui. Agora, porém, faltam braços para o trabalho e os habitantes vivem mais da criação de gado”.

Após declínio da mineração, os remanescentes dedicaram-se à agropecuária. O povoado representava uma importante rota de comércio entre Belém-Bahia para venda e trocas de gêneros alimentícios, entre outros. Em 1824, o governador de armas da Província, Cunha Mattos, percorreu a região e sobre o Morro do Chapéu relata:

Este arraial está a sete e meia léguas distante e ao sul de Arraias, a oeste da serra da Covanca, e a leste do Morro do Chapeu que fica mui próximo; banhado por um pequeno regato que só corre no tempo das chuvas. Tem sete casas humildes e capela de S. Antonio, com três altares, inteiramente reformada pelo padre Manoel Joaquim (em 1832 tinha 12 prédios). Os moradores deste distrito não são pobres. Foi povoado no ano de 1769, e pouco depois por falta de escravos e preguiça dos livres decaiu do seu explendor, até de todo se atenuar (CUNHA MATTOS, 1979, p. 125).

A povoação de toda essa região do território goiano constituiu-se de pessoas provindas de diferentes lugares. Ocupar as terras despovoadas, naquele momento, representava um ato de coragem, pois se tratava de um local inóspito, sem estradas e com longos caminhos a se

percorrer até a capital da província⁴. É certo que já se conhecia os caminhos aos “sertões”, pois desde o século XVI foram percorridos por diferentes “aventureiros”, mas a fixação era outra “história”. Fixar-se em local desprovido até mesmo de gêneros alimentícios colocava aqueles que “pra cá” migraram, ou foram tragos, como desbravadores dos sertões.

Sobre a população, no período correspondente à mineração, as fontes não apresentam dados precisos. No entanto, os registros de 1781, citados pelo governador Luís da Cunha Menezes em correspondência ao secretário de Estado, registram 58.829 (cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e nove) habitantes de Goiás. Em 1824, Cunha Mattos indica um total de 62.518 (sessenta e dois mil, quinhentos e dezoito habitantes) (PALACÍN, 1994, p. 69). Constituída por brancos, mestiços, negros e índios, a população formou povoações não somente em decorrência da extração aurífera, mas também devido à expansão das atividades agropecuárias.

De fato, deve-se ressaltar a importância de todos os que aqui permaneceram para a consolidação do território. A população branca, minoria na época, constituía-se em maior parte por “mineiros”, dono das lavras, comerciantes, roceiros e contratadores, assim como por aqueles que não desempenhavam trabalho rentável, como vadios ou operários⁵. Os mestiços ou “mulatos”, nascidos da miscigenação, estão associados a bastardo, ao ilegítimo⁶. Sem deixar de citar os indígenas, de várias etnias, que aqui já habitavam e constituem parte fundamental da formação deste Estado, assim como os povos negros, que chegaram na condição de escravizados ou mesmo livres, como força produtiva, e contribuíram significativamente para formação de uma cultura plural.

A economia dos sertões, desde as primeiras expedições, utilizou-se do trabalho escravo. Indígenas e africanos foram os responsáveis pelo cultivo do solo e extração de minerais, “largamente empregados no serviço das minas, na agricultura, e nos trabalhos domésticos” e “vindos ora do Rio de Janeiro, ora do nordeste, ora além do mar, demoravam-se pouco tempo em São Paulo. Partiam logo para as Minas” (SALLES, 1992, p. 226).

⁴ Inicialmente, a capital da Província de São Paulo e, após 1749, com a instalação da Capitania de Goiás, a capital Vila Boa, localizada ao sul do território.

⁵ Conforme cita Palacín (1994, p. 72) “A última camada da população branca constituía essa massa flutuante de gente sem profissão, sem emprego nem renda, que vegetava nos arrabaldes das cidades, ou, sem rumo, nos caminhos, vivendo de esmolas (a mendicância constituía verdadeira praga) ou de pequenos furtos, mas nunca e uma trabalho fixo”.

⁶ Conforme cita Palacín (1994, p. 78) “Não somente na linguagem popular e no uso diário da rua, mas igualmente nas comunicações oficiais, e inclusive nas expressões da lei, “mulato” aparece frequentemente associado a bastardo, negro e escravo; termos todos nativamente carregados de um peso de promiscuidade, fanforronice, graves desordens morais e sociais, algo que “per si” inclina para cadeia e para força”.

Como povos escravizados, os negros trabalhavam em condições precárias, condicionados à vida curta. Como cita Palacín (1994), “com os pés metidos em água fria, durante horas e horas, dobrados sobre a cintura enquanto sol caia implacável sobre suas costas os escravos sustentavam-se no poder a longos goles de cachaça” (PALACÍN, 1994, p. 78). Nesse contexto, eram acometidos a uma série de doenças, uma vez que também tinham uma má alimentação, moradia em locais insalubres e castigos constantes. De tal modo, se encorajavam às fugas e à formação de quilombos.

Não se sabe ao certo a quantidade de negros que foram tragos à Província de Goiás, uma vez que ocultar era mais rentável ao colono, tendo em vista a arrecadação de impostos, como a captação e os dízimos. Assim, registrava-se um número bem menor do que realmente se contrabandeava. Não há dúvidas de que formavam grande parcela da população.

Salles (1992, p. 230) menciona que os povos africanos que chegaram a Goiás são de diferentes regiões de origem. Dentre estes, destaca-se os africanos sudaneses, denominados de “Yorubas”, “Gêges”, “Haussás” e “Minas”, de acordo com as regiões que provinham, e que aportavam preferencialmente na Bahia. Nos registros da Paróquia de Meia Ponte, desde 1732, constam registrados e batizados negros Mina⁷ e da nação Nagô. Outro grande grupo africano, os “Bantus”, entre os quais se incluem “Angolas, Congos, Benguelles” também foram encontrados em Goiás. A miscigenação entre os diferentes grupos constituiu a população escrava, seus costumes, alimentação e crenças.

Na segunda metade do século XVIII, a economia se ruralizou e grande parte da população mudou-se das vilas mineiras para as fazendas, onde passaram a produzir para a subsistência, como coloca Palacín (1986):

Os aglomerados urbanos estacionaram ou desapareceram e grande parte da população abandonou a região. Os que permaneceram foram para zona rural e dedicaram-se à criação de gado e agricultura [...] produzindo apenas algum excedente para aquisição de gêneros essenciais (PALACÍN, 1986, p. 46).

Após o auge da atividade mineradora, a capitania entra em um processo de “estagnação” econômica. A região Norte, distante geograficamente da região Sul e da sede administrativa da Província, enfrenta um quadro de “abandono, despovoamento, pobreza e miséria”, descrito por

⁷ “É sabido que os negros “minas” eram escravos preferidos da zona mineradora. Inteligentes, ativos e laboriosos, já traziam da costa africana alguma experiência da indústria da mineração (18). Pode-se concluir, embora com reserva pela ausência de maior documentação, que vinham da Bahia, através dos sertões da região ocidental da Capitania” (SALLES, 1992, p. 230).

muitos viajantes e autoridades que passaram pela região nas primeiras décadas do século XIX⁸. No entanto, essa hipótese é passível de contestação.

Nasr Fayad Chaul (2010) propõe uma reconstrução em relação às representações que sedimentam a dicotomia decadência/prosperidade em Goiás, pós ciclo do ouro, e sugere pensarmos nos sertões, em finais do século XVIII até início do século XX - sobre a estagnação econômica e populacional que foi descrita pelos viajantes.

Nessa perspectiva, era certo que não havia a possibilidade de se ter outra interpretação sobre Goiás, vinda dos grandes centros, a não ser de decadência da Capitania. Ora, desprovida de estradas, com mínima urbanização, despovoamento, baixa produtividade, falta de escola primárias e assistência à saúde, o período de transição entre o declínio da mineração e a agropecuária representou para quem olhava de fora atraso e decadência.

No entanto, para Chaul (2010), o atraso da sociedade goiana foi interpretado nos moldes de uma sociedade urbana:

[...] na sociedade goiana pós-crise da mineração, existiu muito mais da vida e vigor do que as interpretações sobre a decadência indicam. Partimos do princípio de que há, na cultura moderna, uma representação sobre as ideias de decadência e atraso, traduzidas no embate entre agrário e urbano, o atraso e o desenvolvimento, o antigo e o moderno [...] um território em decadência significava, fundamentalmente um lugar totalmente desprovido de desenvolvimento urbano, alheio ao mundo do capital e do trabalho, carente do progresso (CHAUL, 2010, p. 23-24).

Desse modo, o “tímido” processo de urbanização que ocorreu em Goiás, no período pós mineração, pautado na agropecuária e na relação campo-cidade, representa para alguns a decadência e o atraso. No entanto, o que ocorreu foi o esgotamento de uma forma de produção e a sua substituição por outras atividades econômicas, com deslocamento da população para outras atividades não relacionadas apenas à mineração.

Diante dessa situação, conforme menciona Cavalcante (1999), a Coroa se atenta ao fato de que somente através do povoamento, do desenvolvimento da agricultura e do incentivo ao comércio com outras regiões da capitania é que se poderia contornar esse quadro em que estava inserida a Província, principalmente a região norte.

Diante da imensidão de seu território, visando facilitar a administração e promover o povoamento, em 1809, a Capitania de Goiás foi dividida em duas Comarcas, a do Sul,

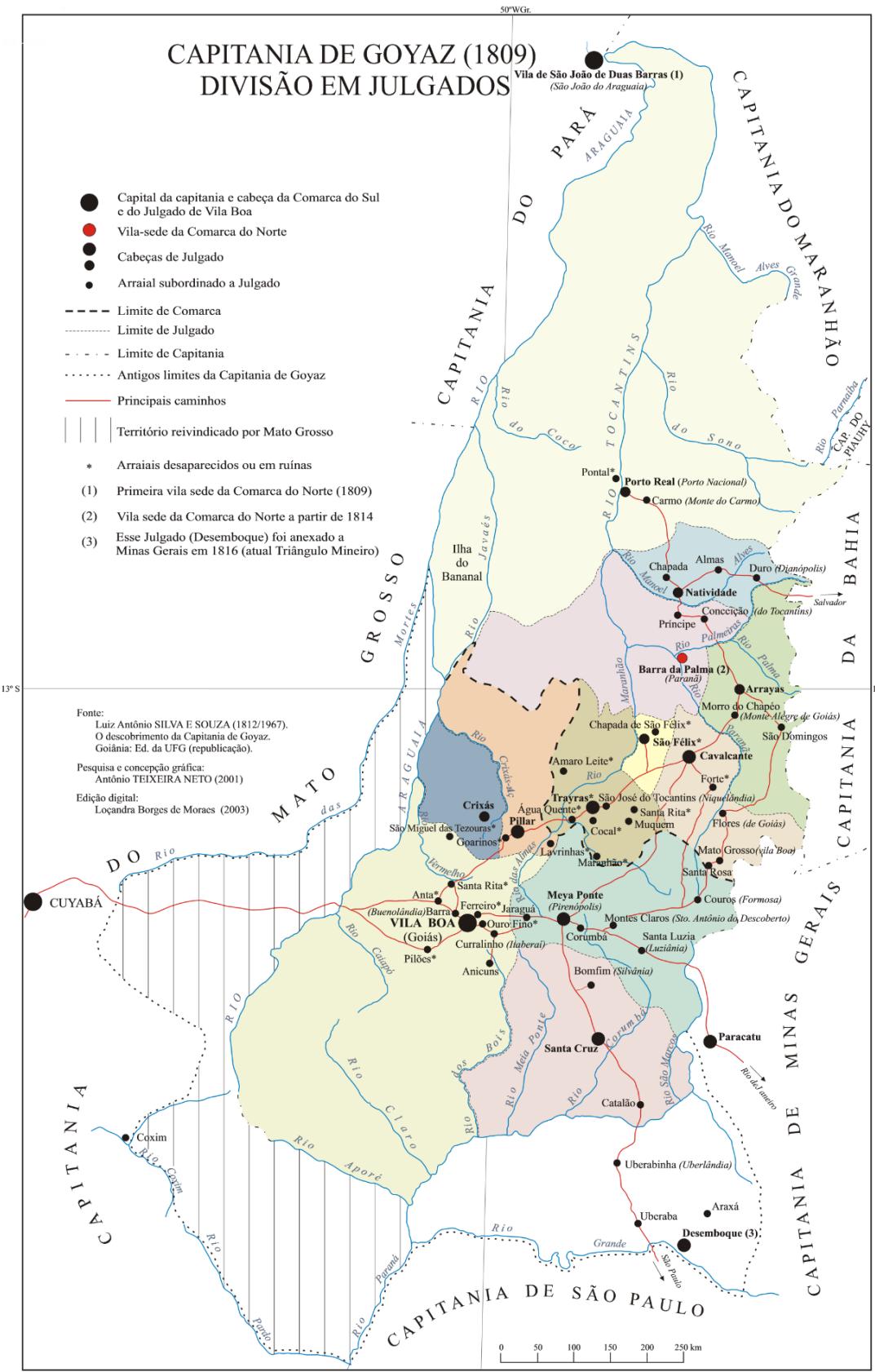
⁸ De acordo com Chaul, “De Silva e Souza (1812) a Cunha Mattos (1823), do Dr. Pohl (1810) a Saint-Hilaire (1816), passando por D’Alincourt (1818), Burchell (1827), Gardner (1836) e Castelnau (1843), e chegando aos historiadores contemporâneos que tratam o período da mineração e da agropecuária em Goiás, além de intelectuais de outras cepas e anônimos da escrita, a aceitação da decadência da sociedade goiana no período pós-minerador é unânime” (CHAUL, 2010, p. 41).

compreendendo aos julgados de Goiás, Meia Ponte, Santa Cruz e Pilar de Goiás; e a do Norte, compreendendo aos julgados da Vila de São João da Palma, Natividade, Porto Imperial, São Felix e Cavalcante, que teve como primeiro ouvidor o desembargador Joaquim Teotônio Segurado. Sobre essa divisão em comarcas, Pohl (1976) descreve:

Esta capitania divide-se em duas comarcas: as Comarca do Sul ou Vila Boa, que, além de Vila Boa, compreende os arraiais de Crixá, Pilar, Meia Ponte, Santa Luzia, Santa Cruz e outras e a Comarca do Norte, ou Vila de São João da Palma, a que pertence os arraiais de Porto Real, Natividade, Conceição, Traíras, Arraias, São Félix, Cavalcante, Flores e outros. Contam-se em toda a Capitania apenas 50.133 habitantes, dos quais 32.689 pessoas e 9.330 fogos na comarca meridional e 17.444 pessoas e 12.520 fogos na comarca setentrional, parcialmente montanhosa; maior parte dela é plana e pouco agricultável (POHL, 1976, p. 122).

A Figura 7 mostra a divisão das Comarcas e dos julgados da Capitania de Goiás, em 1809.

Figura 7 - Mapa Capitania de Goyaz (1809) – divisão em julgados



50 WGL

Fonte: Observatório Geográfico de Goiás/ IESA/ UFG.
Disponível em <https://observatoriogeogoias.iesa.ufg.br/p/2343-mapas> Acesso em: 20/01/2021

A instalação da Comarca do Norte foi significativa para “contornar os problemas financeiros, econômicos e administrativos que a região norte do território enfrentava” (CAVALCANTE, 1999). Nesse momento, a expansão da econômica da região norte voltou-se à produção agrícola devido à facilidade de navegação fluvial pelo Rio Tocantins e, consequentemente, um bom escoamento da produção, visando realizar comércio com cidades da Bahia, Rio de Janeiro e também com a Capitania do Pará.

Em 1821, deflagra na região um movimento separatista do norte de Goiás em relação ao sul. Diante do cenário político nacional, o norte de Goiás inicia movimentos em prol da emancipação. Essa reação desencadeou-se pelas diferenças que havia entre as duas Comarcas da Província. As desigualdades existentes no norte, como a precariedade em que vivia a população, levaram representantes políticos do norte a reivindicarem, através de uma junta provisória, a separação. Contudo, com a Independência do Brasil, em 1822, como afirma Cavalcante (1999), “aqueles que estiveram à frente deste movimento separatista se aquietaram, e “aceitaram” a decisão do Imperador de não reconhecer como legítima a Junta instalada nesta região”.

Ainda no Império, duas outras tentativas de separação territorial ocorreram entre Norte e Sul na Província de Goiás. Em 1863, Visconde de Taunay, então Deputado da Província, propôs a separação do norte goiano para a criação da Boa Vista do Tocantins, com capital sede em Boa Vista (Tocantinópolis). E em 1889, pelo projeto de Fausto de Souza, que propunha a redivisão do Império em 40 províncias, a qual inseria o Tocantins na região norte da província de Goiás. Porém, não houve conclusão de nenhuma das duas propostas (CAVALCANTE, 1999).

Com o advento da República, o discurso separatista esteve presente na imprensa regional, em periódicos como a "Folha do Norte" e "Norte de Goiás", sendo também notícia nacional. Em junho de 1931, a Revista mensal “Informação Goyana” publicou reportagem sobre as condições gerais do Estado de Goiás, na qual pode-se perceber as perspectivas de crescimento do território e da população (Anexo 1).

A partir da década de 1930, o discurso separatista retorna à esfera nacional, mas se concretizando somente em 1988. No entanto, mesmo inseridos no contexto da região norte desde a colônia, os municípios de Cavalcante e Monte Alegre de Goiás, atualmente, constituem o Estado de Goiás, situados na região nordeste do Estado, limitando-se ao Estado do Tocantins.

1.2 No mastro a Santa, no quadro o Império e no coração a Devoção – Expressões de um Patrimônio Kalunga

Podemos dizer que o patrimônio cultural Kalunga representa sua identidade ou seria a identidade que molda seu patrimônio? De fato não podemos dissociar patrimônio cultural e identidade, pois são as referências identitárias que compõem seu patrimônio, seja material ou imaterial, e representam sua diversidade. Esse patrimônio constitui-se por bens culturais, referências de memória vivenciadas no presente, que devem ser “preservados” para que sejam transmitidos para gerações futuras, uma vez que reúnem afetos, sensibilidades, lembranças e tradições que dão sentidos e significados para sua permanência.

Na comunidade, a religiosidade e suas expressões constituem elementos representativos de seu patrimônio cultural. O reconhecimento e a valorização dessas práticas implicam na preservação de uma tradição guardada na memória dos praticantes e, por sua vez, podem ser caracterizados como bem cultural de natureza imaterial. Entendendo, nesta pesquisa, bem cultural como um produto de concepção humana, dotado de um valor singular. Assim, catalogar e analisar os indícios materiais e orais da memória acumulada em torno do Império de Nossa Senhora D’Abadia propiciam maiores condições possíveis de preservá-lo, considerando sua importância memorialística e identitária para o grupo social que a preserva.

Mas, para compreender o quão representativo é esse bem cultural, precisamos analisar a trajetória histórica do povo Kalunga. Pensar na trajetória de um povo é rememorar os caminhos percorridos por este ao longo da história. O “povo”, aqui rememorado, será uma comunidade negra rural, formada no contexto da mineração, na região norte da Capitania de Goiás, no Vale do Paranã, que resistiu aos ataques da política escravista, aos desafios do Império e, atualmente, no Brasil República, é a maior comunidade quilombola do Estado.

No século XVIII, na Capitania de Goyaz, não diferentemente de outras regiões do Brasil colônia, os povos escravizados se rebelaram e resistiram ao sistema a que estavam submetidos, provocando mudanças sociais e no sistema de trabalho. Embora fossem intensamente vigiados e combatidos, fugiam e se agrupavam formando os quilombos. Na região do Brasil Central, os quilombos predominavam no Vale do Guaporé (Mato Grosso), no Sertão da Farinha Podre (Triângulo Mineiro) e no nordeste goiano (o quilombo Kalunga).

Devido às “descobertas” auríferas, o isolamento geográfico por outras Capitanias e o grande fluxo de escravos, o processo de organização de quilombos na Capitania de Goyaz ocorreu de forma diferenciada. A cada “descoberto” aurífero, se multiplicava rapidamente o

número de negros escravizados, que “constituíam a maioria da população de Goiás, concentrados quase todos nas lavras de mineração onde já se rebelavam contra o sistema escravista colonial” (SILVA, 1998, p. 90). De acordo com censo de 1779, em Goiás, os negros constituíam grande parcela da população, entre quarenta e cinco e oitenta por cento (45 a 80%) a depender da localidade. Nas cidades mineradoras, chegavam a representar setenta por cento (70%) da população (KARASCH, 1996). Até a abolição da Escravatura (1888), destacavam-se como principais quilombos, em relação ao âmbito demográfico, organização política e resistência cívica, o Quilombo de Ambrósio, o Quilombo do Pilar, o Quilombo do Muquém, o Quilombo do Cedro e o Quilombo dos Kalunga (SILVA, 2001). Esses locais se tornaram refúgio de resistência e liberdade, que fortaleceram a identidade dos povos negros⁹.

Para Karasch (1996), os negros que chegaram fugindo e se aquilombaram no norte de Goiás, percorreram a rota do “sertão” e proviam do Maranhão, Bahia e Pernambuco. Dotados do ofício de garimpeiros, continuavam a exercer este trabalho escondidos em montanhas, e todo esse movimento contribuiu para a formação de comunidades camponesas negras em Goiás, conforme cita:

Os quilombos então contribuíram para a descoberta e exploração da riqueza mineral da Capitania de Goiás. Também viviam da caça, pesca e cultivo de roças. Embora alguns se envolvesse em assaltos, outros cuidavam de gado e produziam carne-seca. [...] acreditamos que vieram a desempenhar um importante papel na formação de comunidades camponesas livres nos atuais Estados de Goiás e Tocantins (KARASCH, 1996, p. 241).

A historiografia dos quilombos em Goiás registra, em diferentes documentos, a predominância de quilombos na região norte. Além da mineração, a região representava uma importante rota nos sertões, onde havia possibilidades de deslocamento fluvial, engenhos, fazendas de criação de gado e uma geografia favorável à formação de quilombos. Segundo Karasch (1996):

As chapadas perto de Arraias ofereciam possibilidades sem limites de refúgio [...] Na comarca do norte, a principal área de quilombos era possivelmente o vale do rio Paraná e as montanhas vizinhas, como a serra do Mocambo [...] A comarca do norte era uma das áreas mais ricas de mineração, com milhares de garimpeiros africanos ali empregados no século XVIII, acreditamos que os quilombos continuaram a florescer nas zonas montanhosas das principais vilas mineradoras – São Felix, Natividade, Arraias e Cavalcante (KARASCH, 1996, p. 249).

⁹ Cita Silva, “Não se pode negar, portanto, terem sido os quilombos - destacando como principais do Brasil Central, o do Ambrósio, o de Calunga e do Pilar, em Goiás, e o do Quariterê em Mato Grosso -, os locais onde os negros, mesmo perseguidos, reuniram melhor os fatores “componentes de uma identidade”, tendo assim maior chance de preservar os seus valores e evocar o seu antepassado africano num sentido mais profundo. Lá demonstraram habilidade militar, política e o mais evidente inconformismo. Espírito associativo e de nacionalidade. Crenças de fundo holístico-ecológico-religioso e de liderança. Aliaram-se aos índios e a outros excluídos e marginalizados, englobando no quilombo outras tantas manifestações de resistência, evitando, inclusive, a alienação religiosa e a imposição de um Deus imposto pela cultura dominante” (SILVA, 1998, p. 34).

Pelo fato de ser uma área que propiciava a formação de quilombos, foi também rota de expedições que visavam estabelecer a “ordem” da Província. Segundo Marinho (2013, p. 227), havia uma preocupação evidente com a segurança, registrada por documentos oficiais, “que comprovam a origem colonial e quilombola da comunidade Kalunga”. Dentre os documentos, podemos citar a carta escrita pelo então Governador da Província, João Manoel de Mello, ao Rei de Portugal, em 1760, relatando a realização de uma bandeira à região do Paraná, onde encontrou e destruiu um quilombo com mais de 200 negros:

Eu só os pretos em que cuido são os dos Quilombos, que he huma das principaes destruições d'esta Capitania; agora me chega a noticia do bom sucesso que teve huma bandeira que mandei armar no Paraná, a qual destrui hum quilombo de mais de duzentos pretos fogidos, que já lá tinhão bananaes e roças. O rei brigou valerozamente até perder a vida, a rainha foi preza com outras pretas, e já havia algumas crias (SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA CAPITANIA DE GOIAZ - REVISTA IHGB apud MARINHO, 2013, p. 227).

No entanto, não há como afirmar que o quilombo noticiado nesse documento seja o Kalunga, mas podemos inferir que está na mesma região e tem como principal curso hídrico o Rio Paraná. Analisando a documentação histórica e trabalhos acadêmicos¹⁰ produzidos por estudiosos do tema, podemos considerar que os Kalunga são remanescentes de um, ou de vários, quilombos formados na região e, segundo Baiocchi (1999), existem há aproximadamente 300 anos no nordeste goiano.

¹⁰ Vários são os estudiosos que se dedicaram a levantar informações sobre o período escravagista em Goiás e sobre comunidade Kalunga, dentre estes citamos: BAIOCCHI (1999); MARINHO (2013). KARASCH (2010); SALLES (1992); SILVA (1998); SILVA (2007) e outros (tão importantes quanto), disponibilizados no Site do Instituto Dom Fernando da PUC-GO: <http://sites.pucgoias.edu.br/extensao/idf/biblioteca-kalunga/>, acesso em 20/02/2020.

Figura 8 - Formação Geográfica da comunidade Kalunga



Fonte: Trabalho de campo (2019). Acervo pessoal.

Figura 9 - Rio Paraná



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Acervo pessoal.

As Figuras 8 e 9 retratam a formação geográfica, nas serras e vãos, e um dos cursos hídricos, o Rio Paraná, descrito por viajantes e estudiosos da região, que exemplificam a preservação da paisagem do território. A relação de preservação e uso sustentável da terra pela comunidade quilombola representa seu *ethos* social em acordo com a paisagem. Essa relação é considerada o legado de seus antepassados, sendo uma prática social que resiste a gerações e preserva os bens culturais que integram a paisagem e identificam os Kalunga.

Além da conexão com a natureza, os Kalunga são um povo “forte e de fé”! Remanescentes quilombolas¹¹, protetores do seu território, da natureza que o compõe e de suas tradições. Juntos, os Santos, Rosa, Castro, Pereira, Fernandes, Moreira, Edeltrudes, Cunha e outros, formam uma só família. Fortes pela lida diária e detentores de uma fé que expressam festejando.

Tradicionalmente, os Kalunga ocupam um território localizado no nordeste do Estado de Goiás, conforme mostra o mapa da Figura 10. Geograficamente montanhoso, é composto por cinco núcleos principais: Vão da Contenda, Vão Kalunga, Vão de almas, Vão do Moleque

¹¹ Constitui uma “comunidade de remanescentes quilombola”, com parte de sua área titulada no ano 2000, pela Fundação Cultural Palmares e certificada pela Portaria Nº 07/2005. Em âmbito Estadual, é reconhecida pelo seu valor histórico como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga - SHPCK (pela Lei Estadual nº11.409, de 21 de janeiro de 1991), que ocupa uma área de 253.000 hectares, localizado na microrregião da Chapada dos Veadeiros, em uma área que abrange os municípios de Cavalcante, Terezina de Goiás e Monte Alegre de Goiás (antigo Morro do Chapéu). Distando aproximadamente 600 km da Capital Goiânia, e 330 km de Brasília, tem como principal via de acesso a GO- 118. A Lei de demarcação do Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga foi fundamentada pelo estudo realizado pela Antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi, que na década de 80, reconhecida como a primeira pesquisadora a percorrer toda a comunidade, mapeando-a e registrando dados socioeconômicos e culturais importantes para o reconhecimento do território como tradicional da comunidade Rural que a habitava. Nesse contexto, destacamos o Projeto Kalunga Povo da Terra, desenvolvido entre 1983 e 1998, pela UFG e IDAGO.

e Ribeirão dos Bois, sendo estes divididos em várias pequenas unidades locais como Contenda, Riachão, Sucuri, Curral de Taboca, Fazendinha, Maiadinha, Ema, Ribeirão, Faina, Tinguizal entre outros (BAIOCCHI, 1999). Os nomes atribuídos aos lugares referem-se, geralmente, à biodiversidade e à geografia da região.

Figura 10 – Localização do Sítio Histórico Kalunga



Fonte: Site da PUC-GO. Elaborado por Vinícius Gomes Aguiar (2014)¹².

Já as Figuras 11 e 12 representam a paisagem cultural vivenciada na comunidade. Para Almeida (2013, p. 417), “a paisagem e o território são dimensões marcadas por elementos patrimoniais, signos da trajetória da sociedade que ativam a memória e situam os grupos definindo suas identidades”. Assim, ao observarmos a residência Kalunga “emoldurada” nestas imagens ou o curral que compõe a paisagem, compreendemos o *ethos* social deste povo. Eles fazem da paisagem seu patrimônio, portanto a preserva.

¹² Disponível em <http://sites.pucgoias.edu.br/extensao/idf/biblioteca-kalunga/> Acesso em 24/11/2019.

Figura 11 - Paisagem cultural

Fonte: Trabalho de Campo (2019). Acervo pessoal.

Figura 12 – Residência Kalunga

Fonte: Trabalho de Campo (2019). Acervo pessoal.

Mas por que remanescentes? O termo “remanescente de quilombo” é a denominação utilizada na Constituição Federal de 1988 que reconhece as comunidades quilombolas e lhes garante o direito à terra e à cidadania. No entanto, várias outras denominações são possíveis, tais como comunidades negras rurais, comunidades (negras) tradicionais, terra de preto ou território negro e comunidades afrodescendentes. Ao serem identificadas como “remanescentes”, as comunidades quilombolas são associadas a uma historicidade que remete sempre ao par “memória-direitos”, assim como pela manutenção de um território, que por vezes lhes foram negados (ARRUTI apud FERNANDES; MARINHO, 2007). O termo também faz referência à identidade das comunidades remanescentes de quilombo.

A produção de novos sujeitos políticos etnicamente diferenciados pelo termo “quilombola” tem início depois da ampla tomada de conhecimento dos novos direitos instituídos pelo artigo 68¹³. A legislação brasileira atual adota este conceito de “comunidade quilombola” e reconhece que a determinação da condição quilombola advém da autoidentificação. Esse conceito foi estabelecido na Legislação Federal, pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu Artigo 2º, que considera:

Os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

¹³ Art. 68 ADCT – Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir lhes os títulos. (Atos dos Dispositivos Constitucionais Transitórios - Constituição Federal do Brasil, 1988).

Entretanto, a Fundação Cultural Palmares publicou, em 28 de novembro de 2007, a Portaria nº 98/2007 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo, com o intuito de aperfeiçoar a norma anterior. Mesmo com as alterações, a Portaria continua a conceituar os remanescentes das comunidades dos quilombos conforme o Decreto nº 4.887/2003. O que se alterou foram os procedimentos para a emissão da certidão de autodefinição como remanescente dos quilombos, que a partir de então deverão seguir as diretrizes descritas na Portaria.

Além das diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 98/2007, a Instrução Normativa nº 57, publicada em 20 de outubro de 2009, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, tendo em vista o disposto no Art. 68 e no Decreto nº 4.887/2003, regulamenta os procedimentos do processo administrativo necessário para a identificação, desintrusão, titulação e registro de terras ocupadas por remanescentes quilombolas.

Desse modo, a realização de estudos referentes ao patrimônio cultural e à valorização de bens patrimoniais da comunidade Kalunga se justifica e se torna relevante diante do processo de reconhecimento da comunidade enquanto grupo étnico diferenciado, portador de memória e identidade.

Mas, o que podemos considerar Patrimônio Cultural? O termo patrimônio pode apresentar vários significados. Gonçalves (2003, p. 21) faz uma reflexão sobre as possibilidades que a noção de “patrimônio” oferece para o entendimento da vida social e cultural questionando quais são as formas de se usar a palavra patrimônio, então, o autor coloca que podemos falar em “patrimônios econômicos e financeiros, dos bens imobiliários; ou patrimônios culturais”. O propósito aqui é abordar o termo no sentido de patrimônio cultural, enfatizando as noções de “patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos, assim como dos chamados patrimônios intangíveis”, como é definido pela Constituição Federal Brasileira de 1988.

O conceito de patrimônio, de acordo com Pelegrini (2009, p. 19), formula-se a partir de discussões do mundo ocidental, no final do século XVIII, após a Revolução Francesa. O pioneirismo francês em relação ao patrimônio cultural explica-se pela necessidade de se preservar os testemunhos da história francesa após a destruição ocasionada pelo processo revolucionário. Desde então, vêm ampliando-se os conceitos, orientados por políticas preservacionistas e legislação específica.

No decorrer do século XIX, outras nações europeias foram organizando políticas públicas, além de iniciativas privadas, para conservação e salvaguarda dos bens considerados patrimônio nacionais. No entanto, o entendimento de patrimônio se restringia às edificações, monumentos e objetos de arte, sendo institucionalizado, em 1830, na França, com a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos. Em 1913, a salvaguarda oficial foi promulgada e implementado o instrumento de proteção legal ao patrimônio o “*classement*”, que proibia a destruição dos monumentos franceses (PELEGRINI, 2009, p. 20). No entanto, sabemos que existem outras artes produzidas pelo ser humano, como aquelas que transcorrem no tempo e produzem hábitos, usos e costumes.

A partir de 1930, congressos internacionais reúnem pesquisadores para discutir sobre patrimônio, crescimento urbano e qualidade de vida nos grandes centros urbanos. As recomendações elaboradas nesses eventos são denominadas de “cartas patrimoniais”, que desde então propõem diretrizes para políticas de patrimônio mundial.

Em meio aos conflitos da Segunda Guerra Mundial, surge a necessidade de se criar entidades voltadas à cultura da paz e, nesse contexto, foi fundada a UNESCO, que, dentre suas finalidades, projetava ações em prol do patrimônio cultural e a implementação de políticas públicas voltadas à conservação dos bens (PELEGRINI, 2009, p. 21).

Atualmente, há um consenso de que a noção de patrimônio cultural é muito mais ampla, incluindo não somente as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano (BARRETO, 2003, p. 9). Do ponto de vista moderno, a categoria patrimônio tem delimitações mais precisas, com divisões estabelecidas, assim, pode-se dividir patrimônio em natural e cultural. O “Patrimônio natural são as riquezas que estão no solo e no subsolo, tanto as florestas quanto as jazidas. Quanto ao patrimônio cultural, esse conceito vem sendo ampliado à medida que se revisa o conceito de cultura” (BARRETO, 2003, p. 9). Já Patrimônio Cultural, segundo Teixeira Coelho (1997, p. 286-287), “é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer pelo seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

As questões sobre o patrimônio tornaram-se bastante discutidas após a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Nacional da UNESCO, em 1972. Nos países ocidentais, por meio da Recomendação da Salvaguarda da Cultura Tradicional Popular, há uma maior ênfase no patrimônio imaterial, tendo documento que sintetiza a preocupação com “a identificação, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional popular, efetuada por meio de registros, inventários econômicos e educacionais” (PELEGRINI, 2009, p. 22).

Nessa nova categoria estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, entre outros. A proposta para a nova concepção de patrimônio é de registrar essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e transformações (GONÇALVES, 2003, p. 24). No Brasil, a Constituição de 1988, em seus artigos 215 e 216, expõe sobre o tema e apresenta uma nova definição de patrimônio cultural, reconhecendo-o como o conjunto de “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Em 1997, o Seminário Brasileiro do Patrimônio Imaterial articulou estratégias e formas de proteção, contribuindo para definição de novas diretrizes a favor do patrimônio brasileiro. Formulou-se a “Carta de Fortaleza”, que direciona sobre a defesa dos bens de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Em todo processo de construção teórico em relação ao patrimônio cultural, a UNESCO assume um papel de fundamental importância, pois suas Convenções possibilitam a formulação de documentos que respaldam e legalizam a defesa do patrimônio em todo mundo. Em 2003, a carta patrimonial intitulada Convenção para Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial “propôs o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial como práticas, representações, expressões, conhecimentos, e técnicas, com os respectivos instrumentos, objetos, artefatos, e lugares que lhes eram associados” (PELEGRINI, 2009, p. 22).

A autora Márcia Sant’Anna (2003) traz para a discussão a questão do patrimônio Imaterial ou Intangível. Em seu texto “A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização”, a autora expõem sobre o conceito de patrimônio intangível e sua forma de registro. Sant’Anna (2003) coloca que “Preservar a memória de fatos, pessoas ou ideias, por meio de construtos que as comemoram, narram ou representam, é uma prática que diz respeito a todas as sociedades humanas” (SANT’ANNA, 2003, p. 46).

Assim, entendemos que as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas e demais atividades que fazem referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos e indivíduos formadores da sociedade brasileira compõem o seu patrimônio imaterial.

No Brasil, diante desse contexto, institui-se, por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o Registro do Patrimônio Imaterial. O Instituto do Registro, criado pelo Decreto nº 3.551/2000, não é um instrumento de tutela e acautelamento análogo ao tombamento, mas

um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial. O Registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial, assim como visa “manter a memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, pois só assim é possível preservá-los” (SANT’ANNA, 2003, p. 52). O conhecimento gerado sobre essas formas de expressão, no processo de registro, permite identificar as maneiras mais adequadas de apoio à sua continuidade, pois o INRC (Inventário Nacional de Referência Cultural) organiza-se conforme cita Sant’anna (2003):

Conforme as categorias estabelecidas no Decreto 3.551/2000, para o registro do patrimônio imaterial, organizam-se ofícios e modos de fazer, celebrações, formas de expressão e lugares, acrescidas de categoria “edificações”, pertencente ao universo tradicional do patrimônio material ou construído (SANT’ANNA, 2003, p. 53).

Desse modo, os instrumentos de reconhecimento e valorização dos bens culturais imateriais criados pelo governo brasileiro consideram a natureza dinâmica e processual desses bens, promovendo ainda a interação dos aspectos materiais e imaterial do patrimônio cultural, o que proporciona uma concepção mais rica e ampla (SANT’ANNA, 2003, p. 54). Porém, fica nítida a necessidade de elaboração e aplicação de políticas de instrumentos legais para assegurar que um bem venha cumprir sua função de patrimônio cultural junto à sociedade, sendo necessária uma constante atualização das políticas específicas.

Enfim, toda a legislação vigente que orienta e normatiza a proteção de referências patrimoniais são de suma importância para o salvaguarda do Patrimônio Cultural. O direito à memória e o reconhecimento de identidades de diferentes grupos sociais constituem exercícios de cidadania importantes para fundamentar as bases das transformações sociais necessárias para o fortalecimento da nação.

1.3 Desdobramentos deste olhar sobre o Patrimônio: observações em pesquisa

Ao refletir sobre a importância das narrativas individuais e coletivas para a construção das representações identitárias e a identificação de bens culturais, esta pesquisa¹⁴ teve como intuito dar visibilidade às manifestações religiosas tradicionais da comunidade Kalunga,

¹⁴ A pesquisa foi desenvolvida como requisito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, pela Universidade Estadual de Goiás, pela mestrandra Tatiane Pereira Canuto de Lima, que apesar de não ser Kalunga, tem um profundo respeito e admiração por esta comunidade que diariamente luta pelo reconhecimento e valorização de sua identidade, por seu território e mantém vivo seu patrimônio cultural.

visando o (re)conhecimento e valoração por parte de uma sociedade nacional que, “por vezes”, priorizou uma cultura elitista como constituinte de seu patrimônio cultural.

Os desdobramentos desta pesquisa teve por objetivo rememorar trajetórias que fundamentem o reconhecimento do Império de Nossa Senhora D’Abadia enquanto bem cultural imaterial, compreendendo que a rememoração dessa prática social possibilitará a preservação e a valoração enquanto celebração do catolicismo popular e referência do patrimônio imaterial da comunidade Kalunga.

Para tanto, o estudo está embasado na metodologia da história oral, tendo como enfoque o registro oral dos relatos de vivência de anciãos. A história oral possibilita registrar a história de vida de sujeito sociais que, ao explicitar suas memórias pessoais, colaboram para a construção da trajetória do grupo social ao qual pertence. Desse modo, a história oral permite utilizar a memória como fonte para a interpretação do processo histórico de construção das manifestações. Os registros da memória e a fala dos sujeitos pertencentes a essa prática possibilitam a afirmação do patrimônio e a permanência deste.

No que se refere aos parâmetros metodológicos, o procedimento de coleta de dados secundários foi realizado através da releitura bibliográfica e documental de trabalhos acadêmicos já realizados sobre a comunidade; pesquisa nos acervos de bibliotecas universitárias e banco de teses e dissertações, entre elas, as bibliotecas da UFG, PUC-GO e UNB; arquivos das Paróquias de Cavalcante e Monte Alegre de Goiás; Arquivo Fundação Frei Simão Dorvi (AFFSD); arquivo do Museu das Bandeiras (MUBAM); e em sites dos órgãos Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Após composição da metodologia, a proposta de pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade a qual o Programa Pós-graduação é vinculado, neste caso ao CEP-UEG, respeitando as resoluções do CNS nº 466/12 ou nº 510/16, visando obter anuência via parecer, sendo aprovada em agosto de 2020, via Número do Parecer: 4.221.910 (em anexo).

O procedimento de coleta de dados em campo embasou-se na abordagem qualitativa, pois se faz necessário compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que relatam a vivência, a experiência, com a cotidianidade e com a compreensão das estruturas e instituições, como resultado da ação humana. Essa abordagem relaciona-se com o universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de

variáveis, ou seja, aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Na pesquisa qualitativa, o trabalho de campo representa a aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também o anseio de criar um conhecimento partindo da realidade presente em campo. O valor científico do trabalho etnográfico é conseguido através da apresentação minuciosa da observação direta do elemento de interesse de pesquisa em campo e das declarações dos indivíduos envolvidos. Para melhor interpretação, é necessário lidar diretamente com a comunidade estudada e, inclusive, participar de suas atividades cotidianas e considerar significativamente o que o povo em questão tem a dizer, para que seja possível uma descrição.

Desse modo, para a coleta de dados primários, inicialmente, estavam previstas a realização de entrevistas semiestruturadas com amostra de cinco participantes, moradores da comunidade, que participassem dos festejos, tendo em vista serem detentores de memória. Os entrevistados teriam, preferencialmente, idade superior a 60 anos e/ou jovens lideranças com idade entre 20 e 40 anos, diante da possibilidade de analisar a fala de diferentes gerações que participassem da festividade. Assim, os critérios de inclusão e exclusão para participar das entrevistas refere-se à idade (20 a 40 anos para lideranças e acima de 60 anos para anciões) e a participação ou não na festa.

Para tanto, a pesquisa em campo dividiu-se em duas etapas. A primeira, realizada entre os dias 14 e 21 de novembro de 2019, consistiu em um momento de reencontro com aqueles que tivemos a oportunidade de conhecer há 14 anos, que nos proporcionou um diálogo informal sobre os festejos. Em meio a esse período, participamos do Encontro de Pesquisadores sobre quilombolas Kalunga¹⁵ (ver Figuras 13 e 14), no qual membros Kalunga de diferentes comunidades estavam presentes e externaram suas vivências e memórias, dentre elas os festejos. Ouvir anciões como Dona Procópia, Dona “Dainda”, Dona “Brígida”, lideranças com Vilmar e Ester, e jovens como Prof. Adão, Romes, Lucilene, Dalila, Sivaldo, Bia Kalunga, entre outros, nos possibilita enfatizar quão importantes são relatos orais para a permanência das tradições.

¹⁵ IV Encontro de Pesquisadores sobre Quilombolas Kalunga - Relações Étnico, comunidade quilombolas frente ao atual cenário político, econômico e social, organizado pela Universidade Federal do Tocantins, ocorreu entre os dias 14 e 16 de novembro de 2019, no Câmpus de Arraias - Tocantins. Neste evento, tive a oportunidade de apresentar a pesquisa em andamento no Eixo Temático n. 1. Cultura e identidade: festas, gastronomia e saberes populares (Figuras 13 e 14).

Figura 13 – Composição de mesas durante o Encontro de Pesquisadores sobre Quilombolas Kalunga



Fonte: Acervo pessoal (2019).

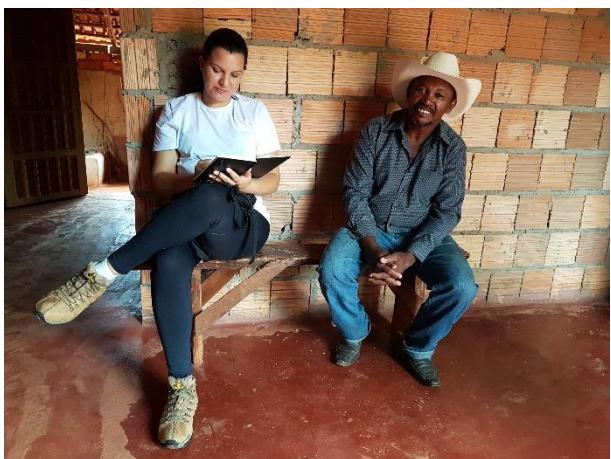
Figura 14 – Apresentação oral durante Encontro de Pesquisadores sobre Quilombolas Kalunga



Fonte: Acervo pessoal (2019).

Após o evento, estivemos na comunidade para reencontrar “Tico”, Manuel Edeltrudes Moreira (Figura 15), líder Kalunga que nos apresentou as perspectivas para a realização do festejos do ano seguinte (2020) e indicou os festeiros sorteados na festa daquele ano.

Figura 15 - “Tico” Manuel Edeltrudes Moreira



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Acervo pessoal.

Figura 16 - Casas e quintais



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Acervo pessoal.

Nessa oportunidade, também visitamos a Casa Paroquial da Matriz de Sant’Ana, em Cavalcante (Figura 17), e a Casa Paroquial da Matriz de Santo Antônio, em Monte Alegre de Goiás (Figura 18), para pesquisa de documentos e/ou arquivos que evidenciassem o festejo de Vão de Almas.

Figura 17 - Pesquisa/ arquivos na Paróquia de Sant’Ana



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Acervo pessoal.

Figura 18 – Pesquisa/ arquivos na Paróquia Santo Antônio



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Acervo pessoal.

A segunda etapa do trabalho de campo estava prevista para ocorrer no mês de agosto de 2020, momento em que acompanháramos o festejo e, posteriormente, seriam realizados registros orais, isto é, as entrevistas. No entanto, diante da crise sanitária mundial, ocasionada pela COVID-19¹⁶, e das recomendações da OMS e SES-GO para a realização do distanciamento social, o Império do ano de 2020 não foi realizado, tendo em vista a quantidade de pessoas que participam. Mas, movidos pela fé, segundo relatos de moradores, no dia da Santa, 15 de agosto, os “rezadores” foram à Capela para fazer a reza e demonstrar sua devoção.

Assim, respeitando as medidas de precaução recomendadas para a não disseminação do vírus e para a segurança da saúde de todos, essa etapa de campo foi adiada. Deste modo, as entrevistas ocorreram entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021, seguindo todas as medidas de segurança sanitária, em local sem aglomeração, ou em ambiente virtual. Foram realizadas quatro entrevistas¹⁷, registrando narrativas orais de quilombolas Kalunga que serão identificados conforme o Quadro 1:

¹⁶ A COVID-19 é uma doença causada pelo Coronavírus, SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. O novo agente do Coronavírus foi descoberto em 31/12/19, após casos registrados na China (<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>).

¹⁷ A redução da quantidade de entrevistas, em relação ao anteriormente previsto, justifica-se pelo cenário pandêmico do ano de 2020 e a impossibilidade de visita aos entrevistados.

Quadro 1 - Entrevistados

Entrevistados ¹⁸	Idade	Ocupação
Francisco	36 anos	Professor do Ensino Básico
Lúcio	40 anos	Agricultor
José	59 anos	Agricultor
Sr. João	85 anos	Agricultor

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

As entrevistas, relatos orais, foram direcionadas por um roteiro com 08 perguntas abertas (Apêndice 2), com previsão de duração de aproximadamente 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos e aplicadas na residência do entrevistado e/ou em ambiente virtual, priorizando sua privacidade e anonimato, em data previamente agendada, de acordo com a disponibilidade do entrevistado.

Antes de trazer os relatos colhidos, voltemos à pesquisa historiográfica. Esta nos possibilitou compreender as práticas sociais que ocorrem durante a festa e deduzir que o espaço sagrado da comunidade Kalunga é composto por diversas manifestações religiosas do catolicismo popular. Para compreender a relação entre a prática católica e as expressões de religiosidade, devemos retomar ao processo histórico de colonização.

As práticas religiosas católicas difundidas no território goiano são decorrente do processo de ocupação, pelo advento da mineração, no qual a Coroa Portuguesa instituiu a Igreja Católica como propagadora oficial da fé, via Padroado Régio¹⁹. Desde as primeiras incursões no território, as bandeiras foram compostas por religiosos católicos que propagavam a devoção aos Santos e as festas para homenageá-los. “Festejar” Santos Católicos é, consequentemente, herança portuguesa. Sobre o contexto religioso goiano, relacionado às suas práticas, Barbosa Bueno (2008) cita:

Analizando o contexto religioso popular, mais especificamente o goiano, verifica-se que as práticas religiosas estiveram associadas a um conjunto de influências pertencentes ao meio social coletivo, envolvendo os sujeitos destas práticas em manifestações plurais da cultura híbrida atávica pelo viés religioso à “cultura dos humildes”, todavia apropriada pelo discurso dominante (BARBOSA BUENO, 2008, p. 87).

¹⁸Foram atribuídos nomes fictícios aos entrevistados preservando o direito ao anonimato, prezando pelos princípios éticos em pesquisa e orientações do CEP-UEG. No entanto, para a entrevista, foram utilizados gravador de voz e câmera digital para registro fotográfico, mediante a concessão do uso de voz, imagem ou opinião pelo entrevistado (autorizado via TCLE, aprovado pelo Comitê de Ética).

¹⁹O regime do Padroado, segundo Barbosa Bueno (2008), consistiu no “acordo entre a Igreja e a Coroa Portuguesa. O próprio monarca exercia poderes eclesiásticos beneficiando a religião oficial católica. Esta parceria durou entre os períodos colonial e imperial, sendo rompida ao final do século XIX com a Proclamação da República no Brasil” (BARBOSA BUENO, 2008, p. 56).

O catolicismo popular se caracterizava por ser praticado por leigos, pessoas comuns, que não possuíam formação eclesiástica. Tal prática se tornou recorrente nos “sertões” devido à falta de religiosos católicos para atender todo o território. Estes percorriam as povoações em determinados períodos para as “desobriga”²⁰, nas quais realizavam rituais institucionalizados pela Igreja, como casamentos, batizados e missas, principalmente, durante as festas de Santos. Diante da não presença de um membro oficial da Igreja Católica, os próprios devotos se encarregavam do ofício. Sobre essa prática religiosa, Marchi (2005) menciona:

[...] observa-se que ao lado das práticas e dos rituais definidos pela hierarquia, da clericalização do culto e do controle sobre o templo, encontra-se uma religiosidade que evoluiu independente das prescrições oficiais e que é aceita pela população como uma das mediações entre ela e o sagrado. É ela que estabelece um relacionamento direto com o sagrado, uma manifestação espontânea da fé e da crença e uma ritualística na qual, no relacionamento com o transcendente, somam-se forma e emoção (MARCHI, 2005, p. 48).

Para D’Abadia (2010), com a interiorização da colonização, portugueses, índios e negros escravizados ou libertos tornaram-se propagadores dessa prática. A autora explica que: “esse catolicismo era feito por pessoas fervorosas, donas de casa, beatos, velhos, viúvos [...] para não deixarem de rezar e passar essas tradições para gerações seguintes, faziam a imitação do papel do padre” (D’ABADIA, 2010, p. 105). Esta forma popular do catolicismo se caracteriza por seu sincretismo, que reflete as múltiplas representações religiosas dos indígenas e afrodescendentes entrelaçadas a rituais católicos, constituinte do híbrido da religiosidade do Brasil.

Nesse cenário, cabe destacar as Irmandades Negras²¹ em Goiás, nos séculos XVIII e XIX, como instituições constituídas por africanos livres, libertos, escravizados e crioulos/pardos²², que organizavam atividades sociais e religiosas, dentre estas, as festas devocionais aos seus Santos, “festas dos pretos”, remetendo às práticas já realizadas em outras

²⁰As desobrigas eram incursões realizadas pela Igreja Católica em regiões de difícil acesso, praticando a catequese e oferecendo sacramento aos “pagões”. Sobre Cavalcante, Pe. Brandão cita: “a Paróquia de Cavalcante esteve entregue aos cuidados de vários Párocos, sendo o último deles o Rvmo Pe. Benicio Thomaz de Bastos, falecido a 2 de fevereiro de 1888. Desde então não houve mais aqui Pároco algum. A princípio foi entregue aos Frades dominicanos de Porto Nacional e Formosa, os quais visitavam uma vez por anos em longas e penosas desobrigas” (Histórico de Cavalcante-GO. Livro De Tombo. Paróquia de Sant’Ana. 1952-1980. Pe. Isaias Pinto Brandão).

²¹Podendo ser citadas nos registros históricos como Irmandade Leiga dos pretos (e pardos), Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, Irmandade de São Benedito, Irmandade de “homens pretos”, entre outras, as instituições “organizadas por aqueles de descendência africana no Brasil colonial e na capitania de Goiás” (KARASCH, 2010; LEONEL, 2010; MELLO E SOUZA, 2005).

²² Ver KARASCH, Mary. **Construindo Comunidades: as irmandades dos pretos e pardos no Brasil Colonial e em Goiás.** 2010. (Referência completa na seção “Referências”).

regiões da Colônia, como no Rio de Janeiro²³, ou mesmo, vindas do catolicismo africano²⁴. As festas, os cortejos e as procissões, exemplificadas pelos festejos dos Reinados ou Congados, reuniam essa população que se apropriava de espaços tidos como públicos para socialização (LEONEL, 2010). Sobre esses festejos, Leonel menciona:

“As coroações de reis negros, os Congos, as Congadas e os Reinados estão presentes no Brasil desde o período colonial, em um sem número de formas e de significados próprios, engendrados diante de contextos históricos específicos em cada momento e localidade. Formas de religião místico-performático-musical-teatrais como o Reinado possibilitam o exercício de uma memória afetiva familiar-ancestral, que é construtora de identidades” (LEONEL, 2010, p. 47).

Sobre a coroação de reis negros no Brasil, Mello e Souza (2005) cita:

“No Brasil existiram reis negros entre algumas comunidades afrodescendentes, fossem elas quilombolas ou grupos de trabalho, mas principalmente nas que se agrupavam em torno de irmandades leigas de devoção a determinados santos, com destaque para Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. A principal atividade dessas irmandades, além daquelas relacionadas ao enterro dos irmãos, era a realização da festa anual em homenagem ao seu orago, ou seja, santo de devoção, e nela o rei desfilava em cortejo pela cidade, seguido de sua corte, de seus músicos, de seus dançadores, que podiam apresentar encenações” (MELLO E SOUZA, 2005 p. 82).

Desse modo, podemos considerar que os reinados negros constituíam manifestações culturais populares significativas para a organização social e religiosa das diferentes comunidades negras que chegaram ao Brasil e possibilitaram a formação de novas identidades, embora permeadas por conflitos e negociações (MELLO E SOUZA, 2005).

As festas são inerentes ao catolicismo popular. Para D’Abadia, “as festas religiosas, podem ser vistas como fator de ressignificação, ou seja, a perpetuação de uma tradição.

²³ Melo Morais Filho e Mariza Soares descrevem as festas de coroação de reis negros organizadas pelas irmandades compostas principalmente por negros e crioulos no Rio de Janeiro. Ver: MORAIS FILHO, Melo. **Festas e tradições populares do Brasil.** 1999. / SOARES, Mariza de Carvalho. **O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII.** 2002. (Referências completas na seção “Referências”).

²⁴ Conforme cita KARASCH (2010): “Em outros lugares de Portugal, negros e brancos pertenceram à primeira Irmandade do Rosário, mas os negros tinham formado suas próprias associações religiosas em torno de 1496. Essas irmandades do Rosário não eram apenas focadas na devoção a Maria, também foram marcadas pela preocupação especial com o “cuidado adequado com o corpo”, com os enterros e preces destinados à alma após a morte. [...] Pelo menos nove irmandades de negros escravizados e livres podem ser documentadas no século XVI em Portugal. [...] Os portugueses, à medida que desciam à costa africana no século XV, não apenas traziam mais africanos a Portugal – que se uniram às irmandades dos pretos – como levavam sua devoção aos novos postos africanos. Ambos, Dominicanos e Jesuítas, difundiram a devoção e as irmandades entre os africanos. Naquela época, os africanos já haviam levado a crença em Nossa Senhora do Rosário até o interior de Angola e muitos escravos chegaram ao Brasil acreditando que Nossa Senhora do Rosário era africana: no interior do Brasil os descendentes de escravos ainda consagram como “Rainha de Angola”. Portanto, muitos dos africanos escravizados que chegaram ao Brasil, antes de 1850, já estavam familiarizados com o rosário, usando-o em volta de seus pescoços e recitando-o em suas próprias linguagens” (KARASCH, 2010, p. 258-259).

Resistem e permanecem mesmo diante de diferentes cenários” (D’ABADIA, 2010, p. 37). A permanência dessas celebrações depende do sentido que elas têm para aqueles que as praticam, conforme cita Mendonça (2001):

Apesar de se alterar ao longo do tempo, de incorporar novos elementos, formas de expressão ou mesmo se apropriar e/ou ressignificar conteúdos “modernos” aprendidos de outras instâncias distantes de sua experiência concreta, sua permanência está vinculada à estabilidade das referências, à sua temporalidade cíclica e sobretudo à capacidade de ser significativa, de fazer sentido para aqueles que dela participam (MENDONÇA, 2001, p. 5).

Para o povo Kalunga, as festas expressam o modo de vida, organizam suas relações sociais, representam sua religiosidade, tradição e patrimônio. Tradicionalmente, os festejos são realizados em diferentes núcleos habitacionais e representam sentidos identitários, têm caráter de identificação do grupo e, ao mesmo tempo, de devoção.

Cabe salientar que a prática de *festejar* no catolicismo popular apresenta uma relação entrelaçada ao universo rural, relacionando-se ao modo de vida e à forma de subsistência, nos quais os indivíduos perpetuam um ciclo de *práxis* entre plantar, colher e agradecer. Refletir sobre as peculiaridades das festas populares relacionadas ao meio rural nos instiga a pensar sobre as vivências cotidianas dos indivíduos que realizam tal prática. Para Barbosa Bueno (2008):

O isolamento dado pelo estilo de vida das pessoas naquela época, se exprime nas vivências cotidianas a partir de uma realidade socioeconômica de subsistência que leva as comunidades rurais a integrar-se pelo viés da convivência coletiva que, geralmente, propicia expressões culturais bastante específicas (BARBOSA BUENO, 2008, p. 69).

Os festejos na comunidade Kalunga são atividades circulares, que demarcam o período de plantio/colheita, e caracterizam-se pela reunião das famílias para “*festejar*” e expressar a fé em seus Santos de devoção, atribuindo a essa prática sentidos e significados concernentes à comunidade, como relata o entrevistado Francisco, de 36 anos:

As festas! As festas acontecem porque a comunidade em si tem um calendário festivo, como eu falei, e outro agrícola. Então, o festivo ele vem logo depois da colheita, em junho, ai começa o calendário festivo, então cada mês tem um festejo em uma localidade diferente, né, comemorando um santo, e esses festejos é pra que? pra agradecer a colheita e pedir outra fartura na nova colheita (FRANCISCO, 2021).

As festas são realizadas anualmente, em locais considerados “sagrados”, e representam um momento de reencontro de familiares (Figura 19), no qual os mais velhos repassam aos mais novos suas tradições e consagram um sincretismo religioso inerente à comunidade, que

segundo Baiocchi (1999, p. 45), “louva santos católicos em Espaço Africano”. Para os rituais maiores, há espaços fixos, e podemos citar a Festa de Nossa Senhora D’Abadia (Vão de Almas), a Festa de Santo Antônio de Lisboa (Contenda), a Romaria do Muleque (Muleque) e a de São João (Sucuri). Enquanto que para os menores, os espaços são móveis.

Figura 19 - Dos reencontros



Fonte: Foto de Tainá Del Negri (2018)²⁵.

Geralmente, as festas são precedidas pelas folias²⁶ e se intercalam durante o ano. A folia gira e a comitiva de foliões anuncia que a festa irá começar. As manifestações populares da comunidade, tanto nas folias como nos festejos, expressam o sentimento de pertencimento enquanto grupo social e ressignificam a imaterialidade de seu patrimônio cultural.

A Romaria de Nossa Senhora D’Abadia, no festejo de Vão de Almas, é uma das práticas religiosas tradicionais realizadas pela comunidade Kalunga e, por conseguinte, um bem patrimonial que se representa pela imaterialidade da fé e pela encenação do Império. Remete à tradição, na qual, anualmente, a comunidade se reúne em um determinado espaço, em uma

²⁵ Disponível em: <https://passupretoimageria.wordpress.com/2018/08/20/sitio-kalunga-o-sertao-do-cerrado-e-de-nossa-senhora-da-abadia/> Acesso em: 25/05/2020.

²⁶As folias consistem-se em grupos de até 15 pessoas que percorrem as diferentes localidades da comunidade arrecadando doações para a realização das festas, das quais citamos, a folia Reis, a Folia do Divino, folia de São João, folia de Santo Antônio, folia de São Sebastião, folia de Senhora das Neves, folia da Nossa Senhora do Livramento, entre outras (BAIOCCHI, 2006).

espécie de peregrinação religiosa (ROSA, 2013). É nesse espaço que se organiza, produz e também rememora-se rituais simbólicos característicos, como as rezas, novenas, tocata, procissões, ladinhas, batizados, casamentos na fogueira, danças, levantamento de mastros, bandeira e o **Império de Nossa Senhora D'Abadia**.

As celebrações à Maria, culto mariano, foram introduzidas no Brasil através da colonização portuguesa e, desde então, estão presente no calendário católico brasileiro. Considerada uma das devoções mais expressivas do catolicismo, a devoção mariana ocupa lugar de destaque desde os primórdios da Igreja, na liturgia e no devocionário popular, que se manifesta nas romarias (GONÇALVES; ZAGANELLI, 2014).

O século XIX é considerado o século mariano, profundamente interiorizado no catolicismo popular. No Brasil, o culto à Maria apresenta-se em várias faces, distribuído por todo o território, dentre estes, está o culto à Nossa Senhora D'Abadia²⁷. As celebrações à Senhora D'Abadia ocorrem em diferentes localidades do país, principalmente em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros e representam a identidade do catolicismo, principalmente o popular. Para Gonçalves e Zaganelli (2014, p. 140), “Maria é certamente a mais complexa, terna e pungente” representação da fé católica.

A Romaria dos Kalunga acontece na primeira quinzena do mês de agosto, na localidade de Vão de Almas, no espaço da Capela²⁸. Durante esse período, festeja-se, no mesmo espaço, a Senhora das Neves, o Império do Divino Espírito Santo e a Senhora D'Abadia. Os “lugares de memória”, considerando Nora (1993), são espaços escolhidos pela comunidade para ancorar suas memórias coletivas, nos quais se estabelecem relações afetivas e de pertencimento, que os tornam significativos e simbólicos. Assim, podemos deduzir que o Império de Nossa Senhora D'Abadia é pertencente ao espaço da Capela, no Vão de Almas. (Figura 20).

²⁷ “A tradição do culto à Nossa Senhora da Abadia, conhecida também como Santa Maria do Bouro, remonta ao ano 883, e surgiu de uma imagem proveniente dos Mosteiros das Montanhas, próximo à cidade de Braga, em Portugal. Naquele tempo, Portugal e Espanha tinham sido invadidos pelos mouros, que professavam a religião muçulmana. Com receio de repressão, os monges abandonaram o Mosteiro e, para evitar a profanação da imagem da Virgem Santíssima, esconderam-na. Certa noite, num vale próximo da ermida, os ermitões viram que brilhava uma luz bastante forte. Na noite seguinte, constataram que o fato se repetiu. Quando amanheceu, foram até o local, onde encontraram uma imagem mariana entre as pedras. Cheios de júbilo, eles se prostraram diante da imagem e, agradecidos, passaram a venerar nela a Virgem Maria” (ZANON, 2011 apud GONÇALVES; ZAGANELLI, 2014).

²⁸ Capela: nome dado ao local de realização dos festejos de Nossa Senhora da Abadia, no Vão de Almas. Se constitui por um pátio com a capela, cruzeiro e vários ranchos feitos de adobe e recobertos de palha que abriga as famílias durante a Romaria.

Figura 20 – Capela



Fonte: Acervo pessoal (2009).

Os desdobramentos do festejo podem ser observados por dois momentos distintos, o preparatório e o Império. No primeiro momento, Kalungas de diferentes localidades se deslocam para o local de realização da festa para a organização e limpeza da Capela. Durante os dias que antecedem o Império, são realizadas a folia, as novenas e a ornamentação, feita em papel com cores vibrantes. Cada família que se “muda” temporariamente para o espaço sagrado tem um rancho, que representa sua “casa”.

O segundo momento inicia-se no dia 14 de agosto, com a realização das “*oito horas*”, denominação dada ao conjunto de rituais simbólicos que ocorrem durante a noite que antecede o Império, com a missa e reza na Capela, procissão iluminada pelas candeias²⁹ (Figura 21), o levantamento do mastro com a bandeira, cantoria e a dança da sussa. Sobre a Romaria, Rosa (2013) descreve:

O início das festividades da Romaria de Nossa Senhora da Abadia é marcado por reza; missa na igreja; levantamento do “mastro” ao lado da igreja; Impérios do Divino; crianças vestidas de anjo; folia; procissão, e o povo devoto acompanhado por banda de música e centenas de “candeias” (luminária feita de pavio de algodão misturado à cera de abelhas) que iluminam as noites escuras. Após a reza na igreja durante a noite do dia 14 de agosto, a bandeira com a imagem de Senhora da Abadia é colocada num estandarte pelos donos do mastro da referida santa. Nesse momento os encarregados do mastro, normalmente duas pessoas, homens ou mulheres, segura um estandarte com a bandeira guiando uma multidão realizando três volta ao redor da igreja.

²⁹ As candeias são uma espécie de vela feita de cera da abelha Arati e pavio de algodão, apoiada em uma “vara” de aproximadamente 40 cm, que possibilita a sua visibilidade durante a procissão.

Enquanto isso o grupo com instrumentos musicais tradicionais (caixa, viola, e sanfona) toca e louva o santo da bandeira. Em seguida cantam e dançam a sussa ao redor do estandarte que fica em frente à igreja (ROSA, 2013, p. 33).

Figura 21 - Procissão com candeias



Fonte: Foto de Santiago José Asef (2016)³⁰.

No dia 15 de agosto, a “festa é da Senhora D’Abadia!”. Logo cedo, na Capela, tem missa, tem reza, casamentos e batizados. Nessa ocasião, o padre da Paróquia de Sant’Ana, de Cavalcante, a qual a pequena Capela é jurisdicionada, se desloca ao Vão de Almas para realizar as celebrações. “Casar” e batizar os filhos na Romaria é uma tradição entre os Kalunga. Tradição descrita nos registros do Livro de Tombo da Paróquia de Sant’Ana³¹, com os seguintes relatos:

Para Vão de Almas também seguiu Pe. Beno para a desobriga, onde todos os anos o povo daquele sertão se reúne em romaria para festejar Nossa Sra. da abadia. A irmã que foi com Pe. Beno pode sentir como é sacrificada aquela viagem. Ora de Jip, ora a cavalo, ora a pé por causa da serra (Agosto, 1981, p. 6).

[...] à tarde seguem à vâo de almas até o pé da serra seguem de carro e depois 4 horas a pé no caminho cheio de pedras e muita serra, chegam à capela às 19 horas[...] dormimos pouco pelo barulho durante a noite antes de dormir rezamos o terço com o povo na igrejinha, permanecemos lá até dia 16 de manhã, celebramos 3 casamentos e 56 batizados e missas. Acompanhamos os benditos, arremate da folia, levantamento do mastro, e o reinado (Agosto, 1990, p. 102).

(LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA DE SANT’ANA, 1981-1999).

³⁰ Foto captada durante o XVI Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros. Disponível em: <https://benfeitoria.com/mestreseaprendizes?ref=benfeitoria-home> Acesso em: 20/01/2021.

³¹ Livro de Tombo da Paróquia de Sant’Ana, 1981-1999.

Relatos orais indicam que o festejo é realizado há “muito tempo”, porém, não há registros documentais com datas precisas sobre quando se iniciou. Quando a Igreja não se fazia presente, “se rezava na fé”, aos “pés” do pequeno, porém representativo, altar da Capela (Figura 22).

Figura 22 - Altar da Capela, Vão de Almas



Fonte: Foto de Tainá Del Negri (2018)³².

Registros da Paróquia de Santo Antônio e Paróquia de Sant’Ana reiteram que, em 1937, já se realizava a Romaria, conforme pode-se observar nos arquivos da Paróquia de Cavalcante, especificamente, na lista de batizados realizados em 10/07/1937, pelo Pe. Guerino, na Capela do Vão de Almas³³. Embora relatos orais mencionem que a festa já era realizada mesmo antes desse registro.

A comunidade relata que a imagem de Nossa Senhora D’Abadia foi trazida para a Capela em meados da década de 1950, quando se iniciou o Império. No Livro de Tombo da Paróquia de Sant’Ana³⁴, Pe. Isaias Pinto Brandão relata que, em novembro de 1954, “chega a

³² Disponível em: <https://passupretoimageria.wordpress.com/2018/08/20/sitio-kalunga-o-sertao-do-cerrado-e-de-nossa-senhora-da-abadia/> Acesso em: 25/05/2020.

³³ Há também registros no Livro de Batismo da Freguesia de São Domingos – Prelazia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição – Formosa, Goiás.

³⁴ Histórico de Cavalcante – GO. Livro De Tombo. Paróquia de Sant’Ana. 1952-1980. Pe. Isaias Pinto Brandão. 1952-1980, p. 9.

Cavalcante a imagem da Sra. d'Abadia trazida pelo Revmo. Pe. Luiz Grande Feravor. Quase uma missão". E sobre a festa consta:

Em Vão de Almas, onde, nesta data tem sempre Romaria, seja em geral sem padre, como este ano, tinha mais movimento (15 de Agosto, 1961. p. 56).

Saída para Vão de Almas, chuva, o padre gripado, Vai ser bonito [...] Nª Sra. d'Abadia, grande festa Mariana para brasileiros (15 de Agosto, 1972. p.155).

Por causa da festa do Vão de Almas o vigário visita paróquia fora dos dias costumeiros. Dia 14 depois da missa sai com juiz para o Porto, fazenda de Bruno. De lá a 4 horas a cavalo –sim- mas uma boa parte foi a pé [...] bonita viagem – se não fosse esse sol abrasador. Até meia noite marcar batizados e casamentos, sem mesa mas muito boa vontade entre o povo simples. Sorte que o sr. David Vidal e a esposa estavam ali [...] Os 80 batizados foram feitos na sombra de uma árvore (Agosto, 1975, p. 171).

(LIVRO DE TOMBO. PARÓQUIA DE SANT'ANA, 1952-1980).

“Do meio do dia pra tarde” acontece o Império de Nossa Senhora D’Abadia, com a coroação do imperador, em um ritual simbólico, permeado de sentidos e que representa a alteridade das tradições da comunidade. No ritual da festa, conforme menciona Baiocchi (1999, p. 62), “[...] o poder, a “monarquia sagrada”, reproduz-se simbolicamente. Para sacralização do “Imperador” processa-se um ritual ao mesmo tempo legitimador do clã e da linhagem: O Império”. Segundo Brandão (2010), os Kalunga revestem-se de símbolos, observados nas roupas, pelas cores e adereços, “por meio dos quais se transformam em reis e rainhas”, devotos, em memória a seus antepassados.

O Imperador é escolhido através de sorteio, realizado no final do festejo do ano anterior, e se encarrega de organizar a festa do ano corrente, para o qual foi sorteado. Na ocasião, escolhe-se também a rainha, no entanto, Rei e Rainha do Império da Senhora D’Abadia (Figura 23) não podem ser um casal. Dessa forma, duas famílias são responsáveis pelo festejo³⁵.

O Rei da Senhora D’Abadia tem um ano de reinado e, apesar da responsabilidade, representa para os escolhidos um dever a organização e entrega do reinado. Sobre como é participar da festa, o entrevistado Lúcio, de 40 anos, nos relata a satisfação em ser Rei da D’Abadia: “*Da emoção na hora que pega, da emoção, da inte choro, um comodo, o pensar da obrigação. Mas que é satisfeito a gente ficar, porque a gente foi escolhido. E bom demais, todo mundo chama a gente de Rei da Senhora D’Abadia todo lugar que a gente passa*” (LÚCIO, 2020).

³⁵ Para o ano de 2020, foram sorteados como rei e rainha do Império da Senhora D’Abadia Adonilio da Cunha Fernandes e Nilda dos Santos Rosa (Nilda de Deusdete), moradores de comunidades Kalunga de Monte Alegre (“do lado de cá do rio”). Cabe ressaltar que para o Império do Divino Espírito Santo, o Imperador deve ser “do outro lado do rio”.

Figura 23 - Coroa Rei e Rainha do Império de Nossa Senhora D'Abadia



Fonte: Foto de Rogério Ribeiro Coelho (2015).

Lúcio menciona sobre as dificuldade de organizar o festejo, arrecadar alimentos, bebidas, mas afirma que para realizar esse festejo, toda a comunidade ajuda, e cada um doa o que pode “*trabalha daqui, trabalha dali, é custoso, né*”. Conta da surpresa de ter sido sorteado para rei da senhora D’Abadia, e que “*ou bom ou ruim a gente tem que entregar [...] a responsabiliza é grande, a festa não é parada de fazer, né. Não pode parar de fazer [...] o que move é a fé, porque, pela fé é a festa!*” (LÚCIO, 2020).

De tal maneira, há um comprometimento com a realização do festejo e continuidade da tradição. Quem é sorteado, segundo o entrevistado, não pode recusar, pois o fato de “parar de fazer” pode deixar a pessoa “mal vista” na comunidade. Ele explica ainda que quem já foi festeiro, os mais velhos, ensina como fazer e ajuda os mais novos a organizar.

“E começa o Império!” A encenação do Império ocorre durante o dia (15 de agosto), a partir da saída do rei e da rainha do “barracão do Imperador”, dentro do “quadro” (Figura 24), com suas famílias e convidados, acompanhados pelo alferes da bandeira, espadheiro, crianças vestidas de anjinhos e tocadores com seus instrumentos entoando o cortejo até a Igreja. “Ai é só o foguetório!”. Destacam-se as expressões estéticas representadas pelas vestimentas e adornos preparados para a ocasião, que representam o poder da monarquia. Para Barbosa Bueno:

[...] as representações simbólicas percebidas nas vestes, adereços, posições estabelecidas, a forma de socialização dos sujeitos dentro deste espaço festivo extrapolam também ao nível da migração mediata do sagrado ao profano, apontando a complexidade deste objeto a partir de si mesmo (BARBOSA BUENO, 2008, p. 71).

Figura 24 - O quadro do Império



Fonte: Foto de Rogério Ribeiro Coelho (2015).

Para a composição do Império, um dos elementos essenciais é a bandeira (Figura 25) com a imagem da Santa de devocão, que segue à frente do quadro, carregada pelo alferes da bandeira. Junto ao alferes, está o “pai de estoque”, que carrega a espada. Bandeira e espada são os dois componentes que fazem referência ao rei e rainha no decorrer do Império.

Figura 25 - A bandeira



Fonte: Foto de Rogério Ribeiro Coelho (2015).

A música é um dos elementos principais do festejo. Os tocadores (Figura 26), com seus instrumentos tradicionais (sanfona, triangulo, caixa, pandeiro) entoam as celebrações do Império e os louvores a Santa.

Figura 26 - Os “tocadores”



Fonte: Foto de Rogério Ribeiro Coelho (2015).

Todo esse ritual é preparado com antecedência por um grupo nomeado de “corte”, que auxilia o festeiro nos preparativos da festa³⁶. Depois do cortejo, serve-se o almoço “ofertado” pelos festeiros e realiza-se o sorteio do próximo festeiro. A festa continua até chegar a noite, celebrando a fé no festejar da vida. No dia 16, acontece a folia do Cipó, uma folia que gira em um dia dentro do espaço da Capela, arrecadando esmola para a Santa. O arremate é a entrega da coroa para o novo Imperador. Dia 17, o ciclo recomeça, renovados pela fé, para mais um ano até a próxima “Romaria!”.

As narrativas sobre este bem patrimonial corroboram para o quanto significativos são os festejos para o ciclo de vida dos Kalunga. Sr. João, de 85 anos, ancião da comunidade, relata ter nascido no Vão de Almas e que desde quando era criança, o festejo de Vão de Almas acontece no mesmo local:

³⁶ No mesmo momento, escolhe-se a corte (pajem, folião de rua, folião de mesa, procuradores dos mordomos, mordomos, capitão do mastro, zelador da praça, enfeitadeiras, “**Pai de estoque**” - espécie de Alferes que carrega a espada ao invés de bandeira); e os “**Procuradores**”, que são casais de jovens que saem na frente da Folia de Cipó procurando e arrecadando esmolas destinadas ao santo (BAIOCCHI, 1999; ROSA, 2013, p. 35).

Foi! quando eu conheci por gente era lá. Tinha! nois ia para festa lá. Lá festejava Senhora D'Abadia, São João e Senhora das Neves, até hoje. [...]Antigamente o veio rezador morava lá [...] veio Aprígio, rezador. Lá era um povoadinho de gente, tinha 5 morador, ai depois que ele morreu acabou. [...] Não tinha aquela imagem não, era na fé que rezava. Em 56 foi que um sargento ai trouxe ela, ai passou por Império [...] Sargento Antônio. [...] Festa da Senhora D'Abadia era por novena, começava dia 6 de agosto, e termina no dia 17 [...] Dançava a sussa, tinha arvorada, cantemo de barraca em barraca até o dia amanhecer, tinha ronda, tinha o bolé (SR. JOÃO, 2020).

Indagado sobre as mudanças ocorridas no festejo, ao longo dos anos, Sr. João explica sobre as mudanças que ocorreram na festividade, que se ressignifica a cada ano:

A festa de Senhora D'Abadia mudou de 56 prá cá, que passou para Império, num tinha império não. A festa dava comida, matava curraleiro, engordava porco, igual essa nossa ai São João. Tinha novena. [...] Dia 14 era derradeira novena da Senhora D'Abadia, naquele tempo. Agora no império tem as 8 horas [...] a mudança? Passou para 8 horas quando veio a Santa, que começou o Império, e o primeiro se chamava Claro (SR. JOÃO, 2020).

Ao ser questionado sobre o porquê da comunidade realizar o festejo, Sr. João coloca que a mesma ocorre devido a fé que os Kalunga têm na Santa: *“Eu acho que a fé que a gente tem nela, né, tem que ter aquela devoção de naquela época fazer né [...] nos quando tá sentindo alguma coisa pede aquele santo para ajudar, faz uma promessa [...] depois tem que agradecer”* (SR. JOÃO, 2020).

Sobre a permanência da festa, Sr. João afirma acreditar que a mesma terá continuidade sim, mesmo com a possibilidade de mudanças, ressignificação, mas a fé e a tradição darão continuidade a essa prática social.

Dura! Quenem nos assim, não tem certeza que não há de caba não, né. Mas num sabe, que daqui um tempo muda. Que naquele tempo que eu era menino, hoje tá tão diferente desse tempo, né. Num é que nem nos tempo do veio Aprígio que rezava, ele, quando era dia 16 ele saia na porta da Igreja e gritava “vai sair algum romeiro hoje?”, falava vai, ele entrava para dentro e rezava. Não podia um romeiro sair sem essa missa [...] se saísse adoecia, levava uma pancada. Ai rezava! (SR. JOÃO, 2020).

A Romaria é uma das, dentre outras, práticas culturais da comunidade Kalunga relacionadas ao catolicismo popular que ressignificam, ano a ano, as relações sociais que sustentam a comunidade e suas tradições. Ela representa para os Kalunga um momento de reencontro com parentes que moram em localidades diferentes, um fortalecimento das relações de compadrio, por meio dos batismos e casamentos, assim como, um ato de fé e devoção a Santa, o que possibilita a permanência de práticas religiosas que ensejam sentidos múltiplos e os tornam significativos para a comunidade. Enfim, a Romaria representa um dos elementos

constitutivos das memórias desse povo no que se refere às expressões do patrimônio cultural por eles vivenciadas.

2 VOCÊ CONHECE O PATRIMÔNIO CULTURAL DA COMUNIDADE KALUNGA?

“A educação e a cultura [...] são essenciais para o verdadeiro desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. [...] A educação é o meio por excelência para transmitir os valores culturais nacionais e universais”

Declaração do México (1985).

2.1 Apresentação da proposta

A presente proposta de Educação Patrimonial refere-se a ações educativas a serem realizadas no âmbito da pesquisa intitulada “Império de Nossa Senhora D’Abadia: representações estéticas e devocionais de um patrimônio cultural Kalunga”. Para o desenvolvimento da pesquisa, previa-se, desde sua construção, a retribuição para a comunidade em relação ao trabalho realizado e ao conhecimento construído em conjunto. Desse modo, a aplicabilidade da proposta referente ao patrimônio imaterial Kalunga é de Educação para o Patrimônio, com a elaboração de material de apoio pedagógico voltado ao conhecimento, apropriação e valorização do Patrimônio Cultural, memória e identidade da comunidade Kalunga.

É fundamental que os indivíduos, enquanto atores sociais, se conscientizem de que o Patrimônio Cultural é um bem pertencente a todos e que, apesar de sua diversidade, há especificidades de acordo com sua localização, sendo as referências locais fundamentais para a construção da memória coletiva. Com as atividades de Educação Patrimonial, seja no ensino formal ou não formal, os indivíduos podem reconhecer os bens culturais que constituem seu Patrimônio e remetem à sua memória, atribuindo-lhes significados e priorizando sua valorização.

A realização de ações educativas exige o uso de encaminhamentos metodológicos e de referenciais teóricos específicos que permitam o entendimento de seus significados pelos atores sociais. Dessa maneira, a Educação Patrimonial, segundo Lima (2003), pode ser compreendida como coletivos de ações, regidas por metodologia própria e que direcionam ao conhecimento sobre diferentes bens culturais, propiciando a estes condições de preservação. Os processos educativos devem ser construídos de forma coletiva e democrática, “por meio de um diálogo permanente entre agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais” (IPHAN, 2014, p. 19).

Destarte, a proposta se efetiva pela elaboração de material de apoio pedagógico, em formato de Caderno de Apoio, como instrumento de ensino-aprendizagem para diferentes disciplinas do currículo escolar, articulando teoria e prática, no qual se utiliza da linguagem visual e textual para melhor compreensão dos conceitos relativos ao Patrimônio Cultural. Através de narrativas que dão visibilidade a um bem cultural da comunidade Kalunga, o Caderno de Apoio enfatiza a imaterialidade desse bem por meio da representatividade das festas tradicionais deste povo, contribuindo, assim, para construção do sentido de pertença.

A construção teórica desta proposta, voltada à Educação Patrimonial, pauta-se na legislação vigente que regulamenta o ensino no país, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, que prevê, em seu art. 1º, que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (IPHAN, 2014, p. 24).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), a temática está direcionada aos discentes da educação básica, Ensino fundamental, e sugere a inserção da Pluralidade cultural enquanto temas transversais, isto é, como conteúdo no processo educativo de forma interdisciplinar. No Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás, inclui-se na relação de conteúdos direcionados ao ensino fundamental, assim como nos componentes da Matriz Curricular (em sua Parte Diversificada).

Para além da temática patrimônio, a proposta visa o desenvolvimento de conteúdos relacionados à história e à cultura Afro-brasileira no contexto escolar, com base na Lei nº 11.645/2008³⁷, que constitui discussões fundamentais para a contextualização da formação híbrida da população brasileira.

Tal perspectiva de construção do Caderno de Apoio considera o fato de a Educação Patrimonial, segundo Grunberg (2000), ser o ensino centrado nos bens culturais representativos de cada comunidade local e embasado por metodologia que prioriza o desenvolvimento de ações educativas e pedagógicas, tendo como referência principal os bens culturais locais. Em atividades de Educação Patrimonial, é possível se utilizar dos lugares e suportes da memória no processo educativo a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos educandos e

³⁷ Prevê o desenvolvimento de conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, a serem ministrados no âmbito de todo currículo escolar, que podem ser trabalhados em disciplinas relacionadas às áreas de Linguagens e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais aplicadas. Esta altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm, acesso em 10/02/2021.

dos cidadãos para a importância da preservação desses bens culturais (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituição da autarquia federal, vinculada à Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, responsável pela política e difusão do Patrimônio Cultural no Brasil, direciona as perspectivas sobre ações educativas voltadas ao Patrimônio e utiliza como estratégia material pedagógico semelhante ao que propomos³⁸.

Dessa forma, a aplicabilidade desta proposta considera as referências culturais locais e suas especificidades, entendendo que os diferentes contextos de vivência são, também, contextos educativos que expressam o modo de ser e de viver de sujeitos sociais. Para tanto, se faz necessário enfatizar os bens locais para valorizar a memória cultural da comunidade e conscientizá-la acerca da importância da preservação do patrimônio cultural brasileiro como um todo.

O objetivo desta proposta é promover o exercício da cidadania cultural por meio de atividades educativas lúdicas relacionadas ao patrimônio cultural. Assim, o Caderno de Apoio visa proporcionar a diferentes públicos, sobretudo ao público infanto-juvenil, a leitura e vivência dos bens culturais que representam a comunidade Kalunga, em seus múltiplos símbolos e significados; fortalecer a Identidade cultural; promover a valorização da memória; e incentivar o conhecimento e a apropriação do Patrimônio Cultural Brasileiro, para que, assim, se possa preservá-lo.

Diante da diversidade cultural existente no Brasil, é imprescindível a realização de ações que exaltem e valorizem essa multiplicidade. A identificação da cultura de um determinado grupo ocorre através de seus elementos representativos. Grunberg (2000, p. 1) menciona que “todas as ações através das quais os povos expressam suas formas específicas de ser são cultura, e fazem com que seus integrantes se identifiquem e partilhem de uma história comum”. Para Geertz (1978), o conceito de cultura denota:

Um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdados expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação a sua vida (GEERTZ, 1978, p. 103).

³⁸ Como exemplo, as publicações direcionadas a Educação Patrimonial, disponível no endereço eletrônico: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=30&busca=>, acesso em 12/02/2021.

A Declaração sobre a Diversidade Cultural da UNESCO reafirma que a cultura se expressa como “O conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2002).

Desse modo, os símbolos e significados de grupos sociais são transmitidos de geração para geração, constituindo diferentes identidades e fortalecendo memórias afetivas. Todos os símbolos que compõem as expressões de cultura de um grupo são representativos de seu patrimônio e podem ser preservados para gerações futuras.

A Educação Patrimonial é o método de ensino utilizado para auxiliar os indivíduos a conhecer o grupo do qual faz parte, conhecer o mundo que o rodeia e seu patrimônio. Sendo assim, consideramos que a aplicabilidade desta proposta desempenha um papel de grande importância para a comunidade escolar, pois a metodologia da Educação Patrimonial é uma ferramenta pedagógica significativa para promover conhecimento e conscientização e, consequentemente, valorização do patrimônio cultural da comunidade Kalunga.

2.2 Educar para o Patrimônio

Educação constitui um dos eficientes instrumentos de transformação dos indivíduos. Para Guimarães e Miranda (2009, p. 6), “educar, em um sentido amplo, compreende um processo de desenvolvimento da capacidade intelectual e moral do ser humano, visando a sua integração social”. Desse modo, através da educação (conhecimento e informação) o indivíduo se torna um multiplicador. Nesse sentido a Educação Patrimonial, segundo Horta, Grunberg, Monteiro (1999):

É um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural [...] Que busca levar todos os envolvidos a um processo ativo de conhecimento, valorização e apropriação de sua herança cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Para Vasconcelos (2009), essa é uma metodologia que enfatiza a aprendizagem a partir dos bens culturais e preservação para valorização. Esta forma de educar visa o envolvimento da comunidade em atividades socioculturais que retomem à história local, bem como o reconhecimento de suas referências identitárias, sejam elas materiais ou imateriais. Assim, a Educação Patrimonial é um processo de releitura dos patrimônios, com intuito de se perceber os diferentes significados que um determinado bem pode ter.

Partindo do pressuposto de que existem identidade e memória, a Educação Patrimonial propõe a possibilidade de preservação, tendo em vista que é necessário conhecer para preservar (MORAES, 2005, p. 1-3). Esta tomada de “consciência cultural” é condição primordial para a preservação de um bem, pois somente a partir do conhecimento há possibilidade de reconhecimento por parte de comunidade.

A elaboração de atividades voltadas à Educação para o Patrimônio propicia à comunidade a compreensão de conceitos básicos, como Patrimônio Cultural, bem cultural material e imaterial, tombamento, inventário, registro, preservação, valorização, entre outros. Diante do entendimento de tais conceitos, a comunidade identifica diferentes formas de manifestação cultural, reconhecendo-as como elementos representativos de sua memória e identidade (GUIMARÃES; MIRANDA, 2009), o que possibilita a elaboração de inventários participativos pelas comunidades que reconhecem seus bens representativos.

Entendendo que a Educação Patrimonial é um importante instrumento de preservação da diversidade cultural e que possibilita a diferentes gerações o reconhecimento de sua própria identidade, através da interação com as heranças que compõem o diversificado patrimônio cultural brasileiro, acreditamos que esta proposta (o Caderno de Apoio à Educação Patrimonial) possibilitará a comunidade escolar um melhor entendimento sobre o tema e, posteriormente, consequente difusão de conhecimento. Permitirá ainda a efetiva articulação entre escola, comunidade e o exercício da cidadania, elementos essenciais para a promoção de direitos enquanto cidadãos brasileiros.

2.3 Ações educativas: Como, para que e para quem?

As ações educativas serão realizadas através do Caderno de Apoio, material de auxílio pedagógico, com temática voltada ao Patrimônio Cultural e à comunidade Kalunga, a fim de integrar o processo de Educação Patrimonial ao Ensino formal, escola e comunidade. Tem como principal objetivo sensibilizar a comunidade escolar quanto a importância dos bens culturais para reafirmação de identidades locais.

Intitulado “Você conhece o Patrimônio Cultural Kalunga?”, o Caderno de Apoio poderá ser utilizado como um instrumento de apoio pedagógico em sala de aula, elaborado para instigar o público participante sobre as possibilidades de se pensar e preservar a memória de diferentes grupos sociais que formam a nossa nação e incentivar o processo de identificação e apropriação de diferentes patrimônios histórico-culturais. Está norteado por questionamentos como: O que

é patrimônio cultural? E patrimônio material, patrimônio imaterial, patrimônio natural, bens culturais - como conhecer sobre patrimônio? O que é educação para o patrimônio? E ainda saber sobre: Comunidade quilombola, Comunidade Kalunga, expressões do patrimônio cultural Kalunga.

Para a construção do roteiro do Caderno de Apoio, dialogamos sobre as possibilidades de cenários para a narrativa, definido personagens a serem ilustrados, bem como as falas e a sequência de conceitos, sendo embasados teoricamente em definições sobre Patrimônio Cultural e suas especificidades, de acordo com os artigos 215 e 216, da Constituição Federal de 1988; sobre comunidades quilombolas; e o bem evidenciado durante a pesquisa, o Império de Nossa Senhora D'Abadia, na Romaria do Vão de Almas, visando dar visualidade ao bem cultural em discussão. O processo de elaboração do Caderno dividiu-se nas seguintes etapas:

Quadro 2 – Etapas de elaboração do Caderno de Apoio

1º Etapa	2º Etapa	3º Etapa	4º Etapa	5º Etapa
Definição da temática para parte propositiva.	Pesquisa documental e levantamento do bem cultural a ser apresentado.	Elaboração e revisão do conteúdo para o Caderno de Apoio.	Diagramação e trabalho gráfico para o Caderno de Apoio.	Apresentação e divulgação do material de apoio pedagógico – Caderno.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O Caderno de Apoio tem, como primeira possibilidade, formato digital, disponível no Site do Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio – PROMEP/UEG³⁹, mas, poderá contar com a versão impressa. Tendo em vista a não realização da Romaria no ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, o Caderno será composto por ilustrações para que o bem cultural seja melhor visualizado.

2.4 PÚBLICO PARTICIPANTE

A temática do Caderno de Apoio tem como objetivo acolher como público participante a comunidade escolar da rede estadual de ensino, especificamente, o Ensino Fundamental II (6º

³⁹ <http://www.promep.ueg.br/>

ano 9º ano), e em especial os discentes das Escolas Estaduais da comunidade Kalunga⁴⁰, pelo fato de a pesquisa enfatizar um dos bens culturais local. Mas, poderá se estender ao público em geral.

Para efetivação dessa ação, o Caderno de Apoio será encaminhado, em seu formato digital ou entregue em formato impresso, aos professores e alunos de Escolas da Rede Estadual de Ensino, através da equipe gestora da unidade e visando sua utilização em sala de aula em diferentes disciplinas, de acordo com o planejamento da Unidade Escolar.

No entanto, diante a suspensão temporária das aulas presenciais nas escolas da rede de ensino estadual⁴¹, devido à pandemia ocasionada pela COVID-19, as atividades educativas propostas nesta pesquisa serão realizadas após o retorno das aulas presenciais, considerando as medidas de distanciamento social recomendadas pela OMS e a segurança da saúde de todos. Sendo assim, a previsão é que as atividades sejam realizadas em 2022.

2.5 Resultados almejados para valorização do bem cultural

Esta ação buscará promover o envolvimento do público participante com o tema Patrimônio Cultural, visando a promoção de cidadania e o desenvolvimento de uma consciência preservacionista, além do reconhecimento e reafirmação de identidades. Nesse sentido, entendendo que professores e alunos são multiplicadores da metodologia da Educação Patrimonial, após conhecê-la e aprendê-la, estes poderão explanar sobre o tema e, consequentemente, tornarem-se agentes de conscientização e defesa do patrimônio histórico-cultural brasileiro.

⁴⁰ A Rede de Ensino Público Estadual na comunidade Kalunga compõe-se por cinco escolas estaduais e extensões, sendo estas: Escola Calunga I (Cavalcante – Vão de Almas), intitulada sede; Escola Calunga II (Monte Alegre – comunidade Riachão); Escola Calunga III (Teresina de Goiás); Escola Calunga IV e V (Monte Alegre), jurisdicionadas à Coordenação Regional de Educação de Campos Belos e geridas por um diretor em comum, Prof. Adão Fernandes da Cunha, Kalunga e escolhido pela comunidade. Para apresentação do Caderno de apoio, será solicitada a anuência da Secretaria de Estado de Educação de Goiás, através da Superintendência de modalidades e temáticas especiais/Gerência em Educação do Campo, Indígenas e Quilombolas.

⁴¹ Resolução CEE/CP n.09, de 30 de maio de 2020, que “dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais e sobre o período de férias no âmbito do Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação da COVID-19”. Resolução que suspende as atividades presenciais em escolas até 31/07/2020. Resolução CEE/CP n.15, de 10 de Agosto de 2020, que autoriza o regime especial de aulas não presenciais, entre outros, até 19/12/2020. DECRETO N°9.778, de 07 de janeiro de 2021, que prorroga o prazo de que trata o Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020, e reitera até 30 de junho de 2021 a situação de emergência da saúde pública de Goiás devido à COVID-19. E Resolução CEE/CP n. 18 de 06 de novembro de 2020, que autoriza as instituições do Sistema Educativo do Estado de Goiás a adotarem o regime especial de aulas não presenciais.

3 APPLICABILIDADE DA PROPOSTA

Nesse sentido, não se trata de “ensinar sobre” o patrimônio, mas de considerar os bens culturais, sua fruição, preservação e difusão, como um recurso precioso no processo educativo [...] desenvolvendo um “sentido de patrimônio”

Cecília Londres (2012).

3.1 Manual de uso do Caderno de Apoio no contexto escolar

Cadernos de Apoio voltados à Educação para o Patrimônio constituem-se como importante instrumento de apoio pedagógico, pois tratam, de forma lúdica e acessível, sobre uma temática fundamental para a formação de cidadãos críticos e conhecedores de sua memória e história e, consequentemente, defensores de seu Patrimônio. As diferentes possibilidades de aplicabilidade do Caderno em sala de aula têm como intuito orientar/nortear os educadores para refletir, discutir e sensibilizar, através da Educação Patrimonial, seus discentes sobre a temática do Patrimônio Cultural.

A interdisciplinaridade do tema permite que os educadores utilizem o Caderno como material de apoio para o desenvolvimento de atividades em disciplinas como história, geografia, artes, ciências, português, protagonismo juvenil, entre outras, pois é uma temática abrangente a diferentes públicos, de acordo com a perspectiva do professor.

Para tanto, se faz necessário, antes de se iniciar as atividades práticas, que haja um planejamento prévio para definição do objeto de estudo, visto que a temática Patrimônio Cultural propicia uma gama de subtemas que podem ser trabalhados no contexto escolar afim de instigar os discentes a conhecer, valorizar e preservar distintos bens culturais. Dentre os subtemas, podemos citar: Cultura, patrimônio material, imaterial, natural, bens culturais, memória, identidade, manifestações religiosas, entre outros. Todos estes possuem em si diferentes significados e para estuda-los é importante conceitua-los, conforme cita Horta, Grunberg e Monteiro (1999):

É importante notar que cada objeto ou evidência da cultura traz em si uma multiplicidade de aspectos e significados. Nesse processo de etapas sucessivas de **percepção, análise e interpretação** das expressões culturais é necessário **definir** e **delimitar** os **objetivos** e **metas** da atividade, de acordo com o que se quer alcançar, e com a natureza e complexidade do objeto estudado (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 10).

Desse modo, apresentamos alguns conceitos, elucidados no Quadro 3, que permitirão um maior entendimento e desenvolvimento das atividades de Educação Patrimonial.

Quadro 3 - Conceitos relacionados à temática Patrimônio Cultural

CONCEITOS RELATIVOS À TEMÁTICA PATRIMÔNIO	
A. Indivíduo	Elemento ativo, integrante dos grupamentos humanos, cuja personalidade e traços fisiológicos o distinguem de seus pares; o agente – aquele em que a atuação avança ao plano da razão pronto para responder às ações cotidianas, valendo-se da inteligência emocional.
B. Identidade	Tudo aquilo que diferencia e identifica o homem: um grupo social, político, étnico, religioso, etc.
C. Sociedade	Grupo de indivíduos que vivem por vontade própria sob normas comuns.
D. Comunidade	Com, comum, comunhão, comunidade. Palavras que derivam da mesma raiz etimológica latina – união, aquilo que é compartilhado. A comunidade se caracteriza pela afinidade de seus integrantes no exercício das necessidades cotidianas, os quais se organizam e se ajudam como forma de minimizar as dificuldades e repartir os benefícios; muitas de suas práticas se configuram em expressões culturais.
E. Humanidade	Conjunto (coletivo) de TODOS os seres humanos.
F. Tempo	Conceito desenvolvido pela maioria das sociedades humanas para diferenciar eventos (reais ou não) já acontecidos daqueles que acontecem a cada instante e daqueles que estão por (ou podem) acontecer. - Passado, Presente e Futuro.
G. Memória	Conhecimento ou consciência sobre situações, eventos, ações, sensações passadas.
H. História	Discurso - oficial ou não - construído sobre nosso conhecimento a respeito do passado e do presente.
I. Cultura	Conjunto de atividades e modos de agir, costumes e instruções de um povo, meio pelo qual o ser humano se adapta às condições de existência, transformando a realidade. Processo em permanente evolução, diversificado e rico. Trata-se do desenvolvimento de uma comunidade, um

	grupo social, uma nação, fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais.
J. Bens Culturais	Todo indivíduo possui bens que lhe são caros e que de alguma forma o identificam. Bens que são significativos apenas para o indivíduo. Os bens culturais são o produto do processo cultural e identificam e individualizam um povo, uma comunidade, uma cidade ou uma nação. Os bens culturais permitem que nos conheçamos e também ao ambiente que nos cerca. O valor cultural de um bem reside na capacidade de estimular a memória das pessoas, contribuindo para a garantia de sua identidade cultural e melhoria de sua qualidade de vida.
i. Bens Naturais	São os bens que não foram produzidos pelo homem, mas foram assimilados culturalmente ao longo do tempo, servindo de referências e influenciando culturalmente o homem. Exemplos: rios, cachoeiras, matas, serras, montanhas, etc.
ii. Bens Materiais/Tangíveis	São aqueles bens concretos, que podemos manusear. Exemplos: espaços, estruturas arquitetônicas, bens móveis (os que podem ser deslocados de lugar: alfaias, imagens, mobiliário, etc.).
iii. Bens Imateriais/Intangíveis	São as representações da cultura que, mesmo acontecendo em espaços e lugares, não podem ser tocadas fisicamente, mas sim apreendidas pela capacidade sensorial. São as referências culturais de um grupo social, comunidade, povo ou nação - as práticas, as formas de ver e pensar o mundo, as cerimônias e festas religiosas, as danças, as músicas, as lendas, contos, histórias, brincadeiras, os modos de ser e fazer de um povo, as celebrações, as formas de expressões, os lugares e espaços onde se reproduzem práticas culturais coletivas.
K. Patrimônio (do latim <i>patrimonium</i>)	Herança paterna, bens de família, bens necessários para ordenar um eclesiástico, dote dos ordinandos, propriedade. Um indivíduo ao longo de sua vida acumula bens que, no futuro, vai legar à família. Ampliando o conceito, entende-se atualmente que são patrimônios: a vida, o corpo, a linguagem, as coisas (arquitetura, artesanato, música, literatura...), os sonhos, as histórias.

	<p>- Patrimônio Ambiental Urbano: Fato social, produto de uma sociedade específica. Compreende lugares, bens imóveis, monumentos e vivências. A memória social está diretamente ligada ao patrimônio ambiental urbano, do qual se projetam as representações da cidade.</p> <p>- Patrimônio Cultural: Soma dos bens culturais de uma comunidade ou grupo. O conceito inicial de “Patrimônio Histórico e Artístico” limitava a abrangência da rica produção humana, então a Constituição Federal de 1988 ampliou e atualizou o conceito em seu artigo 216.</p>
L. Preservação	Preservar é defender, conservar, resguardar. Atitude de cuidado e respeito. Preservar também é dar relevância, destaque, importância, utilidade, publicidade.
M. Conservação	Conservar é amparar, defender, manter, salvaguardar, resguardar de dano, decadência, deterioração.

Fonte: IEPHA/MG (2009).

Portanto, ao planejar a aula, o professor deve delimitar quais são os objetivos e resultados esperados, assim como os conceitos a serem apresentados, o conhecimento que almeja que seus alunos adquiram e a forma como irá avaliar a aplicação da atividade.

Outro passo que deve ser levado em consideração para o desenvolvimento da ação educativa sobre Patrimônio refere-se à definição das etapas metodológicas. Para o desenvolvimento de ações na comunidade escolar, podemos nos orientar pelo roteiro, disposto como exemplo no Quadro 4, considerando que o tema definido para essa atividade, através do Caderno de Apoio à Educação Patrimonial “Você conhece o Patrimônio Cultural Kalunga?”, refere-se a um dos bens culturais imateriais da comunidade Kalunga: uma manifestação de catolicismo popular representativa para seus detentores.

Quadro 4 - Etapas metodológicas para o desenvolvimento de ações educativas na comunidade escolar

ETAPAS METODOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EDUCATIVAS NA COMUNIDADE ESCOLAR			
Etapas	Percepção/ sentidos	Objetivos	Questionamentos/Atividades
Observação	Apresentar o Caderno de Apoio aos alunos Questionar: O que vejo? Observar o que se vê e pensar a respeito. Reconhecer sua função e seu significado.	-Identificar o bem cultural em estudo e sua função para a comunidade que a realiza.	Indagar o alunado sobre: 1. O que é? 2. É um bem material ou imaterial? 3. É uma prática cultural? 4. Quem a realiza? 5. Sua importância para comunidade?
Registro	O que achei do que vi? Realizar uma análise crítica após a observação do bem cultural.	-Fixar o conhecimento percebido. -Desenvolver a memória, pensamento lógico.	1. Descreva o bem cultural. Expressar por meio de texto, apresentação oral, desenho, poesia, entre outros.
Pesquisa/ Exploração	Interpretar o bem cultural. Discutir com os alunos sobre conceitos e explanar dúvidas. Desenvolver trabalhos de pesquisa sobre o tema. Buscar em livros e internet informações sobre este.	-Desenvolver a capacidade de pesquisador. -Aprender a interpretar os fatos e acontecimentos. -Descobrir significados.	1. Onde acontece? 2. Quem o pratica? 3. Quando acontece? 4. Há quanto tempo acontece? 5. O que representa para quem o pratica? 6. É uma manifestação religiosa popular?
Apropriação	Internalizar o conhecimento acerca do bem cultural. Valorizar o aprendizado individual. O você aprendeu com esse trabalho?	- Valorização do bem cultural Apropriação do bem como patrimônio cultural.	1. Desenhe a representação do bem cultural. 2. Faça uma redação. 3. Faça um vídeo sobre o material pesquisado.

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999.

Seguindo o planejamento de aplicabilidade do Caderno, com o tema já selecionado, o professor deve definir os materiais de apoio, local, orientadores, público participante possível para aplicação da atividade, cronograma de trabalho, conforme exemplo:

Quadro 5 - Planejamento das atividades educativas

O que vamos conhecer?	Conhecer um bem patrimonial da Comunidade Kalunga
Como?	Através do Caderno de Apoio à Educação para o Patrimônio
Onde?	Na Escola
Com que?	Com os professores
Quem irá participar?	Alunos 8º ano
Quando?	1º Semestre

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Nessa perspectiva, sugerimos atividades que podem ser exploradas em sala de aula, com enfoque na 2º fase Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano), de forma interdisciplinar, após explanados conceitos e discutidas as possibilidades de se valorizar o patrimônio cultural, para que os discentes sistematizem seu aprendizado e possam mapear os bens que permeiam sua vivência. São elas:

1. Questionário - Aprendendo os Conceitos

Disciplinas sugeridas: História e Geografia

Público participante: Discentes da 2º etapa do ensino fundamental.

Proposta: Instigar a descoberta e a apreensão de conceitos referentes ao Patrimônio Cultural.

Sugestão: Atividade individual

1. Você sabe o que é cultura?
2. Você sabe o que é um bem cultural?
3. Qual a importância de conhecermos nossos bens culturais?
4. Quais são seus bens ou da sua família?
5. Qual a relação entre bens culturais e identidade?
6. Como se constitui a identidade de um grupo social?
7. Por que as identidades são importantes?
8. A identidade molda uma comunidade?

9. Você sabe dizer quais são os bens culturais da sua cidade?
 10. Dê exemplos de bens culturais.
 11. Defina: Patrimônio Cultural, bens materiais, bens imateriais, preservação, proteção, tombamento e registro. (Adaptado de IEPHA, 2009, p. 39).
2. Pesquisa – Elaboração de inventário das celebrações culturais da cidade
- Disciplinas sugeridas: História, Geografia e Artes.
- Público participante: Discentes da 2º etapa do ensino fundamental.
- Proposta: Realizar levantamento das celebrações que acontecem na sua cidade e apresentar em exposição para a comunidade escolar.
- Sugestão: Atividade em grupo ou individual.
1. Fazer um levantamento referente às celebrações que acontecem em sua cidade;
 2. Pesquisar informações históricas em bibliotecas, arquivos e sites.
 3. Entrevistar moradores (sugestão: entrevistar anciões).
 4. Coletar registros fotográficos das celebrações, objetos e outros que façam referência ao bem pesquisado.
 5. Montar uma exposição na unidade escolar aberta a comunidade escolar e demais visitantes. (Adaptado de IEPHA, 2009, p. 41).
3. Pesquisa - Eu e meu patrimônio!
- Disciplinas sugeridas: Português, História e Artes.
- Público participante: Discentes da 2º etapa do ensino fundamental.
- Proposta: Elaborar um dossiê sobre um bem cultural pertencente ao grupo em que o discente está inserido. Trabalhar sentido de pertença e identidade.
- Sugestão: Trabalho em grupo.
1. Realizar pesquisa sobre o bem cultural considerado importante.
 2. Levantar sua história, descrição, tempo, relatos, fotografias.
 3. Realizar entrevistas com detentores desse bem.
 4. Montar uma pasta ou caderno com as informações levantadas pelo grupo.
 5. Apresentar à comunidade escolar e justificar sua relevância para a sociedade nacional.
 6. Divulgar, publicitar através de plataformas de blogs ou páginas na internet, visando sua valorização.

4. Revista em Quadrinhos (HQ)

Disciplinas sugeridas: Português, História e Artes.

Público participante: Discentes da 2º etapa do ensino fundamental.

Proposta: Elaborar narrativas em histórias em quadrinhos sobre o patrimônio cultural.

Sugestão: Atividade individual.

1. Selecionar o tema
2. Explanar conceitos referentes ao patrimônio cultural
3. Escolher um bem cultural
4. Criar roteiro de narrativas que valorizem esse bem cultural
5. Ilustrar a história em quadrinhos e inserir a narrativa.
6. Compartilhar com a turma.

Ainda como instrumento de apoio ao professor, recomendamos o acesso aos sites do Quadro 6 para melhor compreensão sobre a temática do Caderno, com o intuito de auxiliar no processo de aplicabilidade das atividades propostas.

Quadro 6 – Sites para consulta dos professores sobre a temática do Caderno de Apoio

 <i>Professor (a),</i> Para melhor compreensão sobre a temática consultar sites:	
Patrimônio Cultural	
http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218 http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/866	
Educação Patrimonial	
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialOrientacoesAOProfessor_ct1_m.pdf http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf	
Comunidade Quilombola	
http://www.palmares.gov.br/ https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terrass-quilombolas-brasil/ http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais/comunidades-quilombolas	
Comunidade Kalunga	
https://www.nationalgeographicbrasil.com/photography/2018/09/esta-comunidade-quilombola-resiste-isolada-no-coracao-do-cerrado-ha-quase-300?image=DSC_7233 https://www.youtube.com/watch?v=Tc4iRfFcZKM&t=1148s https://www.youtube.com/watch?v=BZk5Nk7dnwQ https://www.youtube.com/watch?v=yiHXdoY6XNY	

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

3.2 Proposta de aplicação no contexto escolar da comunidade Kalunga

O Caderno proposto foi elaborado a partir de dados levantados durante a pesquisa intitulada “Império de Nossa Senhora D’Abadia: representações estéticas e devocionais de um patrimônio cultural Kalunga” e versa sobre um bem representativo para o patrimônio imaterial dessa comunidade. Desse modo, os discentes da rede de ensino básico da comunidade representam um importante público para a aplicabilidade da proposta, tendo em vista serem detentores do bem cultural trabalhado.

Assim, o principal objetivo, específico para essa aplicabilidade, refere-se à possibilidade de reconhecimento deste alunado enquanto pertencentes a esse espaço. Almejamos que este material de apoio pedagógico, ao ser explanado durante as aulas nas escolas da comunidade, possa instiga-los e estimulá-los a identificar, levantar e registrar outros bens que moldam seus modos de viver e representam a alteridade do grupo.

Para tanto, como devolutiva para a comunidade, o Caderno de Apoio será apresentado aos professores das Escolas Kalunga, em palestra presencial ou remota, com anuência da Secretaria de Estado de Educação de Goiás, através da Superintendência de Modalidades e Temáticas Especial⁴², em data previamente agendada. Assim como, aos discentes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Arraias, que tem entre seus discentes Kalungas que estão em formação para atuarem na comunidade como professores. Nessas atividades, serão apresentados os resultados e o material de apoio elaborado a partir dos dados levantados em pesquisa, assim como a proposta de aplicabilidade do Caderno.

Seguindo a proposta de aplicabilidade exposta acima, o professor poderá oportunizar atividades voltadas ao reconhecimento e valoração do patrimônio cultural e incentivar o desenvolvimento de ações como inventários participativos, entendendo estes como uma “mobilização e sensibilização da comunidade para a importância de seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação” (IPHAN, 2016, p. 6), que objetiva estimular “a própria comunidade a identificar e valorizar as suas próprias referências culturais, colaborando para o resultado do processo” (IBRAM, 2017, p. 23).

⁴² Solicitada via ofício encaminhado à Superintendência de Modalidades e Temáticas Especial e acompanhamento da Gerência em Educação do Campo, Indígenas e Quilombolas da SEDUC-GO.

Para o planejamento e sistematização dos inventários participativos, poderão ser utilizados como material orientador manuais disponibilizados pelo IPHAN, como o manual de aplicação *Educação Patrimonial: Inventários Participativos*⁴³ (2016) e o *Educação Patrimonial: Programa Mais Educação*⁴⁴ (2013), manual realizado pelo IPHAN em parceria com o Ministério da Educação – MEC. Essa ação de Educação Patrimonial, através dos inventários, constitui um instrumento multiplicador que, para além de produzir novos conhecimentos, forma indivíduos capazes de se afirmarem como cidadãos de direitos.

⁴³ Educação Patrimonial: Inventários Participativos (2016). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf

⁴⁴ Educação Patrimonial: Programa Mais Educação (2013). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_fas1_m.pdf

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste relatório técnico, enfatizamos uma das principais manifestações de religiosidade popular da comunidade Kalunga: o Império de Nossa Senhora D'Abadia e suas representações durante a Romaria do Vão de Almas. Tecemos aqui, então, algumas considerações construídas a partir dos desdobramentos da pesquisa voltada a este festejo popular, representativo para a comunidade que o realiza e para o Patrimônio Cultural Nacional.

Pesquisar uma manifestação do catolicismo popular realizada por uma comunidade negra rural quilombola nos possibilitou conhecer sobre o bem cultural, o processo histórico de formação da comunidade, as festas e tradições populares no Brasil, sobretudo dos povos negros, e, logo, valorizar as práticas culturais daqueles que foram historicamente silenciados, mas que tradicionalmente as realizam e as consideram fundamentais para a permanência da memória construída coletivamente pela comunidade.

Pautada na metodologia da história oral, esta pesquisa objetivou registrar narrativas que rememorassem trajetórias, individuais ou coletivas, que reafirmassem essa manifestação cultural enquanto bem de natureza imaterial. De fato, as narrativas proferidas pelos moradores entrevistados, que participam dos festejos, fundamentam a importância dessa celebração para a formação histórico-social da comunidade e a caracteriza como um dos elementos identitários representativos de seu patrimônio cultural.

No primeiro item, apresentamos o bem cultural pesquisado e o arcabouço teórico-metodológico que fundamenta a análise desse bem enquanto patrimônio imaterial. Para tanto, contextualizamos a inserção dos povos negros na formação histórica do Brasil e, consequentemente, no Estado de Goiás. Ressaltamos como estes povos, provindos da África, se tornaram importantes para a constituição da população das Américas, ao mesmo tempo, o quanto tiveram que lutar e resistir para que suas práticas culturais não fossem suprimidas pela dos colonizadores.

Argumentamos ainda sobre a relação entre memória e as narrativas que reafirmam a identidade Kalunga, observando as expressões de sentimentos coletivos que se refletem nas ações das pessoas que vivem os festejos, considerando aqui a representatividade das festas e seus laços de sociabilidade que dão vivacidade a esse patrimônio. Dentre as práticas realizadas durante a Romaria, o Império de Nossa Senhora D'Abadia pode ser considerado um dos mais simbólicos e representativos da imaterialidade e memória coletiva do grupo que o realiza.

Desse modo, foi possível compreender que esta é uma celebração viva, de muitas cores, rezas, devoção, músicas, danças e, como diria Brandão (2010), “a festa são as pessoas e interações entre pessoas”. Os elementos característicos do catolicismo popular da Romaria dos Kalunga remetem às práticas religiosas realizadas pelas irmandades negras desde o século XVIII, porém com características regionais e formas de organização próprias.

A partir da análise, percebemos que os festejos são celebrações permeadas de representações estéticas e devocionais, e de expressões atualizadas da memória do grupo, que evidenciam a identidade local e reforçam os sentidos de pertencimento, pois os Kalunga se reúnem ano após ano na Capela do Vão de Almas para reavivar e celebrar as tradições repassadas por seus antepassados. Os festejos constituem espaços sociais de construção de identidades coletivas que, mesmo diante das transformações sociais inerentes ao mundo moderno, se ressignificam; e seus praticantes, sujeitos sociais conhecedores de seus direitos, discursam pela igualdade, reconhecimento e respeito às suas identidades, suas singularidades e seus patrimônios.

No segundo item, apresentamos o “produto cultural”, parte propositiva desta pesquisa. A proposta almejava o desenvolvimento de ações educativas a partir da elaboração de material de apoio pedagógico, Caderno de Apoio digital, voltada à educação para o patrimônio. O Caderno de Apoio “Você conhece o Patrimônio Cultural Kalunga?” foi pensado para instigar o público infanto-juvenil a compreender os conceitos de Patrimônio Cultural, memória, identidades e referências culturais dessa comunidade, além de oferecer ao público alvo a possibilidade de reconhecer, valorizar e preservar a memória de diferentes grupos sociais. Elaborado com linguagem acessível, ativa e lúdica, o Caderno apresenta conceitos básicos para a compreensão do patrimônio cultural, narra o festejo a partir da perspectiva dos entrevistados, da pesquisa historiográfica e da análise da manifestação cultural.

No terceiro item, aplicabilidade da proposta, apresentamos algumas das possibilidades de utilização deste Caderno para atividades relacionadas à educação para o patrimônio, seja no âmbito do ensino formal ou não formal, certos de que esse material propiciará o exercício da cidadania cultural e a formação de cidadãos críticos e comprometidos com o bem-estar da coletividade. O uso do Caderno também visa sensibilizar diferentes públicos a promover, valorizar e preservar as múltiplas manifestações culturais constituintes do híbrido cultural do nosso país.

Dessa maneira, ansiamos contribuir para a visibilidade da manifestação cultural Kalunga pesquisada e a possibilidade de seu reconhecimento pelos diferentes grupos da

sociedade nacional, sua valoração e sua preservação enquanto tradição enraizada na memória daqueles que a praticam, sendo referência identitária que os reafirmam enquanto Kalunga.

Ademais, cabe ressaltar que o desenvolvimento desta pesquisa ocorreu em um momento “desafiador” para a humanidade. Enfrentamos a pandemia ocasionada por um vírus pouco conhecido, que vem ocasionando milhares de mortes. Foi um momento de isolamento, distanciamento, reclusão, reinvenções, ressignificações, uma busca incansável dos cientistas por vacina. Neste meio tempo, mudamos as formas de nos relacionar, comunicar, estudar, pesquisar e *festejar*. Nesse processo, as festas também foram “atingidas”, muitas não aconteceram em 2020, dentre elas a Romaria do Vão de Almas. Após um longo período realizando essa celebração todo ano, pela ocasião incerta, os Kalunga não se reuniram em Romaria para festejar, mas é certo que não deixaram de agradecer a Senhora D’Abadia.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de Globalização. **Revista Mana**. v. 7, n. 2, 2001. p.7-33.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins colonial:** vivências escravistas em Arraias (1739-1800). 2. ed. Goiânia: Kelps, 2007.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **KALUNGA: Povo da Terra.** Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga: Povo da Terra.** Goiânia: Ed. Da UFG, 2006.

BARBOSA BUENO, Raquel Miranda. **A Senhora Luz, a Senhora Guia: na festa o entrecruzar da história, religião e cultura popular na povoação do Bacalhau - GO.** Dissertação de Mestrado em História Cultural - Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2008.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central:** eco-história do Distrito Federal. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

BRANDÃO, C. R. **Peões, pretos e congos:** Trabalho e identidade étnica em Goiás. Brasília: UNB, 1977.

BRANDÃO, C. R. **Prece e folia. Festa e romaria.** Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2010.

BRANDÃO, C. R. De um lado e do outro do mar: festas populares que uma origem comum aproxima e que uma oceano e uma cerrado separam. In: OLIVEIRA, Maria de Fátima [...], organizadores. **Festas, religiosidades e saberes do cerrado.** Anápolis: Editora UEG, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. In: IPHAN. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. p. 129-131. (Edições do Patrimônio).

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Lei nº 9.394 de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRITTO, Clovis C. Dos “batuques dos pretos” aos grilhões do silêncio: Benedito D’Abadia e a festa do Divino Espírito Santo dos meninos de Goiás (Século XIX). In: BRITTO, C. C.,

PRADO, P. de. B. do; ROSA, R. L. (org.). **Os sentidos da devoção: o império do Divino na Cidade de Goiás, (Séculos XIX e XX)**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2015.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural:** as possibilidades do planejamento. 4. ed. Campinas: Papirus, 2003.

CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.1, n.1, dez/mar.2010.

CAPEL, Heloisa Flores. **Comunidade Negra:** povoamento e cultura agrária em Goiás. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins: O Movimento Separatista do Norte de Goiás, 1821-1988.** São Paulo: A Garibaldi, Editora da UCG, 1999.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás:** da construção da decadência aos limites da modernização. 3. ed. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CHUVA, Márcia. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. (org.). **Patrimônio Cultural:** políticas e perspectivas da preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2012, v. 1, p. 67-78.

CUNHA MATTOS, Raymundo José. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz (1824)**. Goiânia: SUDECO/ Governo de Goiás, 1979.

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. **Diversidade e identidade religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade.** Tese de Doutorado. IESA –UFG, 2010.

DE PAOLI, Paula Silveira. Patrimônio material, patrimônio imaterial: dois momentos da construção da noção de patrimônio histórico no Brasil. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. (Org.). **Patrimônio Cultural:** políticas e perspectivas da preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2012, v. 1, p. 181-190.

FERNANDES, J. A.; MARINHO, T. Reconhecimento de Quilombos: impasses e possibilidades. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII**. 2007. UFPE, Recife (PE).

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Afiliada, 1978.

GUIMARÃES, Edelfina Aparecida; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. A Educação Patrimonial como instrumento de Preservação. In: **Por Dentro da História – Revista de Educação Patrimonial**. Ano 1, n. 2, Contagem-MG, Agosto - 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos:** Uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, Maria Célia da Silva; ZAGANELLI, Margareth Vetus. Culto mariano no noroeste de minas: uma herança do império português. **Revista Mosaico**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2014, p. 139-148.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos. 2. ed. Brasília: IPHAN/DAF/COGEDIP/CEDUC, 2014.

KARASCH, Mary. Os quilombos do ouro na Capitania de Goiás. In: REIS, João José; Gomes, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KARASCH, Mary. Construindo Comunidades: as irmandades dos pretos e pardos no Brasil Colonial e em Goiás. **Revista de História/UFG.** Goiânia, v. 15, n. 2, p. 257-283, jul./dez. 2010.

LEONEL, Guilherme Guimarães. Festa e sociabilidade: reflexões teóricas e práticas para a pesquisa dos festejos como fenômenos urbanos contemporâneos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.11, n. 15, p.35-57, 2010.

LIMA, Janice Shirley Souza. Educação Patrimonial na área do Projeto Serra do Sossego – Canaã dos Carajás (PA). In: Simpósio de Educação Patrimonial em Projetos Arqueológicos. **XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira.** São Paulo, Setembro, 2003.

LIVRO DE TOMBO. **Histórico de Cavalcante-GO.** Livro De Tombo. Paróquia de Sant'Ana. 1952-1980.

LIVRO DE TOMBO. **Histórico de Cavalcante-GO.** Livro De Tombo. Paróquia de Sant'Ana. 1981-1999.

LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias atlânticas: percursos para a Liberdade: africanos descendentes na Capitania dos Guayazes.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2007.

LOIOLA, Maria Lemke. Rotas do Atlântico entre Goiás e África: o caminho do sertão. **Revista de História/UFG.** Goiânia, v. 15, n. 2, p. 285-302, jul./dez. 2010.

LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila B. (org.) **Educação patrimonial: reflexões e práticas.** João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno temático; 2).

MARCHI, Euclides. O sagrado e a religiosidade: vivências e mutualidades. **História: Questões & Debates.** Curitiba, Editora UFPR. n. 43, p. 33-53, 2005.

MARINHO, Thais Alves. **Subjetividade, identidade e as redes de consumo Kalunga.** (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, 2013.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins de. Festas populares hoje: muito além da tradição. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação.** Campo Grande /MS, setembro, 2001.

MINAYO, Maria Cecília S. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

MORAES, Allana P. **Educação Patrimonial: Uma proposta curricular.** Monografia (Ciências da Educação). Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Campos dos Goytacazes, 2005.

MORAIS FILHO, Melo. **Festas e tradições populares do Brasil.** Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1999.

MOURA, Clóvis. **Quilombos:** resistência ao escravismo. São Paulo: Editora Ática, 1993.

MUBAM. **Série Inventário Cavalcante, GO.** Casa de Fundição. Ministério da Educação – DPHAN – Arquivo. Acervo: MUBAM, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Revista Projeto História.** São Paulo PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'anna. **História de Goiás (1722-1972).** 4. ed. Goiânia: Ed. Da UCG, 1986.

PALACIN, Luís. **O século do Ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas.** 4. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural: Consciência e Preservação.** São Paulo: Editora brasiliense, 2009.

POHL, Johann Emanuel. (1782-1834). **Viagem no interior do Brasil.** Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROSA, Wanderleia dos santos. **Rezas, rezadeiras e juventude na comunidade vâo de almas, Cavalcante – GO.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade UnB de Planaltina, 2013.

SALLES, Gilka V. F. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás.** Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, M. Resistência dos quilombos no Brasil Central. In: MOURA, C. **Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil.** Maceió: EDUFAL, 2001.

SILVA. José M. **Quilombos do Brasil central: séculos XVIII E XIX (1719 - 1888). Introdução ao estudo da escravidão.** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1998.

SILVA, Ana Van Meegen. **Kalunga.** Goiânia: ed. UCG, 2007.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário.** São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 1997.

VASCONCELOS, Larissa Batista. Educação Patrimonial e a tutela do Patrimônio Arqueológico. In: SOARES, Inês Regina P. (org.). **Arqueologia, direito e democracia**. Erechim, RS: Habílis, 2009.

Fontes eletrônicas

ALMEIDA, Maria Geralda de. Cultura, paisagens e patrimônio cultural: reflexões desde o Brasil central. **Espaço & Geografia**. v. 16, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegografia/index.php/espacoegografia/article/view/261/188>. Acesso em 26/03/2020.

BRASIL. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Brasília-DF, 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em 01/05/2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Sobre a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” na rede de ensino do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

GRUNBERG, Evelina. Educação Patrimonial: Utilização dos bens como Recursos Educacionais. In: **Cadernos do CEO**, Ano 14, n. 12. Unoesc: Chapecó, Junho/2000. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2133>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Caminhos da memória: para fazer uma exposição**. Texto: Katia Bordinhão, Lúcia Valente e Maristela dos Santos Simão. Brasília, DF: IBRAM, 2017. (Série Caminhos da Memória, 1). Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Caminhos-da-Mem%C3%B3ria-Para-fazer-uma-exposi%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em 25/01/2020.

IEPHA/MG. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG). **Manual diretrizes para a Educação Patrimonial**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais. 2009. p. 11-14. Disponível em https://pepfurg.files.wordpress.com/2012/09/diretrizes_para_educacao_patrimonial.pdf Acesso em 01/02/2021.

IPHAN. **Educação Patrimonial**: Inventários Participativos - manual de aplicação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Texto Sônia Regina Rampim Florêncio *et. al.* Brasília-DF, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf Acesso em 20/12/2020.

IPHAN. Educação Patrimonial: **Manual de aplicação: Programa Mais Educação**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_m.pdf. Acesso em: 20/12/2020.

IPHAN. **Declaração do México**. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. IIPHAN/ICOMOS, 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf> Acesso em: 19/07/2021.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *In: Cadernos Textos e Debates*. NUER, nº 7. Florianópolis: UFSC, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126236/Textos%20e%20Debates%20No%207.pdf?sequence=7&isAllowed=y>. Acesso em: 05 de janeiro de 2019.

MELLO E SOUZA, Marina de. Reis do Congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. *In: Revista de História* n. 152. Departamento de História-FFLCH: USP, 2005. p. 79-98. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18998> Acesso em: 20/03/2021.

SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. **Topoi**. v. 3, n. 4, Rio de Janeiro, Jan./Jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n4/2237-101X-topoi-3-04-00059.pdf> Acesso em: 20/03/2021.

SOUZA, Mariana J. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**. UFPB/PPGL. vol. 16, n. 1, 2014, p. 91-117. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/20337/11264> Acesso: 20/01/2020.

UNESCO. 2002. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127160> Acesso em: 30/01/2020.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Olá. Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “*Festa em louvor a Nossa Senhora D’Abadia*” - *Patrimônio Imaterial Comunidade Kalunga*”. Meu nome é Tatiane Pereira Canuto de Lima, sou mestrandona Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, pela Universidade Estadual de Goiás e a pesquisadora responsável por este estudo. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubrique todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, e também via e-mail tatianepcanuto@hotmail.com e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, acrescentando o número 9090 antes do seguinte contato telefônico: (62)98518-3676. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Estadual de Goiás (CEP-UEG), localizado no Prédio da Administração Central, BR 153, Km 99, Anápolis/GO, CEP: 75132-903, telefones: (62) 3328-1439 e (62) 98325-0342, funcionamento: 8h às 12h e 13h às 17h, de segunda a sexta-feira. O Comitê de Ética em Pesquisa é vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa com seres humanos, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Os pesquisadores que compõem essa **equipe de pesquisa** são a mestrandona Tatiane Pereira Canuto de Lima, e sua orientadora Profa. Dra. Raquel Miranda Barbosa. A leitura desse TCLE deve levar aproximadamente 20 (vinte) minutos e a sua participação na pesquisa aproximadamente 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos.

Justificativa, objetivos e procedimentos:

O motivo que nos leva a propor a pesquisa intitulada “Festa em Louvor a Nossa Senhora D’Abadia” **justifica-se** pela representatividade das manifestações religiosas tradicionais realizadas pela comunidade Kalunga. As festas religiosas expressam as tradições, cultura e Patrimônio da comunidade. Reúnem moradores de diferentes localidades da comunidade, assim como, muitos visitantes “de fora”. As relações entre festa e turismo, comunidade e visitantes **nos instiga a** estudarmos sobre como preservar este bem, e quais as ações que viabilizam esta preservação.

Além de visar a valoração da festividade, este estudo tem como **objetivo** o levantamento deste bem representativo devido sua importância diante processo de reconhecimento e reafirmação enquanto comunidade remanescente quilombo, portadora de memória e identidade.

No que se refere à **metodologia**, estudo terá como base a história oral. Esta metodologia nos possibilita utilizar a memória como fonte para a interpretação do processo histórico de construção das manifestações. O **procedimento de coleta de dados primários** será embasado na abordagem qualitativa, através de entrevistas semi estruturadas a ser realizada com amostra

de 5 participantes, moradores da comunidade que participam dos festejos, tendo em vista serem detentores de memória.

As **entrevistas**, instrumento de coleta de dados, serão direcionadas por um roteiro com 10 perguntas abertas, com previsão de duração de aproximadamente 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, **e serão aplicados em sua residência (do entrevistado) ou em local por você escolhido, em data previamente agendada, de acordo com sua disponibilidade, após a Romaria.** Durante a entrevista poderão ser utilizados gravador de voz, e câmera digital para registro fotográfico. Para tanto, necessitamos de sua *concessão do uso de sua voz, imagem ou opinião* no relatório final de apresentação da pesquisa. **Deste modo, solicitamos sua autorização para uso de registros fotográficos, sonoros e/ou audiovisuais da conversa, e a concessão do uso de sua voz, imagem ou opinião marcando um box com as opções abaixo:**

- Não permito a gravação/obtenção da minha imagem/voz.
- Permito a gravação/obtenção da minha imagem/voz.

Em caso de permissão da gravação/obtenção da imagem/voz:

- Permito a divulgação da minha imagem/voz nos resultados publicados da pesquisa.
- Não permito a divulgação da minha imagem/voz nos resultados publicados da pesquisa.

Obs.: O entrevistado deverá a rubricar dentro do parêntese com a proposição escolhida.

Riscos e formas de minimizá-los:

Os riscos relacionados à participação neste estudo, de acordo com a resoluções do CNS nº 466/12 ou nº 510/16, são “possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente”; Para evitar e/ou reduzir os riscos de sua participação serão adotados procedimentos para garantir a segurança física, com relação ao local de aplicação do roteiro de entrevista, assim como, procedimentos para resguardar sua identidade, não lhe causar desconforto, estresse ou cansaço, considerando danos psíquicos, moral, intelectual, social e cultural. O pesquisador deve estabelecer uma relação de confiança com entrevistado, resguardando sua autonomia de decisão em participar ou não das entrevistas.

Assistência:

Se você sentir qualquer desconforto é assegurado assistência imediata e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza, decorrentes de sua participação na pesquisa. Caso você se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderemos interromper a sua participação na entrevista a qualquer momento e esta decisão não produzirá penalização ou prejuízo.

Benefícios:

Esta pesquisa terá como benefícios a possibilidade de você, como entrevistado, colaborar, direta e indiretamente, com a valorização da cultura da sua comunidade. Os registros da memória e a fala dos indivíduos pertencentes a tradição possibilitam a afirmação do Patrimônio e a permanência deste.

Sigilo, privacidade e guarda do material coletado:

Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Neste caso, os entrevistados serão identificados por número. Deste modo, no que tange a **Confidencialidade e anonimização dos dados:** suas informações serão tratadas com confidencialidade e dados pessoais serão anonimizados. Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo. No entanto, se nos autorizar a possível divulgação seu nome no texto do relatório final, se for de seu interesse e não lhe causar constrangimentos.

- () Permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa;
- () Não permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa

Obs.: O entrevistado deverá a rubricar dentro do parêntese com a proposição escolhida.

Os dados coletados nesta pesquisa serão guardados em arquivo físico (roteiros de entrevistas) e digital (fotografias), sob nossa guarda e responsabilidade, por um período de cinco anos após o término da pesquisa. Após esse período, o material obtido será picotado e/ou reciclado e todas as mídias apagadas.

Indenização:

Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder. Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, e assinando este termo você estará ciente que esta pesquisa é voluntária, realizada em colaboração. Mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo (como por exemplo, transporte, hospedagem e alimentação) este será resarcido por mim, pesquisador responsável.

Em qualquer etapa do estudo você poderá entrar em contato comigo, pesquisador(a) responsável, para esclarecimentos de eventuais dúvidas. Após finalizada a pesquisa, você terá acesso ao relatório final deste trabalho que será apresentado a banca de defesa do PROMEP para obtenção de título de mestre, e disponibilizado no banco de dados da Universidade Estadual de Goiás. Sua participação nesta pesquisa, com a disponibilidade de seus relatos, serão colaborativas para elaboração de ações educativas a serem desenvolvidas em oficina direcionada aos professores das Escolas da comunidade, versando sobre o tema Patrimônio Cultural, como devolutiva das pesquisadoras a comunidade.

Os resultados da sua participação poderão ser consultados por você a qualquer momento, para isso, disponibilizaremos o relatório final impresso, que serão entregues aos participantes após finalizado, e disponibilizados os espaços da Biblioteca e da Secretaria do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio - PROMEP da Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina, localizada na Av. Dr. Deusdete Ferreira de Moura, s/nº, Centro CEP 76.600-000 Cidade de Goiás-GO. Telefone: (62) 3936-2161.

Declaração do(a) Pesquisador(a) Responsável

Eu, Tatiane Pereira Canuto de Lima, pesquisador(a) responsável por este estudo, esclareço que cumprirei as informações acima e que o participante terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios devido a sua participação nesse estudo; **e que suas informações serão tratadas com confidencialidade e sigilo.** O participante poderá sair do estudo quando quiser, sem qualquer penalização. Se tiver algum custo por participar da pesquisa, será resarcido; e em caso de dano decorrente do estudo, terá direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder. Declaro também que a coleta de dados somente será iniciada após a aprovação do protocolo pelo sistema CEP/CONEP.

Declaração do(a) Participante

Eu, _____, abaixo assinado, discuti com o pesquisador(a) Tatiane Pereira Canuto de Lima sobre a minha decisão em participar como voluntário(a) do estudo “Festa em louvor a Nossa Senhora D’Abadia”: Patrimônio Imaterial Comunidade Kalunga”. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de assistência, confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Goiás, _____ de 2020.

Assinatura do(a) participante de pesquisa/Responsável legal

Data: _____ / _____ / _____

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Data: _____ / _____ / _____



Apêndice 2 - Roteiro de entrevista**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Roteiro de entrevista pertinente a pesquisa intitulada “Festa em Louvor a Nossa Senhora D’Abadia – Patrimônio Imaterial Comunidade Kalunga”

Pesquisadora responsável e mestrandona pela Universidade Estadual de Goiás: Tatiane P. Canuto de Lima.

Goiás: ____/____/____

NOME: _____

IDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

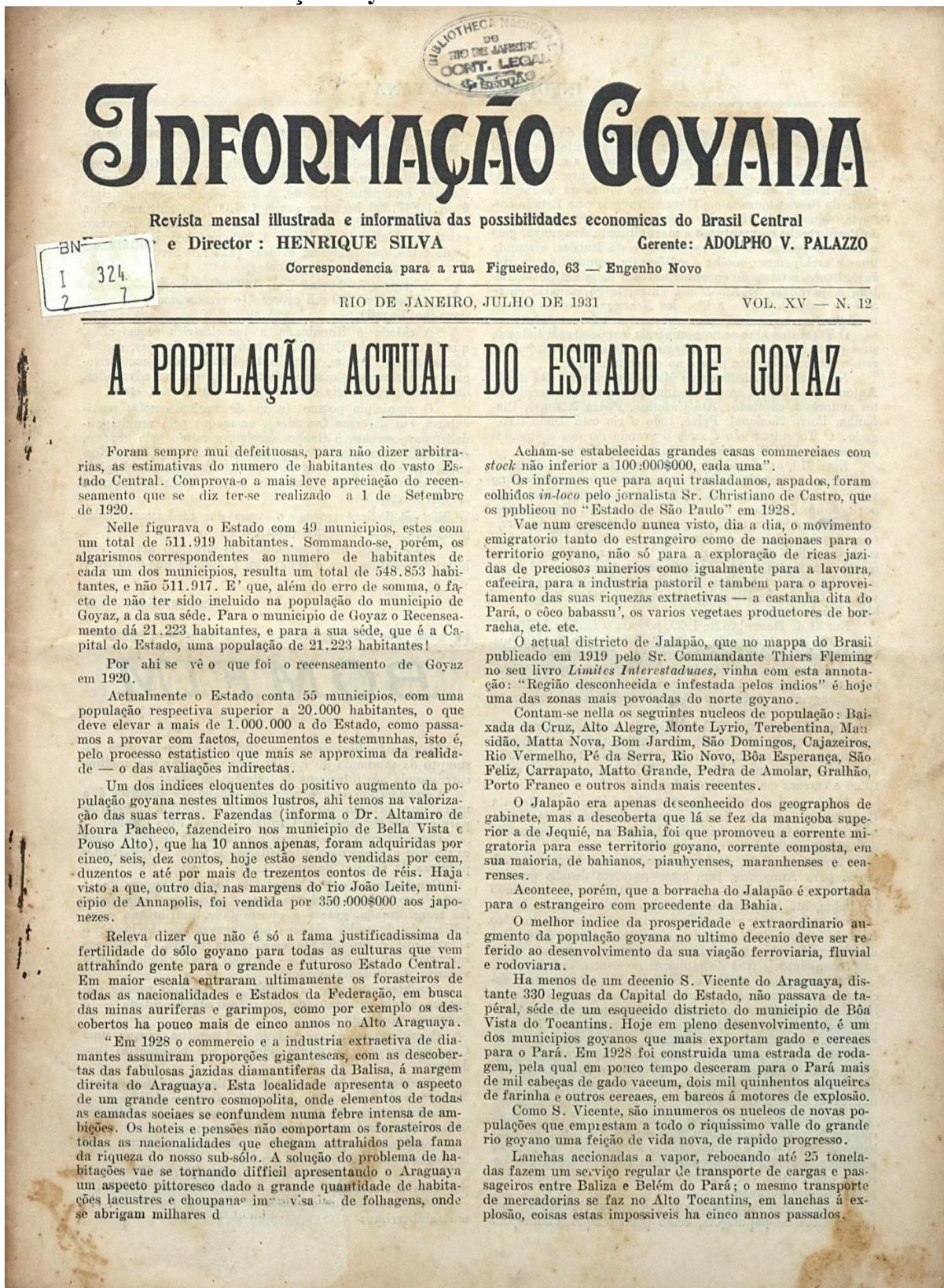
COMUNIDADE (OU LOCALIDADE): _____

1. VOCÊ PARTICIPA DAS FESTAS QUE ACONTECE NA COMUNIDADE?
2. VOCE É DEVOTO DE NOSSA SENHORA D’ABADIA?
3. O QUE OS MAIS VELHOS CONTAM SOBRE A ROMARIA?
4. SE LEMBRA DA PRIMEIRA VEZ QUE PARTICIPOU DA FESTA?
5. O QUE SIGNIFICA PARA VOCÊ PARTICIPAR DESTE FESTEJO?
6. QUANDO VOCÊ VEM PARA O VÃO DE ALMAS?
7. PARA VOCÊ, É IMPORTANTE A COMUNIDADE REALIZAR ESTE FESTEJO TODOS OS ANOS?
8. QUAIS MUDANÇAS VOCÊ OBSERVOU NO FESTEJO NOS ÚLTIMOS ANOS?

Obrigada pela presteza e participação!

ANEXOS

Anexo 1 – Revista Informação Goyana



"O Tocantins, que banha grande porção do oeste maranhense, está, hoje, como nunca, sendo sulcado por quasi meia centena de lanchas a vapor e de motores a explosão.

As cachoeiras são, agora, simples accidentes. Não empataam mais a navegação do rio que, vindo da costançira norte da Serra Dourada em Goyaz atravessa esse Estado sul-norte, separa-o do Maranhão, ingressa nas sombrias mattas do Pará, recebe o sumptuoso e maravilhante Araguaya, gasgalha nas pedras do Tahyry-grande e da Itabóca, circunda ilhas e archipelaços, molha o sudeste da grande ilha de Marajó, banha e tinge de encantos novos a bella cidade de Belém, e, paralelo no Amazonas, entra, largo estuário entre a terra firme a leste e a ilha dos Nehengahybas ao poente, no Atlântico.

O Tocantins abre-se no commercio, expõe-se com todas as suas possibilidades de aproveitamento, ás industrias que fazem a importâcia dos paizes no conceito mundial.

No trecho de Alcobaça no Marabá para cima até Santo Antonio, seis leguas ao sul de Imperatriz, corre trepidantes motores a explosão. Até Carolina, Pedro Affonso, Piauá, Porto Nacional, Peixe, todo o rio está sendo navegado. O Tocantins não é mais o grande rio dos obstaculos insuperaveis" *D'O Sertão*, de São Luiz do Maranhão.

Em 1915, anno em que se iniciou o trafego da Estrada de Ferro no Estado toda a sua exportação importou no valor de 5.121 contos. Em 1922 o valor das mercadorias exportação do Estado se elevou a 13.075 contos. Em 8 annos, tendo a estrada em trafego apenas 236 kilometros no territorio goyano, o valor da exportação passou de 707 a 7.785 contos, sendo o augmento de 919%. Goyaz conta neste momento innumerous linhas de automoveis ligando entre si as mais distantes localidades. Liga-se por estradas de automoveis aos Estados de Minas, S. Paulo, Pará, Matto Grosso, Bahia e Rio de Janeiro.

Em 31 de Dezembro de 1929, possuia o Estado 5.816.525 kilometros de estradas de rodagem, kilometragem esta que vem augmentando dia a dia com novas construções.

O mais positivo indice do crescimento da população goyana nestes ultimos 11 annos está na corrente emigratoria de estrangeiros e nacionaes que se tem encaminhado para o Estado.

Em 1930 entraram 500 familias de colonos italianos que se achavam em S. Paulo. Já contava o Estado no municipio de Annapolis varios nucleos de colonização italiana, sendo um delles denominado Nova Veneza, onde se cultiva café, fumo e cereais em grande escala.

Nesse mesmo anno o Sr. Tineciro Isibaci, director da Companhia Japoneza de Colonização do Estado de Goyaz adquiriu em Annapolis duas grandes fazendas que estão sendo lavradas pelos seus compatriotas.

Por outro lado, de ha poucos annos a esta parte afliuem para Annapolis, bem como para os demais municipios do Sul do Estado — desde o trabalhador braçal vindo da Bahia, até o opulento fazendeiro paulista ou de Minas em busca de melhor collocação para o seu dinheiro no río massapé anapolino, e ainda os colonos estrangeiros. O i dice de tudo isso é o movimento bancario, que atinge a surprehendentes cifras de milhares de contos de réis.

Como aqui se adapta o homem facilmente, tambem facilmente se aeliam as plantas. O café achou seu *habitat*, o trigo se naturalizou, as amoreiras parecem plantas silvestres e a criação do cirgo é por isso facilissima. — *Do Correio de Annapolis*, Junho de 1929.

Mas o que mais vem influindo para a prosperidade e augmento extraordinarios da população do Estado, é a sua estrada de ferro. Onde seus trilhos chegam, surgem de improviso nucleos de civilização, villas e cidades.

Ha menos de oito annos, Pires do Rio, não era sequer estação ferroviaria : — hoje, com seus 4.000 habitantes urbanos, sua lavoura e industrias — xarqueadas, fabricas de manteiga, maehinas modernas para beneficiar café e cereaes, que cultiva em grande escala, é uma das mais prosperas cidades goyanas.

Não menos surprehendentes o apparecimento de outros nucleos de populações, como por exemplo Viamnopolis

e Goyandira, dos quaes nem siquer existia quando do ultimo recenseamento.

Velhas cidades ora servidas pela E. de F. Goyaz, eresceram, dilataram, modernizaram, como Bomfim, Ipameri e Catalão, esta principalmente. A área total do seu municipio é de 1.847.500 hectares, sendo 100.000 em culturas. Uma das suas industrias importante é a da canna de assucar, existindo, dentro do municipio 1.800 engenhos, a maior parte de ferro, que fabriquem assucar (120 mil arrobas), rapaduras, aguardente e alcool-motor.

A população bovina é de 120 mil cabeças, e a suina está estimada em 250 mil cabeças (o recenseamento de 1920 dava-lhe 35 mil).

A cidade é illuminada a luz electrica (como alias, quasi todas as do Estado), possuindo dois cinemas, confeitarias, hoteis, jardim, posto antiphidico, posto meteorologico, tres medios, quatro pharmacias, quatro advogados, duas xarqueadas, dois cortumes, matadouro, etc., etc.

O municipio possue (além de muitas escolas particulares, em diversas fazendas), custeadas pela municipalidade, nove escolas, o Grupo Escolar, mantido pelo governo do Estado e funcionando tambem na cidade o Collegio Nossa Senhora Mãe de Deus (subvenzionado pelo municipio), equiparado á Escola Normal do Estado, além de diversas escolas mixtas.

Eis, em ligeiros traços, o typo das modernas cidades goyanas, de um descennio para cá.

Insistiremos neste assumpto em proximo artigo, embora convencidos que o peor cégo é aquele que não quer ver.

HENRIQUE SILVA.

BOMFIM

Já estando bastante discutido o momentoso assunto da mudanca do Estado para um lugar que melhor corresponda aos interesses de todos os goyanos; e

Considerando que a elegante cidade de Bomfim é a unica que, actualmente, oferece as condições necessarias para o estabelecimento da Capital do nosso caro Estado;

Considerando que existem na cidade de Bomfim todos os predios precios para a installação de todas as repartições publicas da Capital de um Estado;

Considerando que a cidade de Bomfim, apesar de já contar a respeitável idade de cento e cinquenta e seis annos, foi transformada, graças á operosidade, patriotismo e intelligence de todos os seus administradores, inclusive o actual, que é considerado com muita justiça, o "primus inter pares" de todos elles, — na mais linda, risonha e convidativa das cidades goyanas;

Considerando que a cidade de Bomfim possue um optimo estabelecimento de instrucção da mocidade — o Gymnasio Anchieta ;

Considerando que a cidade de Bomfim possue uma Casa de Sau'de, que muito honra o seu benemerito fundador;

Considerando que a cidade de Bomfim é fartamente abastecida de agua encanada, muito salutar e deliciosa;

Considerando que a cidade de Bomfim é servida por uma estação da Estrada de Ferro Goyaz;

Considerando que a cidade de Bomfim é o centro mais importante do rodoviario goyano;

Considerando que a cidade de Bomfim é illuminada por uma das melhores installações electricas do Estado;

Considerando que a cidade de Bomfim possue um clima saluberrimo;

Anexo 2 – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FESTA EM LOUVOR A NOSSA SENHORA D'ABADIA- PATRIMÔNIO IMATERIAL COMUNIDADE KALUNGA

Pesquisador: TATIANE PEREIRA CANUTO DE LIMA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 29344820.7.0000.8113

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Goiás

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.221.910

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas no campo "Apresentação do Projeto", foram retiradas dos arquivos Informações Básicas da Pesquisa ("PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1513602.pdf", de 16/07/2020.

Resumo: Este projeto refere-se a uma das principais manifestações religiosas da comunidade kalunga, a Festa em Louvor a Nossa Senhora D'Abadia, realizada no Vão de Almas. A Comunidade está localizada no nordeste do Estado de Goiás, nos municípios de Cavalcante, Terezinha de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Os Kalungas constituem uma "comunidade quilombola" titulada e certificada. A legislação brasileira adota o conceito de "comunidade quilombola", com base no Decreto 4.887/2003, em seu artigo 2º, que considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, "os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de

ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida". Na comunidade a religiosidade e suas manifestações constituem elementos representativos de seu Patrimônio Cultural. O reconhecimento e valorização de seu patrimônio pode ser realizado através registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial, assim como, manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, pois só assim é possível preservá-lo (Decreto 3.551/2000). A festa reúne moradores de

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO **CEP:** 75.132-903
UF: GO **Município:** ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1434

E-mail: cep@ueg.br



diferentes localidades da comunidade Kalunga, assim como, muitos visitantes "de fora", o que nos instiga a pensar sobre como preservar seus bens devido sua importância diante processo de reconhecimento enquanto grupo social portador de memória e identidade. Deste modo, este trabalho tem como objetivo geral realizar o levantamento da festividade, através da narrativa memorialística de seus participantes.

Introdução: Em praticamente todas as regiões da Brasil colônia os negros escravizados se rebelaram e resistiram ao sistema de escravatura. Foram muitas as técnicas e estratégias utilizadas, entre elas, as fugas e formações de quilombos. Embora fossem intensamente vigiados e combatidos, os quilombos predominavam em três regiões importantes do Brasil Central: Vale do Guaporé (Mato Grosso), Sertão da Farinha Podre (Triângulo Mineiro) e no nordeste goiano, onde o quilombo Kalunga é considerado o mais antigo e o que mais resistiu aos constantes ataques da política escravista. Na capitania de Goiás, devido às “descobertas” auríferas, isolamento geográfico por outras capitâncias e ao grande fluxo de escravos, o processo de organização de quilombos ocorreu de forma diferenciada. Em Goiás, segundo Silva (2001), há prova documental do século XVIII que consideram os negros como a pior camada da população, embora fosse a maior parte dela no período da mineração (1725 a 1822). A cada “descoberto” aurífero, se multiplicava rapidamente o número de escravos negros na região. Em Goiás, até a abolição da Escravatura (1888), destacavam-se como principais quilombos em relação ao âmbito demográfico, organização política e resistência cívica os: Quilombo de Ambrosio; Quilombo do Pilar; Quilombo do Muquém; Quilombo do Cedro e o Quilombo dos Kalunga (SILVA, 2001). O Quilombo Kalunga, segundo Baiocchi, existe a mais de 250 anos no nordeste goiano. É composto por cinco núcleos principais: Vão da Contenda, Vão Kalunga, Vão das almas, Vão do Moleque e Ribeirão dos Bois, sendo estes divididos em várias pequenas unidades locais. Atualmente, constitui uma “comunidade quilombola”. Na comunidade a religiosidade e suas manifestações constituem elementos representativos de seu Patrimônio Cultural. As relações entre festa e turismo, comunidade e visitantes nos instiga a pensar sobre como preservar este bem, e quais as ações que viabilizam esta preservação. Além de se preservar a festividade, há também a necessidade de registro de bens representativos da comunidade devido sua importância diante processo de reconhecimento enquanto comunidade remanescente quilombo, portadora de memória e identidade.

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo

Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO

CEP: 75.132-903

BAIRRO: FAZENDA BARREIRO DO MEIO
UF: GO Município: ANAPOLIS

Telefones: (62)3328-1434

E-mail: cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 4.221.910

Hipótese: A romaria de Nossa Senhora da D'Abadia é um bem patrimonial da Comunidade Kalunga. Representa-se pela imaterialidade da fé, pela encenação do Império, pelos cantos, rezas e ladinhas.

Metodologia Proposta: No que se refere à metodologia, estudo terá como base a história oral. A história oral possibilita utilizar a memória como fonte para a interpretação do processo histórico de construção das manifestações. É certo que os documentos escritos, imagens e outras pesquisas nesse domínio temático amplia a visão analítica do tema em questão considerando que a festa em louvor a Nossa Senhora da Abadia, em Vão das Almas, está sendo estudada com o objetivo de preservação e valorização, enquanto um bem representativo do patrimônio cultural desta comunidade. Compreendendo que o objetivo desta pesquisa é a realização de levantamento sobre a festa de Nossa Senhora da Abadia, embasada pelo metodologia da história oral, tendo como principal registro os relatos de vivência de anciões, o procedimento de coleta de dados primários será embasado na abordagem qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas a ser realizada com amostra de 5 participantes, moradores da comunidade que participam dos festejos, tendo em vista serem detentores de memória. Desta amostra de 5 participantes, preferencialmente, serão selecionados 3 indivíduos com idade superior a 60 anos, e 2 lideranças com idade entre 20 e 40 anos, visando analisar a fala de diferentes gerações que participam da festividade. Deste modo, os critérios de inclusão e exclusão para participar das entrevistas refere-se a idade e a participação ou não da festa. As entrevistas, instrumento de coleta de dados, serão direcionadas por um roteiro com 10 perguntas abertas, com previsão de duração de aproximadamente 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, e serão aplicados na residência do entrevistado ou em local por ele escolhido, priorizando sua privacidade, em data previamente agendada, de acordo com sua disponibilidade, após a Romaria. Durante a entrevista poderão ser utilizados gravador de voz, e câmera digital para registro fotográfico, mediante a concessão do uso de voz, imagem ou opinião pelo entrevistado (autorizado via TCLE). No que se refere ao sigilo, privacidade e guarda do material coletado ressalta-se que não há necessidade de identificação dos entrevistados por nome no texto do relatório final da pesquisa, que neste caso serão identificados por número ou nome fictícios. No entanto, mediante autorização do entrevistado, este entendendo não será prejudicial a sua imagem, poderá ser identificado pelo nome. Os dados coletados nesta pesquisa serão guardados em arquivo físico

Endereço:	BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo		
Bairro:	FAZENDA BARREIRO DO MEIO	CEP:	75.132-903
UF:	GO	Município:	ANAPOLIS
Telefone:	(62)3328-1434		

E-mail: cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 4.221.910

(roteiros de entrevistas) e digital (fotografias), sob nossa guarda e responsabilidade, por um período de cinco anos após o término da pesquisa. Após esse período, o material obtido será picotado e/ou reciclado e todas as mídias apagadas.

Metodologia de Análise de Dados: O roteiro de entrevista a ser aplicado é composto por perguntas semiestruturadas, que dão liberdade ao entrevistado de construir sua narrativa. A interpretação deste roteiro será realizada considerando estas narrativas, e o que os entrevistados considerar importante sobre a festividade, considerando que a memória é a fonte para a interpretação do processo histórico de construção das manifestações.

Critério de Inclusão: Idade e participação na Romaria. Da amostra de 5 participantes, preferencialmente, serão selecionados 3 indivíduos com idade superior a 60 anos, e 2 jovens (lideranças) com idade entre 20 e 40 anos, visando analisar a fala de diferentes gerações que participam da festividade. Os entrevistados serão selecionados considerando: ser anciões, e/ou ser liderança (sujeito de fala que represente a comunidade) ex: líder de associação, diretor das Escolas Kalunga entre outras possibilidades. Três entrevistas serão realizadas com anciões da comunidade que tenha mais de 60 anos e tenha participado da festividade. Os entrevistados serão abordados previamente, por intermédio de uma liderança, que irão consultá-los, de posse de carta de apresentação da pesquisadora, assinado pela coordenação do curso, se há possibilidade de conceder a entrevista. Após anuência, será marcado data e horário para pesquisadora fazer a visita. Ressaltando que as entrevistas não serão realizadas durante a festa, pois diante a pandemia de COVID19 que estamos vivenciando, provavelmente a festa não irá acontecer este ano. Assim, as entrevistas serão realizadas na casa do entrevistado ou local por ele indicado.

Critério de Exclusão: Não participação na Romaria.

Tamanho da Amostra no Brasil: 5

Objetivo da Pesquisa:

As informações elencadas no campo "Objetivo da pesquisa", foram retiradas dos arquivos Informações Básicas da Pesquisa ("PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1513602.pdf", de 16/07/2020).

Objetivo Primário:

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo	Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO	CEP: 75.132-903
UF: GO	Município: ANAPOLIS	
Telefone: (62)3328-1434		E-mail: cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 4.221.910

Este projeto tem como objetivo geral a realização de levantamento da festa de Nossa Senhora da Abadia, realizada no Vão de Almas, com base na abordagem qualitativa, embasada pelo metodologia da história oral, pelo relato da vivência de anciões.

Objetivo Secundário:

- Conhecer a história dos moradores do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, em especial a história da festa;
- Registrar a festa tradicional, enquanto manifestação cultural representativa da memória e identidade do grupo.
- Levantar, registrar e analisar as manifestações religiosas que ocorrem durante a festa;
- Analizar as relações sociais, viabilizada pelo encontro anual com a realização da festa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

As informações elencadas no campo "Avaliação dos Riscos e Benefícios:", foram retiradas dos arquivos Informações Básicas da Pesquisa ("PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1513602, de 16/07/2020).

Riscos:

Quanto aos riscos relacionados à participação em pesquisa com seres humanos, utilizando-se de questionários, as resoluções do CNS nº 466/12 ou nº 510/16, esclarecem que os riscos são "possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente". Deste modo, entendemos que os métodos utilizados podem ser considerados possíveis causadores de danos, desconfortos ou constrangimentos quando apresentarem problemas na elaboração e aplicação da entrevista, gerando no entrevistado aborrecimento, constrangimento ou estresse ao responder o roteiro, desconforto ao ser gravado ou filmado, experiências negativas provocadas pela evocação de memórias ou assuntos que lhe causam temor, ou mesmo receio da quebra de sigilo. Visando minimizar os riscos aos entrevistados, a equipe de pesquisadores discute e avalia previamente as perguntas e como as mesmas serão realizadas, respeitando a realidade do entrevistado, fazendo-a de forma clara e em linguagem acessível, para não causar constrangimento ao mesmo; avalia o tempo e local de aplicação, para que o entrevistado não apresente cansaço ao responder as perguntas, assim como, para garantir a integridade física do mesmo. Esclarecer sobre a anuência para identificação do entrevistado ou o sigilo de seu nome. Estabelecer uma relação de confiança entre pesquisadorentrevistado é fundamental para minimizar

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo

Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO

CEP: 75.132-903

UF: GO **Município:** ANAPOLIS

Telefone: (62)3328-1434

E-mail: cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 4.221.910

os riscos iminentes, resguardando deste modo sua autonomia para participar ou não da pesquisa.

Benefícios:

Esta pesquisa terá como benefícios a possibilidade do entrevistado, colaborar, direta e indiretamente, com a valorização da cultura da sua comunidade. Os registros da memória e a fala dos indivíduos pertencentes a tradição possibilitam a afirmação do patrimônio e a permanência deste.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Apresentar, a indicação de Rubrica em todas as páginas do TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O CEP/UEG, considera o projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UEG considera o presente protocolo APROVADO.

Reiteramos a importância deste Parecer Consustanciado e lembramos que os relatórios de pesquisa devem ser enviados semestralmente, comunicando ao CEP a ocorrência de eventos adversos esperados ou não esperados, conforme disposto na Norma Operacional do CNS nº 001/2013. O prazo para a entrega do relatório final, via notificação na Plataforma Brasil, é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_1513602.pdf	16/07/2020 08:43:45		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLETatianeVersao4.pdf	16/07/2020 08:42:46	TATIANE PEREIRA CANUTO DE LIMA	Aceito

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo

Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903

UF: GO Município: ANAPOLIS

Telefone: (62)3328-1434

E-mail: cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 4.221.910

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO Tatiane4.pdf	16/07/2020 08:41:43	TATIANE PEREIRA CANUTO DE LIMA	Aceito
Outros	Roteiro de Entrevista Tatiane.pdf	20/02/2020 18:13:08	TATIANE PEREIRA CANUTO DE LIMA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermodeCompromissoTatiane.pdf	20/02/2020 18:11:43	TATIANE PEREIRA CANUTO DE LIMA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	20/02/2020 18:05:58	TATIANE PEREIRA CANUTO DE LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ANAPOLIS, 18 de Agosto de 2020

Assinado por:

MARIA IDELMA VIEIRA D ABADIA
(Coordenador(a))

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo	
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO	CEP: 75.132-903
UF: GO	Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1434	E-mail: cep@ueg.br